

A(s) acessibilidade(s) nas atividades culturais em Portugal – Os desafios da parceria entre o Festival Iminente e a Access Lab

Relatório de Estágio apresentado à Escola de Artes e Design das Caldas da Rainha para
obtenção do grau de Mestre em Gestão Cultural

Catarina Alexandra Brilha Jacob Branco

Setembro 2023

A(s) acessibilidade(s) nas atividades culturais em Portugal – Os desafios da parceria entre o Festival Iminente e a Access Lab

Relatório de Estágio apresentado à Escola de Artes e Design das Caldas da Rainha para
obtenção do grau de Mestre em Gestão Cultural

Catarina Alexandra Brilha Jacob Branco

Trabalho efetuado sob a orientação da Professora Doutora Lúcia Filipa Dias Afonso

Setembro 2023

A(s) acessibilidade(s) nas atividades culturais em Portugal – Os desafios da parceria entre o Festival Iminente e a Access Lab

Catarina Alexandra Brilha Jacob Branco

COPYRIGHT

A Escola Superior de Artes e Design e o Instituto Politécnico de Leiria têm o direito, perpétuo e sem limites geográficos, de arquivar e publicar esta dissertação através de exemplares impressos reproduzidos em papel ou de forma digital, ou por qualquer outro meio conhecido ou que venha a ser inventado, e de a divulgar através de repositórios científicos e de admitir a sua cópia e distribuição com objetivos educacionais ou de investigação, não comerciais, desde que seja dado crédito ao autor e editor.

Agradecimentos

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer à Professora Lúcia pela disponibilidade, orientação e, principalmente, paciência durante todo o processo. Obrigada por me acolher como orientanda, por todas as palavras incentivadoras e pelas discussões enriquecedoras para o desenvolvimento deste trabalho. O meu profundo agradecimento à Carla Cardoso pela confiança que depositou nas minhas competências, por me ter recebido no Iminente e por ter partilhado comigo um pouco da sabedoria dos seus longos anos de experiência no mundo da produção e gestão cultural. Mais que isso, por se ter sentado ao meu lado inúmeras vezes e me mostrar, pacientemente à sua maneira, de que forma poderia melhorar o meu trabalho, e pelas suas palavras apaziguadoras nos momentos mais complicados. Aos meus colegas (e amigos!) do Iminente, Mafalda Mota, Margarida Mata, Inês Vidal, Saúl Ornelas, Mafalda Matos, Pedro Fradique e Francisca Venâncio, agradeço as gargalhadas, o carinho e a partilha de conhecimento: é impossível descrever tudo o que aprendi com este grupo incrível de pessoas. À Sílvia Rebelo, agradeço a paciência e o atento acompanhamento durante todo o processo. Ao Cultural Affairs, a minha gratidão pela experiência e apoio durante o meu estágio. À Access Lab, obrigada pela compreensão, pelas infinitas reuniões, pelo tempo, conhecimentos e recursos disponibilizados. Fora do contexto da parceria Access Lab e Iminente, agradeço o tempo e apoio que o Tiago Fortuna e o Pedro Berga disponibilizaram para me ajudar na compreensão de questões fulcrais para o presente trabalho.

A escrita deste trabalho nunca teria acontecido sem o apoio incondicional dos meus pais, Nuno e Sílvia. Obrigada por me incentivarem todos os dias e ouvirem as minhas frustrações. Obrigada por me ajudarem neste percurso desafiante mas entusiasmante, sem julgamentos e de forma paciente, por me ajudarem a reconstruir a confiança nas minhas capacidades quando mais duvidei delas. Ao Fábio...terei dificuldades em expressar a minha gratidão. Foi o meu melhor amigo, ouvinte e *cheerleader* durante a escrita deste trabalho. Foi a pessoa que diariamente me guiou e mais me fez sorrir nos dias menos bons. Ficar-lhe-ei eternamente grata pela sua amizade e por me ter ajudado a criar as condições necessárias para a conclusão deste trabalho (incluindo cozinhar as mais deliciosas refeições do planeta!). Às pessoas que, sem intenção não mencionei, mas que participaram de forma menos ou mais direta na construção deste trabalho, a minha profunda e sincera gratidão.

Resumo

O presente relatório é o resultado da reflexão acerca do planeamento e implementação de um plano de acessibilidade no Festival Iminente, em parceria com a Access Lab, planeamento que foi objeto do estágio que ali desenvolvi em 2022, e que surgiu da necessidade em enfrentar e resolver uma série de adversidades de acessibilidade(s) no território físico que o festival ocupa: um espaço abandonado.

O propósito do relatório é fazer o enquadramento da questão no âmbito disciplinar da gestão cultural, primeiro identificando momentos chave do século XX e XXI que permitam compreender a evolução do entendimento dos conceitos de *deficiência* e *incapacidade*; depois contextualizando a palavra *acessibilidade* em Portugal, através de uma retrospectiva temporal, considerando ainda a complexidade da linguagem que utilizamos; e, finalmente, apresentando como estudo de caso o Festival Iminente.

O relatório implica a análise dos objetivos e metas atuais do Festival Iminente, bem como da sua relação com a questão da acessibilidade, tendo em conta as suas características temporais e físicas específicas: efemeridade, ocupação de ruínas e natureza improvisada. Estes foram os pontos de partida para o desenvolvimento do presente relatório e, ao mesmo tempo, os grandes desafios na implementação efetiva do plano no terreno. De que forma é possível tornar o terreno inóspito da Matinha acessível? Em torno desta questão surgiram várias reflexões e procura de soluções e, no final, várias conclusões.

Palavras-chave:

Acessibilidades, Plano de acessibilidade, Festivais, Cultura, Linguagem

Abstract

This report is the result of the reflection on the planning and implementation of an accessibility plan at Festival Iminente, in partnership with Access Lab, which was the subject of my internship there in 2022, which resulted from the need to face and solve a series of accessibility adversities in the physical territory that the festival occupies: an abandoned space.

The purpose of the report is to frame the issue within the disciplinary framework of cultural management, first by identifying key moments in the 20th and 21st century that allow us to understand the evolution of *disability* and *incapacity* concepts; secondly, by contextualizing the word *accessibility* in Portugal, through a temporal retrospective, also considering the complexity of the language we use on a daily basis; and finally, by presenting the Festival Iminente as a case study.

The report entails the analysis of the current aims and objectives of Festival Iminente, as well as its relationship with the issue of accessibility, taking into account its specific temporal and physical characteristics: ephemerality, occupation of ruins and improvised nature. These were the starting points for the development of this report and, at the same time, the major challenges in the effective plan implementation on the space. How can the inhospitable terrain of Matinha be made accessible? This question led to several thoughts, and search for solutions and, finally, different conclusions.

Keywords:

Accessibilities; Accessibility Plan; Festivals; Culture; Language

Lista de Figuras

Figura 1 — Respostas à questão “O que é que a entidade em que trabalha faz para promover o acesso?” (Acesso Cultura, 2018a)

Figura 2 — Respostas à questão “Which initiatives does your organisation provide for audiences?” (Floch & Portolés, 2021)

Figura 3 — Representação visual do Modelo biopsicossocial

Figura 4 — Taki 183 Spawns Pen Pals no The New York Times, 1971

Figura 5 — The great art of the 70’s na Esquire, 1974

Figura 6 — Graffiti no interior de um comboio

Figura 7 — Graffiti em Manhattan, Nova Iorque

Figura 8 — The 1977 Catalina Classic, John Hutson on the streets of Avalon, CA

Figura 9 — Post no Instagram do Iminente @festivalimimente acerca da acessibilidade no festival

Figura 10 — Rampa do palco Choque

Figura 11 — Rampa do palco Choque

Figura 12 — Plataforma de visibilidade (lado direito) no palco Gasómetro

Figura 13 — Graffiti na Matinha

Figura 14 — Armazéns Matinha

Figura 15 — Zona dedicada à exposição Bairros

Figura 16 — Zona dedicada à exposição Bairros

Figura 17 — Obra de artes visuais - artista Kampus

Figura 18 — Exposição Bairros

Figura 19 — Zona Praça da Matinha (lojas)

Figura 20 — Zona Praça da Matinha (lojas)

Figura 21 — Food court junto ao Palco Fábrica

Figura 22 — Bar junto ao Palco Fábrica

Figura 23 — Corredor de acesso ao Palco Fábrica

Figura 24 — Corredor de acesso ao Cine-Estúdio

Figura 25 — Palco Choque

Figura 26 — Sinalética

Figura 27 — Sinalética

Figura 28 — Sinalética - mapa do recinto

Lista de Tabelas

Tabela 1 — Retrospectiva do panorama legislativo, em Portugal, relativamente à deficiência

Tabela 2 — Descrição de premiações nacionais que abordam a acessibilidade (direta ou indiretamente)

Tabela 3 — Iminente em números 2022

Tabela 4 — Momentos relevantes para a defesa dos direitos das pessoas com deficiência

Lista de Abreviaturas e Siglas

INE — Instituto Nacional de Estatística

DGPC — Direção-Geral do Património Cultural

LGBTQI+ — lésbicas, gays, bissexuais, trans, intersexo e outras identidades

ONU — Organização das Nações Unidas

ODDH — Observatório da Deficiência e Direitos Humanos

ISCSP-ULisboa — Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa

CRP — Constituição da República Portuguesa

UPIAS — Union of the Physically Impaired Against Segregation

WHO — World Health Organization

ONU — Organização das Nações Unidas

NOVA FCSH — Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa

DPLP — Dicionário Priberam de Língua Portuguesa

DA — Disability Alliance

CIF — Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde

Me-CDPD — Mecanismo de Monitorização da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência

SNR — Secretariado Nacional de Reabilitação

CIF — Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde

LGP — Língua Gestual Portuguesa

APORFEST — Associação Portuguesa de Festivais de Música

MAAT — Museu de Arte, Arquitectura e Tecnologia

DGARTES — Direção-Geral das Artes

ICA — Instituto de Cinema e Audiovisual

CCB — Centro Cultural de Belém

FIAR — Festival Internacional de Artes de Rua

CRPD — Committee on the Rights of Persons with Disabilities

APPC — Associação do Porto de Paralisia Cerebral

FMAM — Fundação Manuel António da Mota

VIP — Very Important Person

Índice

Agradecimentos.....	4
Resumo.....	5
Abstract.....	6
Lista de Figuras	7
Lista de Tabelas.....	8
Lista de Abreviaturas e Siglas.....	9
1. – Introdução — Acessibilidade(s) na Cultura.....	12
2. – Mas o que significa acessibilidade e ser <i>acessível</i> ?	21
2.1. Inclusão e Deficiência	24
2.1.1. O modelo médico, social e biopsicossocial da deficiência.....	25
2.1.2. Momentos significativos na evolução da interpretação da deficiência	28
2.1.3. O panorama legal e político em Portugal	29
2.2. Linguagem que utilizamos/comunicação.....	34
2.2.1. A carga simbólica das palavras	34
2.2.2. A Língua Portuguesa e a deficiência.....	36
2.2.3. A Língua Inglesa e a deficiência	38
2.2.3.1. Os desafios da tradução Inglês - Português	39
2.2.4. Quem são todos?	40
2.2.5. A representação de pessoas com deficiência	40
2.3 Prémios de acessibilidade	41
2.3.1 Premiações nacionais: premiações de acessibilidade, inclusão e inovação.....	42
2.3.2. Prémio Acesso Cultura	44
2.3.2.1. <i>Overview</i> Prémio Acesso Cultura, entre 2014 e 2023	47
2.3.2.2. Boas práticas distinguidas pelo Prémio Acesso Cultura.....	48
2.3.3. Prémio Festival Acessível.....	49
2.4. A acessibilidade em festivais portugueses	51
2.4.1. <i>Checklists</i> /guias de acessibilidade	51
2.4.2. Festivais acessíveis - exemplos de boas práticas	56
2.4.2.1. Festival Andanças	58
2.4.2.2. Bons Sons	59

2.4.2.3. Imaginarius.....	60
2.4.2.4. Alkantara Festival	60
2.4.2.5. Hidden Door (Escócia)	61
2.4.2.6. Boom Festival	62
3. – Estágio - Entidade Acolhedora	63
3.1. Iminente	63
3.1.1. Programa Iminente 2022	64
3.1.2 Os números do Iminente	65
3.2. Festival Iminente	66
3.2.1. Modelo de financiamento	67
3.2.2. Os recintos do Festival Iminente	68
3.3. A cidade e a cultura urbana	69
3.3.1. <i>Graffiti</i>	71
3.3.2. <i>DJing/MCing e breaking</i>	74
3.3.3. <i>Skateboarding</i>	75
3.3.4. Ocupação de espaços abandonados por projetos culturais	77
3.4. O Iminente e a acessibilidade	77
3.5. Projeto desenvolvido - Iminente x Access Lab	78
3.5.1. A proposta de plano de acessibilidade e a sua (in)concretização no Festival Iminente	83
3.5.2. Conclusões do plano de ação	95
Referências e Bibliografia.....	99
Legislação Portuguesa Consultada	114
Anexo A – Tabela Momentos relevantes para a defesa dos direitos das pessoas com deficiência	116
Anexo B – Registos fotográficos	117
Anexo C – Planta Geral do Festival Iminente 2022	121

1. Introdução — Acessibilidade(s) na Cultura

O principal objetivo do presente relatório é refletir acerca da implementação de um plano de acessibilidade no Iminente 2022, festival que ocupou os terrenos abandonados da antiga Fábrica de Gás da Matinha, e pretende analisar criticamente o seu processo de desenvolvimento. A concretização deste plano foi possível graças ao contacto e consequente desafio proposto pela Access Lab ao Iminente e à capacidade da direção do festival em reconhecer a dificuldade em criar condições de acessibilidade no terreno hostil da Matinha, permitindo assim, através de uma nova perspetiva, desbravar caminho para o futuro da acessibilidade, no festival Iminente como em outros.

Criado em 2016 por Alexandre Farto, o Festival Iminente — plataforma de intervenção artística na cidade — passou, em Portugal, por Oeiras e por Lisboa. Entre 2018 e 2020 ocupou o panorâmico de Monsanto e, em 2021 e 2022 a Matinha, espaços abandonados que, durante um curto período de tempo, receberam o evento. Na Matinha, em Marvila, zona oriental de Lisboa, foram usadas as instalações da antiga Fábrica de Gás que conta com uma série de armazéns e edifícios em ruínas, muitos inutilizáveis, outros sem paredes e/ou cobertura.

Uma das características mais relevantes de um plano de acessibilidade criado para um Festival é o facto de este ser temporário e de muitas vezes ser pensado para um recinto improvisado e/ou, como no caso do Iminente, para implementar num conjunto de ruínas.

Desde o primeiro contacto entre o Access Lab e o Iminente que se soube que implementar um plano de acessibilidade no Festival Iminente seria um desafio. No percurso, foram encontrados maioritariamente obstáculos físicos, dada a natureza improvisada do festival, sendo este um dos pontos mais exigentes do processo. Por este motivo, é possível admitir que este foi o ponto de partida do planeamento da estratégia a implementar — de que forma é possível tornar o terreno inóspito da Matinha acessível? Tomou-se consciência, inicialmente, que o desafio seria maior do que apenas a preocupação do terreno. Seria impactado por uma série de fatores, apontados na conclusão do processo, externos e internos, que implicam decisões que ultrapassam a vontade em criar o festival mais acessível ao alcance do Iminente. Estes fatores envolvem hierarquias, orçamento, recursos humanos e, naturalmente, imprevistos. Além disso, a realidade de se trabalhar num território desconhecido,

nomeadamente um espaço abandonado, com infra estruturas temporárias e ainda desconhecidas, aumentou a dificuldade já identificada. A acessibilidade no Festival Iminente afasta-se de um plano pensado para museu, ou até mesmo para um festival de grandes dimensões, com orçamentos distantes da realidade do Iminente.

Como criar um plano de acessibilidade para um evento que irá durar 4 dias? Que investimentos podemos fazer? Naturalmente, foram encontradas estratégias que respondessem a estas questões, algumas implementadas em 2022, outras como referência para o futuro. No processo foram identificados dois grandes fatores internos que tiveram implicações diretas na capacidade de aplicar as medidas, nomeadamente não ter sido criado um orçamento isolado para o efeito e a falta de recursos humanos dedicados apenas à acessibilidade, além de outros fatores externos como, por exemplo, condições meteorológicas que impactam diretamente o terreno da Matinha. Estes pontos, entre outros identificados e explorados nesta investigação, impactaram o planeamento e implementação do plano de acessibilidade no festival. Enquanto ano zero do projeto, foi bem sucedido no que diz respeito à comunicação completa e atempada das condições, e, considerando que foi o primeiro ano em que foi desenvolvido qualquer plano, na atribuição de uma pessoa responsável pelo mesmo na equipa. No entanto, é fulcral delinear desde já um plano com base na experiência de 2022 e com outros exemplos também analisados.

A vontade em desenvolver um trabalho acerca de acessibilidade em espaços culturais surge no contexto da gestão e mediação cultural, ao observar o espaço e a programação de alguns projetos, focados num círculo bastante fechado de públicos e muitas vezes excluindo públicos com deficiência. Segundo os Censos de 2021, 10,9% da população residente em Portugal, com 5 ou mais anos, tem pelo menos uma incapacidade¹ (INE, 2022, p.6). Em contraste, segundo Rita Pires dos Santos², estima-se que mais de metade dos equipamentos culturais em Portugal não sejam acessíveis (Lusa, 2019). A inexistência de dados estatísticos concretos de acessibilidade na Cultura em Portugal veio reforçar e motivar o desenvolvimento deste

¹ Incapacidade é definida pelo INE, com base no modelo Washington Group Short Set on Functioning “(...) Este grupo foi criado pela Organização das Nações Unidas principalmente para desenvolver metodologias de recolha e análise de dados sobre incapacidades, com vista à caracterização das limitações das pessoas através da observação do grau de dificuldade que estas sentem na realização de determinadas atividades, ou seja, numa abordagem que considera a funcionalidade e a incapacidade como resultado da interação entre a pessoa e os fatores contextuais, e não o resultado de uma avaliação baseada em diagnósticos médicos de deficiência. O modelo WG-SS inclui seis domínios de funcionalidade que são universais: visão, audição, mobilidade, cognição/memória, realização de cuidados pessoais, comunicação.” (INE, 2022, pp. 5-6)

² Rita Pires dos Santos é Presidente da Acesso Cultura.

trabalho, sendo esta ausência de números e figuras um problema real. Esta realidade reflete-se no Estudo da DGPC, publicado em 2017 e realizado entre 2014 e 2017, “Estudo Diagnóstico sobre a acessibilidade dos imóveis afetos à DGPC - Relatório Final” (Mineiro, Herdade & Peralta, 2017)³, no qual foram analisadas 35 entidades, entre museus, palácios, sítios arqueológicos e monumentos. Foram tidos em consideração 10 temas da acessibilidade ao imóvel, com peso diferente em percentagem, na ponderação da avaliação (Edifício - 20%; Exposições - 15%; Política de gestão relativa à acessibilidade - 10%; Formação - 10%; Localização e orientação - 10%; Comunicação e divulgação - 10%; Consultoria - 7,5%; Avaliação - 7,5%; Segurança - 5%; Emprego e voluntariado - 5%). Foi ainda definido um mínimo aceitável para determinado tema ser considerado acessível, que correspondia a uma avaliação de, no mínimo, 50%. Após análise dos 35 imóveis referidos, concluiu-se que 66% da área visitável destes locais é acessível, sendo que apenas 3 temas dos indicados acima se encontram acima dos 50% aceitáveis - Exposições (54%), Edifício (51%) e a Localização e Orientação (50%) (Mineiro, Herdade & Peralta, 2017, p.50). A DGPC afirmou que, desde a realização deste estudo, a realidade já não é a mesma, graças aos colegas que trabalham nos edifícios e ao financiamento comunitário, sendo que alguns destes edifícios estão a ser reavaliados para compreender as transformações feitas nos últimos anos⁴.

Com base nestes números, é compreendida a urgência em trabalhar mais e fazer melhor no que diz respeito à acessibilidade em espaços culturais. Após uma breve análise dos dados do “Estudo Diagnóstico sobre a acessibilidade dos imóveis afetos à DGPC - Relatório Final” (Mineiro, Herdade & Peralta, 2017), compreendemos que a acessibilidade física está bastante presente na consideração dos espaços no que diz respeito à acessibilidade, mas que ainda existe um longo percurso para a criação de espaços que considerem mais atentamente outras áreas, como a “Comunicação” ou a “Formação”, entre outros temas considerados pela DGPC. Este padrão é também verificado nas respostas que se encontram no relatório “Jornadas Além do Físico: Barreiras à Participação Cultural - Um périplo pelas Comunidades Intermunicipais de Portugal” (Acesso Cultura, 2018a)⁵, desenvolvido pela Acesso Cultura com o apoio da Fundação Calouste Gulbenkian, e no qual participaram 477 profissionais da

³ Disponível em https://www.patrimoniocultural.gov.pt/static/data/publicos/acessibilidade/relatorio_final_estudo_acessibilidade_1a_parte_31_05_2017.pdf consultado a 28 de setembro.

⁴ Informação disponível na página “As conclusões de 2017 continuam atuais?”. Disponível em <https://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/acessibilidade/estudos/> consultado a 28 de setembro.

⁵ Disponível em <https://acessoculturapt.files.wordpress.com/2018/06/alem-do-fisico.pdf> consultado a 28 de setembro.

cultura. Uma das questões colocadas aos inquiridos, “O que é que a entidade em que trabalha faz para promover o acesso?”, nitidamente expõe o padrão referido, com mais de 70 participantes a responderem “Acesso físico (rampas, elevadores, WC, percursos, estacionamento, lugares)”, em comparação a outras respostas, como linguagem clara, atividades adaptadas ou programação diversa, a serem selecionadas por cerca de 20 pessoas (Acesso Cultura, 2018a, p.24).

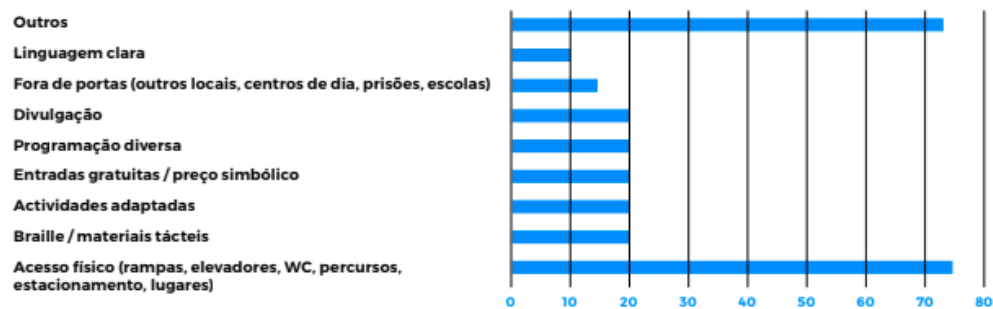


Figura 1 — Respostas à questão “O que é que a entidade em que trabalha faz para promover o acesso?”.

Fonte: (Acesso Cultura, 2018a)

De referir ainda o estudo europeu, comissariado pelo British Council, “Time to Act: How lack of knowledge in the cultural sector creates barriers for disabled artists and audiences” (Floch & Portolés, 2021)⁶, que contou com a participação de Portugal, entre 42 países. Este é o estudo mais recente e completo a nível europeu, com a participação de várias organizações de festivais enquanto participantes, e uma das conclusões retiradas do mesmo é precisamente a questão do acesso físico, com 72,3% dos participantes a responder “Wheelchair accessible toilets” à questão “Which initiatives does your organisation provide for audiences?”, a comparar com 41,6% que afirmam “Sign language interpreters”, uma medida relativa ao acesso ao programa (Floch & Portolés, 2021, p.46).

⁶ Disponível em <https://www.disabilityartsinternational.org/resources/time-to-act-final-results/> consultado a 28 de setembro.

Which initiatives does your organisation provide for audiences?

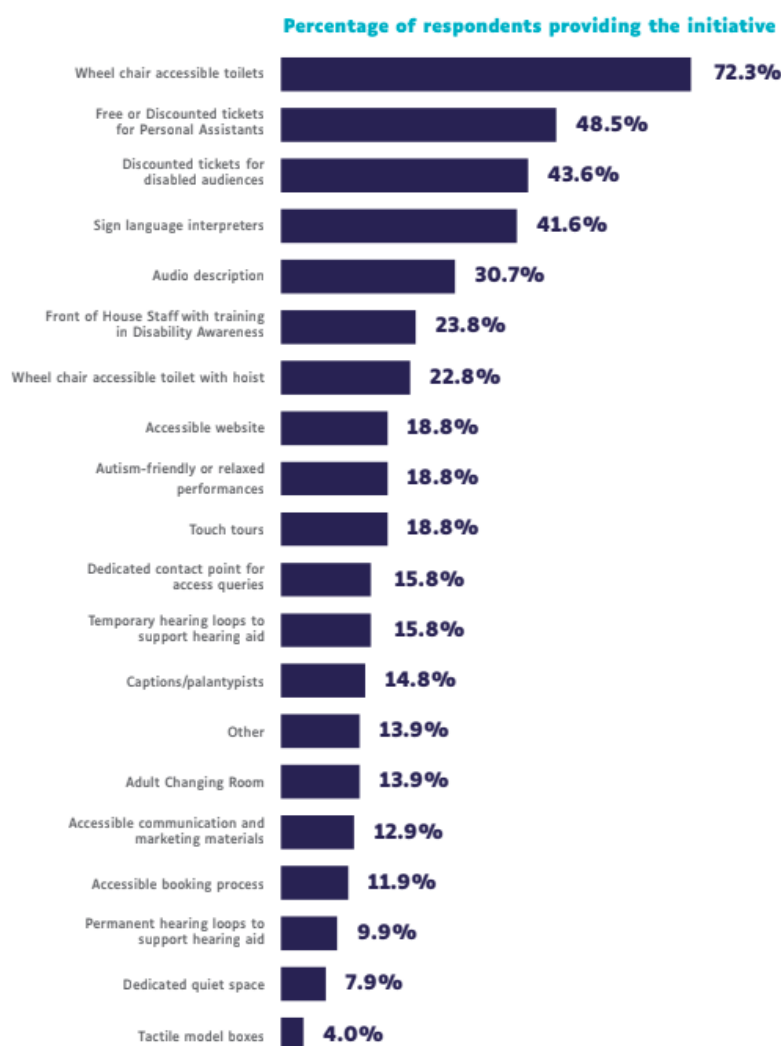


Figura 2 — Respostas à questão “Which initiatives does your organisation provide for audiences?”

Fonte: (Floch & Portolés, 2021)

Estes estudos são aqui apresentados para melhor compreender o panorama nacional e internacional e, por isso, relevantes para a presente investigação, uma vez que o levantamento de dados acerca da acessibilidade em festivais em Portugal é um processo relativamente recente. A Obi.media - Observatório de Inovação nos Media, estrutura do ICNOVA - Instituto de Comunicação da NOVA, unidade de investigação da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade NOVA de Lisboa (NOVA FCSH), desenvolveu recentemente, já em 2023, um estudo com o apoio da Access Lab, “Relatório Acessibilidade na cultura:

Experiências de Pessoas com Deficiência e Surdas” (Obi.media, 2023)⁷ no sentido de compreender a atualidade em Portugal no que diz respeito à acessibilidade. Concluiu, através de uma amostra de 69 pessoas (com deficiência motora, visual, auditiva e Surdas) que 90% dos inquiridos foram a concertos e 70% “tiveram dificuldades no âmbito da acessibilidade, no usufruto do equipamento ou evento cultural” (Obi.media, 2023).

Nos últimos anos, tem sido desenvolvida uma longa investigação acerca da acessibilidade em museus e os seus desafios (Martins, 2014; Carvalho, 2016; Sullivan & Mauldin, 2020; Sarraf 2021). Relativamente a territórios mais desafiantes, como a montagem improvisada e temporária de uma infra-estrutura, como um festival, encontramos investigações com base em eventos, como é o caso do estudo “Time to Act: How lack of knowledge in the cultural sector creates barriers for disabled artists and audiences” (Floch & Portolés, 2021), “State of Access Report: A survey of UK live music accessibility” (Attitude is Everything, 2016) e “Jornadas Além do Físico: Barreiras à Participação Cultural. Um périplo pelas Comunidades Intermunicipais de Portugal” (Acesso Cultura, 2018a).

Além disso, será necessário acrescentar outra camada a esta questão, conectada ao tema deste relatório, nomeadamente a investigação sobre soluções de acessibilidade a implementar num festival que ocupa ruínas. Desta forma, o esforço e missão desta dissertação passa por compreender, também, que conclusões conseguimos alcançar, através de uma amostra de projetos com características semelhantes ao Iminente e outras referências de casos exemplares de festivais na implementação de medidas que melhorem não só o acesso físico, mas também o acesso aos seus programas e conteúdos.

Neste sentido, falar sobre acessibilidade é, também, falar sobre inclusão. No contexto da deficiência e da inclusão/exclusão de pessoas com deficiência ou incapacidade, é possível compreender que, com base no que até aqui foi referido, há ainda um longo caminho a percorrer no que diz respeito à acessibilidade em espaços culturais. No entanto, antes do espaço cultural existe uma sociedade construída sobre preconceitos e uma cultura de

⁷ Disponível em <https://accesslab.pt/inclusao-na-cultura-estudos-nova-revelam-que-formacao-e-consultoria-contribuem-para-a-inclusao/> consultado a 28 de setembro.

capacitismo que negligencia barreiras e provoca exclusão social, uma negação de respeito, reconhecimento e direitos (Silver 2005, p.138).

A partir dos anos 1980 e com a entrada de Portugal na Comunidade Económica Europeia surgiu uma preocupação no desenvolvimento de políticas públicas, resultante das obrigações estipuladas pela ONU, em torno da deficiência, e uma crescente preocupação em fazer desaparecer as assimetrias sociais e as barreiras à igualdade das pessoas com deficiência. No entanto e apesar desses esforços, em Portugal, segundo o relatório "Pessoas com Deficiência em Portugal – Indicadores de Direitos Humanos 2022" da autoria do Observatório da Deficiência e Direitos Humanos (ODDH/ISCSP-ULisboa, 2022), em 2021 30,5% de pessoas com deficiência apresentavam risco de pobreza ou exclusão social, comparativamente a 18,8% de pessoas sem deficiência (Pinto, Neca & Bento, 2022, p.55). Assim, é necessário reconhecer os obstáculos que as pessoas com deficiência ou incapacidade estão sujeitas a enfrentar no mundo que as rodeia, não esquecendo as vulnerabilidades nas áreas do ensino e emprego a que estão expostas, que resultam em baixos níveis de escolaridade, desemprego e, conseqüentemente, pobreza. Importante realçar que a pobreza não é uma consequência direta da deficiência, mas sim da sua construção social e da correlação criada entre inatividade e deficiência, em conjunto com a criação de barreiras físicas, sociais e psicológicas (Fontes, 2008). Segundo os Censos 2021, apenas 5,4% das pessoas com incapacidades completaram o nível de ensino Superior e 17,5% estavam empregadas à data dos Censos, em comparação com 21,7% de pessoas sem incapacidades com nível de ensino Superior e representando 58,5% da população sem incapacidades ativa (INE, 2022, p.20).

O acesso ao ensino e ao emprego são questões centrais, no que diz respeito à compreensão e diferenciação de modelos da deficiência, baseados na relação entre indivíduo-deficiência-sociedade e as suas inter-relações — modelo médico (ou individual) e modelo social da deficiência. Estes modelos afetam diretamente a vida das pessoas com deficiência, uma vez que impactam, em primeiro lugar, a conceção por parte da sociedade das pessoas com deficiência que impacta, conseqüentemente, os direitos e oportunidades das mesmas. Desta forma, o modelo médico (ou individual) foca-se na pessoa, com base na assistência médica, reabilitação e tratamento, sendo que se atribui o problema à pessoa, que carrega a obrigação de se adaptar ao ambiente envolvente, independentemente das barreiras

encontradas. O modelo social, por sua vez, surge nos anos 70/80, graças a movimentos políticos e sociais de pessoas com deficiência, e defende que o problema se encontra na sociedade e nas barreiras que levanta, que tornam a pessoa incapacitada.

Após o seu surgimento, o modelo social foi adotado enquanto modelo exemplar da deficiência, o que se refletiu no esforço de muitas entidades governamentais em criar normas para combater a exclusão de pessoas com deficiência da sociedade. Assim, é possível iniciar a jornada da relação entre acesso e cultura através, primeiramente, da Declaração Universal dos Direitos Humanos, 1948, artigo 27º, lendo-se, no 1º ponto:

“Todas as pessoas têm o direito de tomar parte livremente na vida cultural da comunidade, de fruir das artes e participar no progresso científico e nos benefícios que deste resultam”. (Assembleia Geral da ONU, 1948, art. 27).

No panorama nacional, encontra-se ainda no CRP, artigo 73º (Educação, Cultura e Ciência), ponto 3, que:

“O Estado promove a democratização da cultura, incentivando e assegurando o acesso de todos os cidadãos à fruição e criação cultural, em colaboração com os órgãos de comunicação social, as associações e fundações de fins culturais, as colectividades de cultura e recreio, as associações de defesa do património cultural, as organizações de moradores e outros agentes culturais.” (Constituição da República Portuguesa [CRP], 1976, art.73)

E no artigo 78º (Fruição e criação cultural), no qual encontramos uma maior responsabilização do Estado, que descreve no ponto 2, alínea a):

“Incube ao Estado, em colaboração com todos os agentes culturais: a) Incentivar e assegurar o acesso de todos os cidadãos aos meios e instrumentos de ação cultural, bem como corrigir as assimetrias existentes no país em tal domínio.” (CRP, 1976, art.78)

No entanto, na prática, como referido nos trabalhos de Fontes (2009), Aguirre e Ribeiro (2021), Martins (2014), em estudos e relatórios como “Estudo Diagnóstico sobre a acessibilidade dos imóveis afetos à DGPC” (Mineiro, Herdade & Peralta, 2017), “Time to Act: How lack of knowledge in the cultural sector creates barriers for disabled artists and audiences” (Floch & Portolés, 2021), “Jornadas Além do Físico: Barreiras à Participação Cultural - Um périplo pelas Comunidades Intermunicipais de Portugal” (Acesso Cultura, 2018a), testemunhos de pessoas com deficiência, através da partilha das suas experiências nas redes sociais (como a Raquel Banha⁸, a Catarina Oliveira⁹, ou o Ricardo Monis¹⁰), meios de comunicação social, ou em plataformas como a Acesso Cultura, a Access Lab, Associação Salvador, entre outras, constata-se que o acolhimento de uma pessoa com deficiência num espaço cultural é muitas vezes difícil, ou até impossível. A realidade é o confronto com uma série de obstáculos físicos, sociais, comunicativos, políticos e atitudinais que pessoas com deficiência têm que ultrapassar antes e quando chegam ao espaço cultural, seja ele institucional ou não.

O trabalho aqui proposto não reflete a totalidade da realidade em Portugal, mas propõe uma abordagem a uma realidade conhecida por muitos, no que diz respeito à criação de espaços e programas acessíveis (ou a sua tentativa), em recintos temporários e improvisados. Ao mesmo tempo, procura investigar especificamente acerca de festivais que se adaptam à sua envolvente e a estruturas já existentes nos locais que ocupam, como por exemplo espaços abandonados, pequenas aldeias ou zonas industriais, que conseqüentemente terão características de atuação muito diferentes do que um Museu, por exemplo. A área museológica é uma área de referência porque tem vindo a ser registado um grande interesse por parte dos agentes culturais portugueses em desenvolver iniciativas inclusivas, resultante da preocupação em melhorar as condições de acolhimento de pessoas com deficiência nestes espaços (Martins, 2014), como é o caso do Museu Fernando Pessoa e o Museu Nacional de Machado de Castro. Estes são exemplos da crescente preocupação destes espaços e dos seus agentes em criar condições de acessibilidade para os seus diferentes públicos. O primeiro foi

⁸ Raquel Banha tem um mestrado em Marketing Digital e escreve no seu próprio blog “Chairleader”, no qual partilha as suas experiências diárias acerca de diversas questões da deficiência e acessibilidade. Tem uma doença neuromuscular rara e é ativista pelos direitos das pessoas com deficiência.

⁹ Catarina Oliveira é criadora de conteúdos e tem uma voz ativa no Instagram, com 43k seguidores, no qual publica vários vídeos informativos, com o intuito de desconstruir preconceitos acerca da deficiência e de pessoas com deficiência. Catarina sofreu uma inflamação na medula espinal, o que a obriga a andar de cadeira de rodas.

¹⁰ Ricardo Monis é sociólogo, portador de uma doença neuromuscular e, através das redes sociais e do seu livro, *Ricky*, procura mostrar um outro lado da deficiência e desconstruir preconceitos.

distinguido com o prémio Prémio Acesso Cultura 2021 – Acesso Integrado (físico, social e intelectual) e o segundo com o Prémio Acesso Cultura 2019 – Acesso Integrado (físico, social, intelectual) e com menção honrosa de Acessibilidade Integrada, em 2015 e 2018, também atribuída pelo Acesso Cultura.

2. Mas o que significa acessibilidade e ser acessível?

Discutir acessibilidade é também compreender de que forma a ideia tem sido interpretada ao longo da história da Humanidade. A acessibilidade pode ter vários significados, que dependerão do seu contexto, e devemos sempre considerar que acessibilidade caminha ao lado dos conceitos de inclusão/exclusão.

Segundo o dicionário Dicionário Priberam de Língua Portuguesa (DPLP), “acessibilidade” pode significar:

- “1. Qualidade do que é acessível. ≠ INACESSIBILIDADE
2. Conjunto de vias de acesso a determinado local (ex.: o ministro prometeu melhorar as acessibilidades). [Mais usado no plural.]
3. Conjunto de qualidades que determinam a facilidade de acesso a um serviço ou a um conjunto de instalações por todas as pessoas, em especial por pessoas com problemas de mobilidade ou com deficiência.” (DPLP, n.d)¹¹

Segundo o Departamento de Linguística do Dicionário Priberam, o primeiro significado da palavra acessibilidade está associado à mesma desde a sua génese, sendo que o ponto 2 e 3 foram significados introduzidos em Fevereiro de 2023, resultante de atualizações constantes do Dicionários Priberam. A origem da palavra remete-nos para o latim, *accessibilis*, participio passado de *accessus*, “a coming near, an approach; an entrance” (Online Etymology Dictionary, n.d.)¹². Cerca século XV, *accessible* ganha uma nova dimensão “affording access, capable of being approached or reached” (Online Etymology Dictionary, n.d.)¹³. Em Portugal, através dos registos mais antigos da língua, e segundo o Departamento de Linguística do

¹¹ Informação disponível em <https://dicionario.priberam.org/acessibilidade>

¹² Disponível em https://www.etymonline.com/word/accessible?utm_source=related_entries#etymonline_v_25943 consultado a 28 de setembro.

¹³ Disponível em https://www.etymonline.com/word/accessible?utm_source=related_entries#etymonline_v_25943 consultado a 28 de setembro.

Dicionário Priberam, “a palavra acessibilidade surge no Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa (6 vol., Lisboa: Círculo de Leitores, 2002) com a datação de 1891, a partir da fonte Novo diccionario universal portuguez [...] Compilado por Francisco de Almeida. 2 vol. Lisboa, 1891. É de referir que, neste dicionário, surgem apenas os significados «1 qualidade ou caráter do que é acessível» e «1.1 facilidade na aproximação, no tratamento ou na aquisição»¹⁴.

No site do Património Cultural - DGPC é descrito:

“A acessibilidade é hoje entendida como uma **questão de direitos humanos**, reconhecidos nas leis de vários países do mundo — **o direito à igualdade de oportunidades, à não discriminação, à inclusão e à participação em todos os aspetos da vida em sociedade**. (...) Estamos a trabalhar para que o serviço público que oferecemos seja cada vez mais **acessível a um maior número de visitantes**, independentemente da sua **condição social, cultural, económica ou estado de saúde**¹⁵ (deficiência ou incapacidade).” (n.d)¹⁶

O Dicionário Priberam de Língua Portuguesa (DPLP) online define no sentido literal a palavra acessibilidade, muito explicitamente abordando o *que* necessita ser acedido (espaço ou serviço). Existe, no entanto, uma dimensão humana à construção deste significado, destacando a importância da acessibilidade a um conjunto específico de pessoas dentro do “todos”, nomeadamente as pessoas com deficiência — “(...) todas as pessoas, em especial por pessoas com problemas de mobilidade ou com deficiência” (n.d). Em contraste, na descrição da DGPC sobrepõe-se temas como igualdade, direitos, oportunidades, discriminação, participação, abordando diferentes os níveis do “acessível”, mencionando, além da condição de saúde, deficiência ou incapacidade, a condição social, cultural e económica das pessoas. Desta forma, é importante reter que acessibilidade à cultura significa também ter em consideração as condições nomeadas previamente, além das condições de saúde e, neste sentido, referir o conceito de Democracia Cultural, tema bastante atual e relevante para a presente discussão, tendo como uma das principais referências a “Carta de Porto Santo: A

¹⁴Resposta do Departamento de Linguística do Dicionário Priberam, recebida por email, à minha questão sobre as origens da palavra e a sua introdução no dicionário em Portugal.

¹⁵ Destaque meu.

¹⁶ Disponível em <https://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/acessibilidade/> consultado a 28 de setembro.

cultura e a promoção da democracia: Para uma cidadania cultural europeia”¹⁷. É um texto importante para todos os agentes e instituições culturais, reunindo pontos bastantes relevantes para a discussão em torno da acessibilidade à cultura, dos quais se destacam a pluralidade:

“Deve garantir-se a pluralidade na produção cultural e na sua difusão, não apenas no acesso. Assim, a democracia cultural favorece a pluralização, a territorialização das decisões e a partilha de poder” (Carta do Porto Santo, 2021)¹⁸.

A definição apresentada pela Acesso Cultura é citada da American Association of Museums,

“Acessibilidade é dar acesso equitativo a todas as pessoas ao longo do contínuo da capacidade e experiência humanas. A acessibilidade ultrapassa os significados mais amplos de cumprimento e refere-se ao como as organizações abrem espaço para as características que cada pessoa traz.” (American Association of Museums citado em Acesso Cultura, n.d.)¹⁹.

Esta definição abre portas a outras questões importantes a destacar, nomeadamente o “acesso equitativo” e em nenhum momento distingue tipos de acessibilidade. Pelo contrário, engloba cada pessoa e as suas características individuais.

A destacar também a abordagem à acessibilidade feita na resolução 48/96 da Assembleia Geral das Nações Unidas, de 20 de dezembro de 1993, na Regra 5:

“Os Estados devem reconhecer a importância fundamental da acessibilidade no processo de realização da igualdade de oportunidades em todas as esferas da sociedade.”²⁰

¹⁷ A *Carta do Porto Santo* é promovida pelo Plano Nacional das Artes, proposta no âmbito da Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia. Foi apresentada na Conferência de Porto Santo, em 2021.

¹⁸ Disponível em <https://portosantocharter.eu/wp-content/uploads/2021/05/CartaDoPortoSanto.pdf> consultado a 28 de setembro.

¹⁹ Disponível em <https://acessocultura.org/quem-somos/missao-visao-valores-definicoes/> consultado a 28 de setembro.

²⁰ Disponível em <https://gddc.ministeriopublico.pt/sites/default/files/regrasgerais-igualdadeoportunidades.pdf> consultado a 28 de setembro.

Com base nesta referência, é pertinente destacar a palavra “processo” que, no fundo, acrescenta uma nova camada às definições que até aqui foram apresentadas de acessibilidade — um processo, embora urgente, com o envolvimento de diversos atores, na igualdade de oportunidades em todas as esferas da sociedade.

Por fim, referir parte do relatório “Jornadas Além do Físico: Barreiras à Participação Cultural — Um périplo pelas Comunidades Intermunicipais de Portugal” (Acesso Cultura, 2018a), no qual é possível verificar as respostas dos agentes culturais envolvidos nas jornadas à questão “Para si, o que significa «acesso»?” As respostas são variadas, mas as três mais comuns, além de “Outro” são: cerca de 47 pessoas respondem “Permitir/possibilitar/facilitar o acesso”; 50 respondem “Facilidade/liberdade/possibilidade/capacidade de aceder” e um pouco mais de 60 pessoas respondem “Acesso para todos/acesso em igualdade de condições/acesso total”. A primeira e a segunda opção aqui referidas, através das palavras e construção de frase, colocam a responsabilidade em lados opostos. A primeira coloca o foco na instituição em “possibilitar ou facilitar o acesso”, enquanto a segunda coloca o foco na pessoa que tem “possibilidade/capacidade de aceder”. Este é um exemplo prático da influência das perspetivas social e médica na sociedade, aqui espelhadas.

Estas são quatro perspetivas diferentes, aqui apresentadas pela sua capacidade em abranger diferentes tipos de acessibilidades e diferentes tipos de interpretação da palavra, com base em diferentes condições (como saúde, sociais ou económicas).

2.1. Inclusão e Deficiência

Abordar inclusão de pessoas com deficiência e, conseqüentemente, a criação de estratégias de acessibilidade, tem na sua base um entendimento pré-estabelecido sobre a deficiência. Ao longo da História, vários momentos marcaram e influenciaram este entendimento, começando pela confrontação ao modelo médico com o surgimento do modelo social da deficiência, provocando uma mudança de paradigma.

2.1.1. O modelo médico, social e biopsicossocial da deficiência

O modelo médico considera um problema singular da pessoa com deficiência, através de uma visão individualista, com foco nas suas características biológicas, propondo respostas através de assistência médica e social, reabilitação, e atribuindo ao indivíduo a responsabilidade em se adaptar às barreiras existentes que o circunscrevem, que podem ser barreiras físicas, intelectuais, sociais, de comunicação, políticas e atitudinais. Nos finais dos anos 60, graças aos movimentos sociais e organizações políticas, como a American Coalition of Citizens with Disabilities (EUA), Independent Living Movement (EUA) e a UPIAS - Union of the Physically Impaired Against Segregation (UK), dá-se o início da mudança de paradigma, com o questionamento do modelo médico/individual da deficiência, com base na forma como a sociedade tratava pessoas com deficiência (Martins, 2014). Em 1976, é publicado “Os Princípios Fundamentais da Deficiência”, resultante da reunião entre UPIAS e The Disability Alliance. Este texto marca os primórdios do que viria a ser denominado ‘modelo social da deficiência’. Neste texto é possível ler:

“In our view, it is society which disables physically impaired people. Disability is something imposed on top of our impairments, by the way we are unnecessarily isolated and excluded from full participation in society” (UPIAS & DA, 1976, p.3).

Alguns académicos desenvolveram pensamento em torno deste modelo, destacando-se o trabalho de Mike Oliver, ativista de direitos de pessoas com deficiência, autor e professor de Disability Studies na Universidade de Kent, que em 1983 publica “Social Work with Disabled People”, no qual claramente distingue, e ao que denominou pela primeira vez, o modelo social e o modelo individual da deficiência. O modelo social foi considerado, durante muitos anos, o melhor exemplo para trabalhar com pessoas com deficiência, que se caracteriza pelo ênfase do problema partir da sociedade,

“it is not individual limitations, of whatever kind, which are the cause of the problem but society’s failure to provide appropriate services and adequately ensure the needs of disabled people are fully taken into account in its social organization.” (Oliver, 1990, p.3).

Numa tentativa em compreender esta proposta de modelos, será importante referir os argumentos que Oliver apresenta relativamente ao modelo médico da deficiência, sendo que o autor não recusa a existência do mesmo, mas sim de um modelo individual, no qual a medicalização é uma componente significativa; a proposta do modelo social da deficiência não é uma tentativa de retirar poder aos médicos, mas sim partilhá-lo com as pessoas com deficiência (Oliver, 1990). Oliver afirma ainda que as presentes definições na obra “Social Work with Disabled People” nascem da leitura feita sobre a distinção entre as palavras *disability* e *impairment* apresentada pela UPIAS e DA (1976), que caracteriza ambas da seguinte forma:

“Thus we define impairment as lacking part of or all of a limb, or having a defective limb, organ or mechanism of the body; and disability as the disadvantage or restriction of activity caused by a contemporary social organisation which takes no or little account of people who have physical impairments and thus excludes them from participation in the mainstream of social activities. Physical disability is therefore a particular form of social oppression.” (UPIAS & DA, 1976).

A linguagem mostra ter um papel central na compreensão da deficiência. Na sociedade, seja através de palavras, gestos, imagens ou mesmo silêncio, comunicamos para expressar-nos e para estabelecer, bem como enriquecer relações. Inevitavelmente, a linguagem engloba significado que, por sua vez, contém em si dinâmicas de poder, sejam estas novas ou pré-existentes, relacionadas diretamente com *quem* a utiliza e determinado(s) *contexto(s)*. Ao falar de linguagem e deficiência, nomeadamente as discussões em torno do uso de determinada palavra ao invés de outra são fulcrais e surgem da realidade de pessoas com deficiência serem constantemente confrontadas com obstáculos, como referido anteriormente, e discriminação, sendo negadas os mesmos direitos e oportunidades que outras pessoas (Barnes, 1993). Shakespeare e Watson criticam a rigidez desta distinção (2002), defendendo que deficiência e incapacidade fazem ambas parte de um espectro.

A par da evolução do modelo social da deficiência, surgem autores de *Disability Studies* que indicam neste modelo uma série de problemas, como a falta de consideração pelas

experiências da dor e sofrimento que os *corpos* das pessoas com deficiência podem sentir (Crow, 1996). Outros autores, como Tom Shakespeare, propuseram uma mudança de paradigma, olhando para o modelo social como uma ideologia ultrapassada, através de um modelo mais sofisticado e eficaz, que não oculta a experiência do *corpo* (Shakespeare & Watson, 2002).

No início do séc XXI, resultante das limitações dos antigos modelos da deficiência, surge um terceiro modelo - o modelo biopsicossocial. Em 2001, foi utilizado pela WHO na publicação da “ICF - International classification of functioning, disability and health” (WHO, 2001), com o objetivo de captar “(...) the integration of the various perspectives of functioning” (WHO, 2001), classificação esta que vem substituir a antiga: “ICIDH - International Classification of Impairments, Disabilities and Handicaps”, de 1980. Este novo modelo representa uma nova era e foi conceptualizado por George L. Engel, que escreveu um artigo na revista científica *Science*, em 1977, no qual propõe uma nova perspectiva no entendimento das condições (internas e externas) de uma pessoa com deficiência, que pressupõe considerar diversos fatores e a relação entre os mesmos - biológico, psicológico e social. A par desta evolução, a WHO defende que a incapacidade (“disability”) resulta da interação entre as condições de saúde de uma pessoa com fatores pessoais, comportamentais e ambientais, defendendo ainda a importância e relevância do ambiente e das barreiras criadas por certos ambientes na experiência da pessoa com deficiência, que impedem a mesma de participar em igualdade com outras pessoas na sociedade (WHO, n.d)²¹. Este modelo é hoje mundialmente reconhecido e adotado por diversos órgãos nacionais e internacionais.

²¹ Disponível em https://www.who.int/health-topics/disability#tab=tab_1 consultado a 28 de setembro.

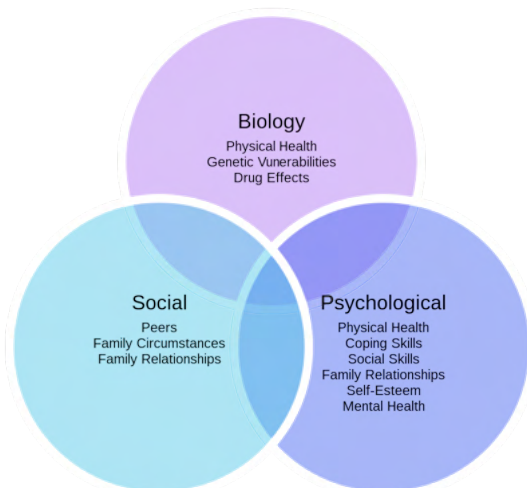


Figura 3 - Representação visual do Modelo biopsicossocial.

Fonte: Wikipedia

2.1.2. Momentos significativos na evolução da interpretação da deficiência

Conforme até aqui referido, é possível ver que as grandes mudanças de paradigmas, questionamento e discussão em torno da deficiência se fizeram maioritariamente nos séculos XX e XXI. Até então, o (pre)conceito e a visão da deficiência manteve-se fortemente conectado à exclusão e opressão de pessoas com deficiências, negando-lhes os mesmos direitos que as restantes pessoas. Lowenfeld (1975, cit. Marins, 2014) defende que existiram quatro momentos da história relativamente ao entendimento e abordagem da deficiência²²: separação, proteção, emancipação e integração. Segundo o mesmo, o primeiro momento está relacionado com o corpo e as suas capacidades, a par de uma época em que o Homem dependia de si mesmo para caçar e conseqüentemente sobreviver, estavam inteiramente dependentes do seu corpo e da sua funcionalidade. Na época romana e grega, caracterizada pelos ideais de beleza, o autor defende que as pessoas com deficiência eram desconsideradas e a comunidade Surda não era considerada humana pois não praticava a oralidade - condição essencial do ser humano. O autor reflecte ainda sobre a fase da proteção, que defende ter acontecido na época medieval e caracteriza-a pela protecção das pessoas com deficiência por parte da Igreja, resultante da força do cristianismo, como forma de caridade; ao mesmo

²² O autor escreve sobre a deficiência visual, especificamente.

tempo, argumenta ter existido uma perspetiva sobre as pessoas com deficiência relacionada ao pecado e à impuridade. Por fim, defende que o período da emancipação acontece nos séculos XVIII e XIX, com os desenvolvimentos tecnológicos e conceptuais de Louis Braille²³, Denis Diderot²⁴, Charles Michel de l'Épée²⁵, e considera ter existido uma fase de integração, que ocorreu após a Primeira Guerra Mundial (1914-1918) e a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), com o retorno de soldados que sofreram acidentes em batalha (Lowenfeld, 1975, cit. por Marins, 2014).

Efectivamente, é possível assinalar vários momentos, políticas europeias e estatais, iniciativas e movimentos que marcam o século XX e XXI numa análise histórico-social da deficiência, a nível nacional e internacional, que podem ser consultadas no Anexo A.

2.1.3. O panorama legal e político em Portugal

No panorama nacional, é importante referir a publicação do Decreto-Lei nº6/71, de 8 de Novembro, destinado a “assegurar a reabilitação dos deficientes, visando a sua integração social”, lei esta que espelha, pela primeira vez, um reconhecimento da responsabilidade do Estado em proteger e criar mecanismos de apoio a pessoas com deficiência. Em 1971, é também criado o Secretariado Nacional de Reabilitação, hoje o Instituto Nacional para a Reabilitação, responsável por “(...) assegurar o planeamento, execução e coordenação das políticas nacionais destinadas a promover os direitos das pessoas com deficiência” (INR, 2021)²⁶. Após a revolução do 25 de Abril, e com a Constituição da República Portuguesa — CRP, em 1976, há uma mudança de paradigma relativamente ao desenvolvimento de políticas de proteção de pessoas com deficiência (Martins, 2014). Um dos momentos históricos das políticas estatais foi a adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia, pelas “possibilidades de financiamento de programas sociais alargados e a necessidade de responder às exigências de convergência com o modelo europeu.” (Portugal, Martins, Ramos, Hespanha, Alves & Fidalgo, 2011, p. 130). A partir deste momento, é possível verificar a

²³ Louis Braille é o responsável pelo desenvolvimento de um sistema de escrita e leitura para pessoas cegas, em 1825.

²⁴ Autor da obra “Carta sobre os cegos para uso dos que vêem” (1749).

²⁵ “(...) De l'Épée desenvolveu, como pedagogo e logopedista, um método sistemático para ensinar pessoas com deficiência auditiva e um alfabeto manual, dando-lhe o nome de Língua de Sinais Francesa, que foi adaptado para a Língua de Sinais Americana décadas depois de sua morte.” (López, 2018)

²⁶ Disponível em <https://www.inr.pt/inr> consultado a 28 de setembro.

promulgação de diversas leis que consideram a proteção de pessoas com deficiência ou incapacidade em Portugal, nomeadamente as seguintes:

Tabela 1 — Retrospectiva do panorama legislativo, em Portugal, relativamente à deficiência

Ano	Decreto-lei	Data	Resumo
1971	Lei nº6/71	8 de novembro	“(…) assegurar a reabilitação dos deficientes, visando a sua integração social.”
1989	Lei nº9/89	2 de maio	Lei de Bases da Prevenção e da Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência
1997	Decreto-lei nº123/97	22 de maio	“Torna obrigatória a adopção de um conjunto de normas técnicas básicas de eliminação de barreiras arquitectónicas em edifícios públicos, equipamentos colectivos e via pública para melhoria da acessibilidade das pessoas com mobilidade condicionada”
1999	Decreto-lei 118/99	14 abril	“Estabelece o direito de acessibilidade dos deficientes visuais acompanhados de «cães-guias» a locais, transportes e estabelecimentos de acesso público, bem como as condições a que estão sujeitos estes animais.”
2004	Lei nº38/2004	18 de agosto	Regime Jurídico da Prevenção, Habilitação, Reabilitação e Participação da Pessoa com Deficiência. Revoga a Lei nº 9/89, de 2 de maio.
2006	Decreto-lei nº163/2006	8 de agosto	“Aprova o regime da acessibilidade aos edifícios e estabelecimentos que recebem público, via pública e edifícios habitacionais, revogando o Decreto-Lei n.º 123/97, de 22 de Maio”
2006	Decreto-lei nº46/2006	28 de agosto	“Proíbe e pune a discriminação em razão da deficiência e da existência de risco agravado de saúde.”
2007	Decreto-lei nº74/2007	27 de março	“Consagra o direito de acesso das pessoas com deficiência acompanhadas de cães de assistência a locais, transportes e estabelecimentos de acesso público, revogando o Decreto-Lei n.º 118/99, de 14 de Abril”
2014	Decreto-Lei n.º 136/2014	9 de setembro	“Procede à décima terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, que estabelece o regime jurídico da urbanização e edificação (prazo máximo de fiscalização - 10 anos)”
2017	Decreto-Lei n.º 125/2017	4 de outubro	“Altera o regime da acessibilidade aos edifícios e estabelecimentos que recebem público, via pública e edifícios habitacionais.”

Dos vários momentos e legislação mencionada, destacar “Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência”, aprovada em 2006 pelos Estados Partes das Nações Unidas, cujo objetivo “é promover, proteger e garantir o pleno e igual gozo de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais por todas as pessoas com deficiência e promover o respeito pela sua dignidade inerente.” Este foi um importante marco na história, principalmente no que diz respeito à defesa dos direitos económicos, sociais e culturais das pessoas com deficiência, destacando princípios como a dignidade, respeito, aceitação, autonomia individual, independência, a não-discriminação, igualdade de oportunidades, sensibilização, inclusão e acessibilidade (Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, 2006). Explicitamente, delineou as obrigações dos Estados, que se deveriam comprometer a adoptar medidas legislativas e administrativas que garantissem a implementação do descrito na Convenção; a tomar medidas para combater a discriminação; desenvolver bens, serviços, equipamentos e instalações inclusivas; e a reconhecer os direitos das pessoas com deficiência à Educação, Saúde, habilitação e reabilitação, trabalho e emprego, participação na vida política e pública, participação na vida cultural, recreação, lazer e desporto. De referir o artigo 30º, atento à igualdade na participação na vida cultural, recreação e lazer. Esta Convenção também previa o compromisso dos Estados em recolher informação e dados estatísticos para a adaptação e implementação de políticas que permitam colocar em vigor a Convenção. Foi também criada a Comissão para os Direitos das Pessoas com Deficiência, composta por um grupo de pessoas que deverá monitorizar a implementação e progressos resultantes da Convenção, realizados pelos Estados, através de relatórios descritivos, a serem entregues após a implementação da Convenção em determinado Estado. Segundo o INR:

“Portugal subscreve integralmente a abordagem dos direitos humanos das pessoas com deficiência defendida pela Convenção, que ao nível das Nações Unidas quer ao nível da União Europeia. As associações das pessoas com deficiência e suas famílias participaram também nesta negociação através das suas representantes europeias e internacionais.” (INR, 2023)²⁷.

²⁷ Disponível em <https://www.inr.pt/convencao-sobre-os-direitos-das-pessoas-com-deficiencia> consultado a 28 de setembro.

Em 2006, promulga-se a lei que proíbe e pune a discriminação da deficiência (Decreto-lei nº46/2006, 28 de Agosto) ainda antes de Portugal assinar a Convenção, em 2007²⁸, o que demonstra um interesse prévio, por parte do Estado, em criar legislação em favor da defesa dos direitos das pessoas com deficiência. A publicação do Decreto-Lei n.º 163/2006, de 8 de agosto, revoga o Decreto-Lei n.º 123/97, de 22 de Maio:

“(…) numa solução de continuidade com o anterior diploma, corrigir as imperfeições nele constatadas, melhorando os mecanismos fiscalizadores, dotando-o de uma maior eficácia sancionatória, aumentando os níveis de comunicação e de responsabilização dos diversos agentes envolvidos nestes procedimentos, bem como introduzir novas soluções, consentâneas com a evolução técnica, social e legislativa entretanto verificada.”

Existiu, de facto, uma maior preocupação e também compromisso, no seguimento da adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia, no entanto, o panorama nacional foi principalmente marcado pela legislação fortemente enquadrada num entendimento médico e individual, suportado pela assistência médica, dependência, apoios sociais baseados na assistência (Fontes, 2008, cit. por Fontes, 2009). A questão do modelo médico/social reflete-se nesta questão, precisamente porque o foco está em “tratar”, “cuidar” e criar apoios para integrar pessoas com deficiência, em par com o modelo médico/individual da deficiência, em vez de criar espaços e condições acessíveis à pessoa com deficiência. Não esquecer que estas condições não só beneficiam pessoas com deficiência, mas todas as outras pessoas.

Em 2012, é publicado e partilhado com a Comissão para os Direitos das Pessoas com Deficiência o “Initial Report of Portugal on the implementation of the Convection on the Rights of Persons with Disabilities” (CRPD) que cobre os anos entre a homologação da Convenção em Portugal, em Setembro de 2009 e Setembro de 2011. O que se encontra neste relatório é uma análise detalhada, que acompanha de ponto a ponto/obrigações apontadas pela Convenção e de que forma Portugal as cumpriu, através de uma descrição detalhada das

²⁸ Informação disponível em <https://www.ministeriopublico.pt/instrumento/convencao-sobre-os-direitos-das-pessoas-com-deficiencia> e consultada a 28 de setembro.

diferentes medidas implementadas. Em 2015, é publicado pelo CRPD, “List of issues in relation to the initial report of Portugal —CRPD/C/PRT/Q/1”, que no geral solicitava a partilha de informação atualizada sobre os pontos que se tinham vindo a trabalhar. Em 2016, Portugal responde através do documento “Addendum: Replies of Portugal to the list of issues — CRPD/C/PRT/Q/1/Add.1” (CRPD, 2016a) e, ainda, através do documento “Submission to the Committee on the Rights of Persons with Disabilities of the Responses to the List of Issue by the Disability and Human Rights Observatory” apresentado pelo ODDH, em 2016.

Em 2016 é também partilhado o documento “Concluding observations on the initial report of Portugal — CRPD/C/PRT/CO”, que se divide maioritariamente em “Aspetos positivos” e “Áreas de preocupação”, sendo a última um conjunto de recomendações, pedidos, anotações e preocupações, sendo os verbos mais utilizados “recommends”, “notes” e “[the Committee] is concerned” (CRPD/, 2016b). Em 2017, é publicada informação de seguimento, lendo-se “Portugal will develop a new strategy to replace the National Disability Strategy 2011-2013 («Estratégia Nacional para a Deficiência 2011-2013») which will be called Green Book and Agenda for Inclusion” (CRPD, 2017, p.2).

Ainda no que diz respeito a este tema, existe um Mecanismo de Monitorização da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (Me-CDPD) que tem como responsabilidade a monitorização da implementação da Convenção em Portugal. Em 2021, celebrou-se o 15º aniversário da publicação da mesma e, nesse sentido, o Me-CDPD fez um comunicado no qual refletiu acerca das falhas e da falta de acesso integral das pessoas com deficiência aos seus direitos, apontando insuficiências em determinadas áreas como

“(…) regime do maior acompanhado, ao estatuto do cuidador informal, à lei da saúde mental, à promoção da Língua Gestual Portuguesa, à reforma antecipada para as pessoas com deficiência, entre muitos outros temas.” (Me-CDPD, 2021, cit. pelo Centro de Vida Independente, 2021)²⁹.

²⁹ Disponível em

<https://vidaindependente.org/blog/2021/12/17/15-anos-depois-que-direitos-para-as-pessoas-com-deficiencia/> consultado a 28 de setembro.

Neste comunicado aponta ainda preocupações no que diz respeito à falta de sanções na discriminação das pessoas com deficiência, o desrespeito pela legislação sobre acessibilidades, a utilização de “falta de recursos orçamentais” como justificação “todos os diferentes obstáculos que todas as pessoas com deficiência continua a encontrar no dia-a-dia para exercer os mais simples direitos (...)” (Me-CDPD, 2021, cit. pelo Centro de Vida Independente, 2021). Aponta ainda a falta de estatísticas acerca das pessoas com deficiência (sendo que já está aprovado na Lei do Orçamento do Estado 2023, artigo 127º) e o problema da avaliação da deficiência ainda ser realizada com base em conceitos médicos/modelo médico (Me-CDPD, 2021, cit. pelo Centro de Vida Independente, 2021), que se assemelha à opinião de Fontes no que diz respeito à legislação portuguesa (2009). De realçar que o único inquérito nacional realizado em Portugal exclusivamente sobre a experiência de pessoas com deficiência foi realizado em 1995 “Inquérito nacional às incapacidades, deficiências e desvantagens: resultados globais” (SNR, 1996). Relativamente a relatórios, em Portugal também, uma das mais importantes referências é a publicação anual “Pessoas com Deficiência em Portugal: Indicadores de Direitos Humanos”, realizada pelo Observatório da Deficiência e Direitos Humanos.

Em contraste com o descrito, relativamente às medidas, programas e políticas, no Dia Europeu da Vida Independente, 5 de maio, o Centro de Vida Independente publica no Instagram um conjunto de preocupações com base na materialização dos princípios da Convenção. Afirma

“Mais uma vez exigimos a efetiva e concreta implementação de políticas para a deficiência, num processo participado - que não de meros anúncios, estratégias e/ou programas - e que cumpra o princípio “Nada sobre nós sem nós”. (Centro de Vida Independente, 2023)

o que revela uma realidade desproporcional às medidas e estratégias definidas e a necessidade de incluir pessoas com deficiência na discussão. O Centro de Vida Independente tem um papel fulcral na defesa dos direitos das pessoas com deficiência. O primeiro Centro surge na Califórnia nos anos 70, criado por um grupo de estudantes universitários com deficiência que

defendia a sua liberdade e a sua autonomia do que respeitava as suas vidas (Centro de Vida Independente, n.d.)³⁰.

2.2. Linguagem que utilizamos/comunicação

2.2.1. A carga simbólica das palavras

Durante a investigação para o presente trabalho, várias questões linguísticas surgiram, nomeadamente a atualização de termos/palavras que ao longo dos anos passaram a estar desatualizados. A evolução de significados e a forma como olhamos o mundo acompanha o processo evolutivo da sociedade, sendo que é um resultado dito normal dessa evolução. A linguagem tem repercussões diretas na conceção do mundo e das pessoas que nos rodeiam.

Apesar de contextos diferentes, e conforme já foi aqui apresentado, pode ser afirmado que há uma cultura da deficiência - *disability culture* - tópico explorado por vários autores (Brown, 2002; Hopson, 2019) e há diversos trabalhos académicos que exploram questões identitárias de pessoas com deficiência com as experiências de pessoas não-brancas, mulheres, comunidade LGBTQI+, entre outras comunidades marginalizadas (Shakespeare 1996, Rodríguez-Roldán 2020, Aguirre & Ribeiro 2021). Aguirre e Ribeiro defendem que, à semelhança do que aconteceu com outras comunidades marginalizadas, as dinâmicas linguísticas da deficiência têm sido bastante discutidas (2021). Seguindo este pensamento da relação entre cultura, exclusão/inclusão e o peso da linguagem que utilizamos, é pertinente evocar a Introdução que Grada Kilomba (2019) escreve especificamente para a versão portuguesa do seu livro “Memórias da Plantação - Episódios de Racismo Quotidiano”, na qual se lê

“(…) a língua por mais poética que possa ser, tem também uma dimensão política de criar, fixar e perpetuar relações de poder e de violência, pois cada palavra que usamos define o lugar de uma identidade. No fundo, através das suas terminologias, a língua informa-nos constantemente de quem é normal e de quem é que pode representar a verdadeira condição humana.” (pp. 8—9)

³⁰ Disponível em <https://vidaindependente.org/o-que-e-a-vida-independente/> consultado a 28 de setembro.

É particularmente importante realçar as relações de poder que a linguagem é capaz de produzir e ao mesmo tempo a violência que consegue perpetuar. Ainda acerca da importância da discussão em torno da linguagem e deficiência, Barnes defende que

“The first and most important thing to remember about discussions of language and disability is that they arise because disabled people experience discrimination daily and are denied the same rights and opportunities as the rest of the population” (1993, p.1).

2.2.2. A língua portuguesa e a deficiência

Na língua portuguesa, o primeiro passo, ou pelo menos o mais significativo, foi a passagem de “deficiente” para pessoa com deficiência. Existem guidelines definidos por diversas entidades, muito recentemente, que definem uma linguagem “mais correta” e inclusiva. É, no entanto, difícil definir o “correto” em assuntos tão conectados à identidade pessoal. Algo muito claro nesta investigação no que diz respeito à linguagem é a diferença da língua portuguesa e inglesa.

Primeiramente, deverá ser abordada a diferença entre *deficiência* e *incapacidade*. No site da Unidade de Investigação, Inclusão e Acessibilidade em Ação, podemos ler que

“Deficiência é permanente. É centrada em condições físicas, mentais e sensoriais de acordo com uma avaliação médica; isto é, é mensurável e descrita em termos clínicos. Incapacidade pode ser temporária ou permanente. O seu grau depende das condições do meio envolvente; isto é, aquilo que a pessoa é capaz de fazer em função do que o meio (físico e humano) oferece e exige.” (n.d)³¹

Esta diferenciação surge paralelamente ao surgimento do modelo social, que se opõe ao modelo médico da deficiência. A diferença está no entendimento da pessoa que porta um problema, conforme é vista pelo modelo médico versus a pessoa ser incapacitada pela

³¹ Disponível em <https://iact.ipleiria.pt/conceitos/incapacidade/> consultado a 28 de setembro.

sociedade, que ergue barreiras à sua inclusão. Não é, no entanto, unânime a utilização de um termo ou outro, sendo que há pessoas que se identificam com o termo “pessoas com deficiência”, outras com “pessoas com incapacidade”, ou ambas. A deficiência é diversa, pode ser motora, sensorial, intelectual, psíquica, visceral ou múltipla, e as pessoas com deficiência são também diversas, com opiniões, perspectivas e vivências diferentes.

No guião criado pela Acesso Cultura “A participação cultural de pessoas com deficiência ou incapacidade: como criar um plano de acessibilidade” (Vlachou & Sousa, 2020), e tal como se lê no título, o termo utilizado é “pessoas com deficiência ou incapacidade”. Outras instituições e plataformas como o INR e o Valor T, utilizam por sua vez “pessoas com deficiência” na sua comunicação³². Além disso, na Constituição da República Portuguesa - CRP é possível encontrar a utilização do termo “portadores de deficiência”. No que diz respeito à comunicação de instituições portuguesas, é importante também destacar a utilização de outro termo menos comum, nomeadamente “pessoas com diversidade funcional”, como é utilizado por exemplo pelo Centro de Vida Independente³³ e a APPC³⁴. Em contraste, sobre a discussão “pessoas com incapacidade” ou “pessoas incapacitadas”, no guião da Acesso Cultura sobre como criar um plano de acessibilidade, podemos ler que é incorrecto utilizar o termo “pessoas incapacitadas” (Vlachou & Sousa, 2020). Ainda na língua portuguesa, encontramos a palavra “desvantagem”, “pessoa com necessidades específicas” ou “pessoa com necessidades especiais”.

Segundo o enquadramento legal, em Portugal, relativo à pessoa com deficiência, encontra-se descrito na lei nº38/2004,

“Considera-se pessoa com deficiência aquela que, por motivo de perda ou anomalia, congénita ou adquirida, de funções ou de estruturas do corpo, incluindo as funções psicológicas, apresente dificuldades específicas susceptíveis de, em conjugação com os fatores do meio, lhe limitar ou dificultar a actividade e a participação em

³² Possível verificar esta informação, através da consulta do site do INR - <https://www.inr.pt/inicio> - bem como o site do Valor T - <https://valort.scml.pt/ValorT/Home>

³³ Possível verificar esta informação, através do site <https://vidaindependente.org/o-que-e-o-centro-de-vida-independente/centro-de-vida-independente-porque/>

³⁴ Possível verificar esta informação, através do link https://www.appc.pt/politicas/pol_003_01_abrangencia.pdf

condições de igualdade com as demais pessoas.” (Lei nº38/2004 de 18 de Agosto, 2004).

Outro exemplo e discussão dentro da língua portuguesa é a utilização de “pessoas com mobilidade condicionada” ou “pessoas com mobilidade reduzida”. Esta é também uma questão linguística e de identidade. É importante refletir a experiência única de cada pessoa com deficiência, ou seja, nem todas as pessoas com deficiência sentem o mesmo e irão querer ser identificadas da mesma forma.

Estas definições e conceitos estão, no entanto, em constante evolução, conforme é reconhecido na “Convenção sobre os Direitos das Pessoa com Deficiência”, onde encontramos “Reconhecendo que a deficiência é um conceito em evolução que resulta da interação entre pessoas com incapacidades e barreiras comportamentais e ambientais que impedem a sua participação plena e efetiva na sociedade em condições de igualdade com o os outros” (2006). Esta evolução reflete-se na forma como a linguagem se vai adaptando aos contextos sociais que se encontram igualmente em constante evolução.

2.2.3. A língua inglesa e a deficiência

Na língua inglesa, encontramos esta discussão em torno de dois movimentos, *Person-first Language* e *Identity-first Language*. O primeiro, associado ao termo “person with disability”, coloca a pessoa antes da deficiência, enquanto o segundo coloca a identidade em primeiro lugar, “disabled person”. Mais recentemente, tem-se assistido a um forte movimento de grupos de jovens com deficiência nas redes sociais que incentivam o uso da palavra “disabled”, como resposta ao uso de *Person-first Language*, identificada por muitos profissionais de saúde, associações e outras plataformas como a linguagem preferencial. #SayTheWord é o nome da campanha criada pelo performer Carter-Long, em 2016, após o discurso State of the Union do então Presidente dos Estados Unidos, Barack Obama, que falhou em mencionar a comunidade de pessoas com deficiência (King, 2016). Nas palavras de Carter-Long

“#SayTheWord is an attempt to facilitate that kind of understanding and perspective, to interject a disability consciousness into everyday situations that, thus far, too many have been able to ignore or take for granted” (King, 2016).

Esta é uma afirmação importante, principalmente porque os defensores principais da utilização de person-first language são pessoas sem deficiência e, muitas vezes, sobrepõem-se às vozes de pessoas com deficiência que preferem *Identity-first language* (Wong, 2021). Neste sentido, há de facto um número elevado de instituições que utilizam *Person-first language*, como a WHO, que utiliza “persons with disabilities” na sua comunicação, e as Nações Unidas, que criaram um documento, em 2019, intitulado “Disability-inclusive language guidelines”, escrito com o apoio de pessoas com deficiência, no qual apresentam recomendações que o staff, especialistas e colaboradores das Nações Unidas podem utilizar quando abordarem temas de deficiência. Neste documento, a primeira indicação é precisamente “Use people-first language”, sendo que reconhecem que, quando na dúvida, se deve perguntar à pessoa como se identificam (United Nations Office, 2019). Existe ainda outra questão no que diz respeito a estas duas variantes identitárias na língua inglesa, nomeadamente a tentativa de evitar a palavra “disabled”, resultando na utilização de termos alternativos como "handicapable" ou “differently abled” que têm vindo a ser rejeitados e considerados paternalistas por parte da comunidade de pessoas com deficiência (através das redes sociais e comunicação social).

2.2.3.1. Os desafios da tradução Inglês - Português

No que diz respeito a traduções, há uma referência importante relativamente a termos “disability”, “impairment” e “handicap”, que carregam em si anos de história: “Reflexões sobre a versão em Português da Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde” escrito em 2007 por Debora Diniz, Marcelo Medeiros, Flávia Squinca. Este documento reflete sobre a dificuldade de transmitir a mesma interpretação após a tradução do texto, refutando a tradução feita para português da Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde, defendendo a utilização do termo “deficiência” e não “incapacidade”:

“A análise da terminologia adotada pela Organização Mundial da Saúde para deficiência mostra que a International Classification of Functioning, Disability and Health foi fortemente influenciada pelo modelo social da deficiência, um campo de pesquisas sobre deficiência das humanidades em saúde. As traduções do documento devem contemplar esse marco teórico nas escolhas terminológicas em cada idioma. No Brasil, o documento foi traduzido como Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde. Julgamos que mais adequado que traduzir disability por «incapacidade» e impairments por «deficiências» seria usar o termo «deficiência» para disability e «lesão» para impairment. Dado o marco normativo do documento para as políticas públicas e pesquisas científicas é preciso garantir a acuidade e legitimidade dos conceitos e seus fundamentos teóricos.” (Diniz, Medeiros & Squinca, 2007)

2.2.4. Quem são todos?

Sobre o questionamento da pluralidade foi essencial, para o desenvolvimento deste trabalho, abordar e ter em consideração a vasta discussão em torno do que significa criar e programar espaços inclusivos *para todos*. Habitualmente, na pesquisa em torno da inclusão em espaços culturais, é relativamente fácil encontrar referências de espaços *para todos*. Iniciativas como Museus para todos, Cultura para todos, programa *All for all* dinamizado pelo Turismo de Portugal e Festival Todos são alguns exemplos. Mas quem são estas pessoas e grupos que definimos como *todos*? Até que ponto é possível, na sua totalidade e abrangência, criar espaços, condições, programas *para todos*? A própria palavra *todos* implica, linguisticamente, à luz das teorias de identidade de género, a exclusão de outros grupos de pessoas, como mulheres e pessoas da comunidade LGBTQI+³⁵. Antes da criação de um plano, para que este tenha como base um fundamento, tendo conseqüentemente mais probabilidades de ser um sucesso, é necessário compreender que público o projeto que temos como referência recebe. Para isso, a análise de públicos mostra-se aqui um passo importante para que um plano seja fundamentado, focado e adaptado a determinado público. “O para todos não existe, existe o mais acessível” (Vlachou & Sousa, 2020). Quando se fala de projetos mais pequenos, com

³⁵ Especificamente sobre este assunto, fora do nosso escopo de investigação, ver Sousa-Silva (2021), Coutinho (2021), Cerqueira e Magalhães (2018).

menos recursos humanos e financeiros, a análise de públicos e o foco do trabalho em determinado público é, de facto, um passo importante para tentar garantir que há um investimento concentrado e dedicado, aumentando as probabilidades de uma eficaz implementação, pelo menos num momento inicial.

2.2.5. A representação de pessoas com deficiência

Comunicamos de diversas formas, além da *fala*, incluindo através de imagens representativas. Nessas imagens, a inclusão e representação de pessoas com deficiência ainda é uma minoria, com menos de 1% das 150 mil notícias publicadas entre 2009 e 2013 a fazer referência a pessoas com deficiência (Cunha & Pinto, 2017). A falta de diversidade é uma questão mais abrangente, discutida e defendida por muitos grupos sub-representados, sendo que para alcançar a discussão da diversidade se deverá tomar consciência da necessária inclusão destes grupos em todas as camadas da sociedade, que inclui a sua presença e representação em posições de tomada de decisões, posições de poder, e também na comunicação, *media*, cinemas, publicidades, imagens, que a uma grande velocidade são consumidas pela população. Estas imagens presentes nos telemóveis, televisões, estão também presentes na cidade que “(...) afigura-se um território onde as imagens conquistam um peso importante na forma como nos relacionamos socialmente, como entendemos o meio em nosso redor e nos orientamos nele.” (Campos, Brighenti & Spinelli, 2011, p.2). Esta produção de significados é fulcral para a construção de uma sociedade inclusiva, que continuará a ser influenciada pelas imagens que consome, sem as questionar. Esta sub-representação e a imprecisa representação, quando existe, são também alguns dos fatores que influenciam determinadas associações conceptuais e sociais a determinados grupos de pessoas, como a associação de “coitadinho” ou “herói” à pessoa com deficiência, por exemplo “Portuguese society continues to reduce disability to the impairments of the bodies and the lives of disabled people to a fatalistic narrative of personal tragedy.” (Fontes, 2019).

Existem projetos que podemos considerar exemplares no que diz respeito à representação de pessoas com deficiência. Entre esses projetos, podemos destacar o Festival Expressarte em Portugal, que potencia a criação artística de pessoas com deficiência, criando um espaço de exposição e partilha dos seus trabalhos. Outro projeto, o Festival Internacional Extremus, que

junta pessoas com e sem deficiência num espaço criativo que explora a música, a dança e o teatro.

2.3. Prémios de acessibilidade

Neste capítulo, será feita uma análise ao levantamento de premiações de acessibilidade com uma grande projeção a nível nacional. Esta análise reflete a importância e a capacidade que estes prémios têm em definir e projetar critérios na construção de um espaço físico, social e intelectual acessível e, ao mesmo tempo, reconhecer e distinguir os melhores exemplos culturais à data. Através de uma retrospectiva temporal e analítica, é possível compreender de que forma a acessibilidade foi sendo interpretada pela sociedade e que boas práticas foram tidas em consideração.

Nesta investigação foi estabelecido um intervalo temporal para a pesquisa, nomeadamente entre 2011 e 2023. Além disso, foram investigados prémios que diretamente destacam bons exemplos de acessibilidade de projetos/instituições, ou indiretamente prémios que contemplassem nas suas categorias uma preocupação com a acessibilidade, inclusão ou o combate à discriminação. Desta forma, e em primeiro lugar, foram recolhidas informações de 17 prémios nacionais, numa tentativa em compreender o quadro mais geral sobre o tema. De seguida, e de forma mais atenta e detalhada, foram selecionados e analisados os prémios com mais projeção em Portugal, nomeadamente o Prémio Acesso Cultura, criado em 2014. Considerando o papel central do festival enquanto matéria de investigação neste relatório, destaca-se ainda o Prémio Festivais + Acessíveis, recentemente criado em 2022, através de uma breve análise ao seu contexto.

2.3.1. Premiações nacionais: premiações de acessibilidade, inclusão e inovação

A nível nacional, a análise partiu de uma investigação de premiações relacionadas com a acessibilidade cultural. Foram recolhidos dados sobre diferentes prémios, sendo que é possível, à partida, identificar a existência de mais distinções através de categorias que não são exclusivamente dedicadas à acessibilidade, mas que destacam ações de mediação cultural ou inclusão, por exemplo, e que nos seus critérios mencionam *aproximação ao público*, *acessibilidade social e intelectual*, *acessibilidade a todos os públicos*, *adaptadas a todos os públicos*, *sociedade mais inclusiva*, *participação social*, entre outros.

Tabela 2 — Descrição de premiações nacionais que abordam a acessibilidade (direta ou indiretamente)

Entidade Promotora	Prémio	Categoria	Descrição
Spira	Prémios Património Ibérico	Melhor Projecto de Mediação	“Contempla projectos de aproximação do Património Cultural ao público através da acção programada de mediadores e educadores patrimoniais ou outros, promovendo activamente um usufruto inclusivo e uma acessibilidade social e intelectual por parte da comunidade em geral ou de um público alvo específico.” ³⁶
APOM	Prémios APOM	Projeto de Educação e Mediação Cultural	“Atividades culturais dinamizadas pela instituição museológica, enquadradas na missão do museu, nomeadamente: conferências, colóquios, concertos, ações educativas inovadoras e adaptadas a todos os públicos.” ³⁷
BPI	Prémio Nacional Turismo	Turismo Inclusivo	“A promoção das marcas, dos destinos e de experiências que potenciem a inclusão e a confiança é uma abordagem imprescindível para reforçar a proximidade com os consumidores e alargar os segmentos e mercados de procura.” ³⁸
CASES	Prémio Cooperação e Solidariedade António Sérgio	Inovação e Sustentabilidade	“Sendo um prémio anual, tem conseguido adaptar-se às circunstâncias do tempo que não para e continuamente tem procurado o justo reconhecimento de quem se dedica à nobre tarefa de criar bem-estar social.” ³⁹
Fundação Manuel António da Mota	Prémio Manuel António da Mota	n/a	“Em 2022, na sua 13ª edição, o Prémio Manuel António da Mota, sob o lema “Portugal Justo”, distinguiu as instituições que se notabilizaram na luta contra a pobreza e exclusão social, acolhimento e integração de migrantes e refugiados, valorização do interior e coesão territorial, saúde, educação, emprego, apoio à família, inovação e empreendedorismo social, inclusão e transição digital e tecnológica e transição climática.” ⁴⁰

³⁶ Prémios Património Ibérico (n.d). Possível consultar esta informação em https://www.patrimonio.pt/files/ugd/3f5444_2dac106c4a00424987547de01f302c2a.pdf

³⁷ APOM (2021). Possível consultar esta informação em https://apmuseologia.wordpress.com/premios-e-regulamento-2021/?customize_changeset_uid=bff29904-b762-418f-a6a9-ea29a0d8c70&customize_autosaved=on

³⁸ BPI (2023). Possível consultar esta informação em https://sdistribution.impresa.pt/data/content/binaries/d41/603/30cf4a89-b5e6-40ff-a3a2-9ecab6281e92/PNT2023_Regulamento.pdf

³⁹ CASES (n.d). Possível consultar esta informação em <https://www.cases.pt/historia-premio-cooperacao-e-solidariedade-antonio-sergio/#2012>

⁴⁰ Foi utilizado o exemplo de 2022, sendo que as distinções feitas pelo prémio Manuel António da Mota alteram anualmente, conforme os “(...) vários domínios de atividade da Fundação”. No entanto, o prémio está, desde a sua criação em 2010, alinhado com a distinção de entidades que promovam a inclusão e combatam a exclusão social, existindo exceções habitualmente direcionadas para a sustentabilidade ou inovação, por exemplo. (FMAM, n.d.). Possível consultar mais informação em <https://www.fmam.pt/premio-mam/>

Prémio “Festival Acessível”	Programa Festivais Acessíveis do Turismo de Portugal	n/a	“(…) pretende distinguir o evento mais acessível do conjunto dos festivais que se candidatam expressamente ao prémio em cada ano.” ⁴¹
Talkfest	Iberian Festival Awards	Contribution to Equality	“A preocupação com a igualdade em termos artísticos, de trabalho, acessibilidade ou oportunidades – são uma ação cada vez mais importante dos festivais que vão assim otimizando as suas produções percebendo as exigências do seu público e incluindo todos os seus stakeholders.” ⁴²

Nesta pesquisa, foi também possível concluir que há diversos prémios que procuram distinguir projetos de investigação e inovação tecnológica que procurem encontrar soluções digitais para a inclusão de pessoas com deficiência, como é o caso do Altice Innovation Award, promovido pela Fundação Altice, ou o Prémio de Inovação Tecnológica Engenheiro Jaime Filipe, promovido pelo INR.

2.3.2. Prémio Acesso Cultura

Numa retrospectiva nacional, é possível identificar e destacar o Prémio Acesso Cultura, uma vez que é um prémio exclusivamente dedicado à acessibilidade na cultura e as suas diversas expressões, promovidos pela Acesso Cultura que

“(…) pretende distinguir, divulgar e promover projetos e entidades (públicas, cooperativas, associações e outras do sector privado) que se diferenciam pelo desenvolvimento de políticas exemplares e de boas práticas na promoção da melhoria das condições de acesso – nomeadamente físico, social e intelectual – à participação cultural em Portugal. Pretende ainda criar maior exigência na sociedade, com vista à melhoria da acessibilidade, assumida como um todo.” (n.d.)⁴³

⁴¹ Este prémio está inserido no Programa Festivais Acessíveis promovido pelo Turismo de Portugal em conjunto com o INR, que além da atribuição do prémio, “visa promover e distinguir práticas inclusivas em eventos culturais de largo espectro que apresentem condições que permitem a acessibilidade e inclusão – com idênticas condições de conforto, segurança e autonomia – de todos os públicos sem exceção, incluindo pessoas com necessidades específicas a nível motor, sensorial e cognitivo, ou ainda aquelas que, em virtude do seu percurso de vida se apresentam transitoriamente condicionadas, como grávidas, crianças e seniores.” (Turismo de Portugal, n.d.). Possível consultar mais informação em <https://business.turismodeportugal.pt/pt/Gerir/reconhecimento-externo/premios-distincoes/Paginas/programa-festivais-acessiveis.aspx>

⁴² A categoria “Contribution to Equality” foi introduzida pela primeira vez em 2023. Possível consultar mais informação em https://www.talkfest.eu/files/ugd/9d4d2e_de83ca00658548118b10b7df699595a3.pdf

⁴³ Disponível em <https://acessocultura.org/servicos/premio-acesso-cultura/> consultado a 28 de setembro.

Desde 2014, ano da sua primeira edição, a Acesso Cultura já entregou 35 prémios de acessibilidade social, intelectual, física e integrada, bem como 24 menções honrosas, às mais diversas instituições e projetos culturais nacionais, tendo recebido mais de 240 candidaturas. Nesta análise, são descritos aspectos que se destacam ao longo dos anos.

Em 2014, contou com 34 candidaturas (Acesso Cultura, 2014a), tendo atribuído o primeiro prémio (e único desta edição) ao Museu da Comunidade Concelhia da Batalha, sem fazer qualquer tipo de distinção de acessibilidade, sendo que a distinção é justificada de forma global, sem encaixar numa categoria específica (foi chamado Prémio Acesso Cultura 2014). A deliberação do Júri menciona o acesso físico, a adequação espacial, a comunicação, “(...) recursos especiais direcionados para pessoas com baixa mobilidade, com baixa visão ou cegas, surdas ou com deficiência intelectual, crianças e visitantes estrangeiros” (Acesso Cultura, 2014b), e ainda a autonomia, fulcral para considerar um espaço verdadeiramente acessível. Neste primeiro ano, há dois aspectos interessantes a destacar, nomeadamente a referência da acessibilidade pensada numa “perspetiva de continuidade” pelo vencedor do prémio, e a formação dos recursos humanos em ambas as menções honrosas, o Teatro Nacional D. Maria II e o Grupo Crinabel Teatro (Acesso Cultura, 2014b).

Em 2015, ao contrário do que aconteceu no ano anterior, é feita a distinção entre acessibilidade física, social e intelectual. O primeiro distinguiu o turismo acessível, nomeadamente os Parques de Sintra Monte da Lua, que “(...) promoveu alterações físicas no seu património, investiu em equipamentos específicos (...) desenhou programas especificamente orientados para públicos de acessibilidade física reduzida.” (Acesso Cultura, 2015). Na acessibilidade social distinguiu o projeto Museu Móvel do Museu Carlos Machado, “(...) museu enquanto espaço de inclusão (...) seja por diferentes níveis socioculturais ou pela distância geográfica” (Acesso Cultura, 2015), e por fim, na acessibilidade intelectual a “(...) [Companhia Integrada multidisciplinar] tem provado que a inclusão pela arte opera em diversas vertentes que visam a qualidade de vida e integração do intérprete com deficiência, a nível social e artístico”(Acesso Cultura, 2015), destacando ainda a sua contribuição para “mudança de atitudes”, que indiretamente realça a importância de outro tipo de acessibilidade, a atitudinal.

Em 2016, surge uma nova “categoria”, o Prémio Acessibilidade Integrada, graças à “abrangência tal em termos de acessibilidade” dos candidatos e, também, vencedores — o Parque Biológico da Serra de Lousã — que, além disso, é também destacado pela “promoção consistente e sustentável do acesso à cultura” (Acesso Cultura, 2016). Mais uma vez, encontramos a preocupação em premiar a “continuidade”, também elogiada no primeiro prémio de 2014. Ainda em 2016, há 6 Menções Honrosas, das quais se destacam bons exemplos de acessibilidade social, intelectual e física, nas mais variadas áreas culturais, como orquestra, museus e turismo acessível. Uma das menções honrosas a destacar é a área digital e a preocupação em dar visibilidade a um projeto digital, neste caso uma aplicação desenvolvida pelos Parques de Sintra Monte da Lua, que permite aos seus visitantes aceder a vários recursos visuais e sonoros dos percursos no Parque, disponibilizando audiodescrição e conteúdos em LGP, entre outras características (Acesso Cultura, 2016), o que mostra uma preocupação abrangente por parte da Acesso Cultura em destacar projetos que, de igual forma, encontrem outros tipos de recursos, neste caso através do digital e partilha online de informação útil, que facilitem e promovam o acesso à cultura a diferentes tipos de públicos. Esta valorização de acesso digital é também refletida em:

- 2017 no Prémio Acesso Cultura - Acessibilidade Física, entregue à Câmara Municipal do Porto, pelo projeto “Sistemas de Itinerários Acessíveis”, destacando além dos acessos físicos, a sua estratégia de acessibilidade informacional, através da possibilidade de consulta online. (Acesso Cultura, 2017);
- 2018, o Prémio Acesso Cultura - Acessibilidade Intelectual atribuído ao projeto “90 Segundos de Ciência” pelo ITQB Nova, Antena 1 e Novartis, que “permite a descodificação dos conteúdos, o acesso à informação (...) estando disponível na Web.” (Acesso Cultura, 2018b);
- 2021, com o Prémio Acesso Cultura 2021 – Acesso Físico, à Biblioteca Lúcio Craveiro da Silva (Bibliopolis), mencionando a disponibilização de website conforme as normas de acessibilidade web (Acesso Cultura, 2021);
- em 2022, com o Prémio Acesso Cultura – Acesso físico e intelectual ao Museu Nacional Ferroviário, com o projeto “Wellcome all”, através do qual o “(...) Museu criou um website acessível onde a visita ao espaço e colecções pode ser preparada previamente pela consulta do percurso acessível.” (Acesso Cultura, 2022)

Através destes prémios, é possível concluir que ferramentas digitais são fortes aliadas da criação de espaços mais acessíveis, quer na sua dimensão física, como intelectual.

Além disso, esta preocupação reflete-se na criação de um prémio específico para linguagem clara, nomeadamente o Prémio Acesso Cultura – Linguagem Clara, que

“(…) é um prémio de reconhecimento que vem complementar este esforço, procurando criar uma motivação adicional para estudar, implementar e dar a conhecer as boas práticas. Articulando o prémio com outras iniciativas (por exemplo, o curso «Comunicação Acessível: design de comunicação e linguagem clara», a promoção de debates e conferências e a partilha de notícias sobre estes temas), a Acesso Cultura pretende manter a reflexão viva, sempre presente, incentivar e ajudar na passagem da teoria para a prática, sendo esta uma forma de contribuir para o acesso à cultura em Portugal.” (Acesso Cultura, n.d.)⁴⁴.

No entanto, e curiosamente, a Acesso Cultura refere “Ao longo dos anos, as candidaturas têm vindo a diminuir, talvez devido ao facto das organizações culturais terem tomado consciência de não estar a trabalhar nesse sentido: da comunicação clara com públicos não especialistas.” (2023)

2.3.2.1. Overview Prémio Acesso Cultura, entre 2014 e 2023

Ao longo dos anos, os prémios de acessibilidade evoluíram de forma orgânica, não tendo um número específico de atribuições de prémios, ou seja, aparentemente os mesmos são adaptados às candidaturas que são recebidas e não ao contrário, através de categorias fixas, da mesma forma que no mesmo ano podem ser atribuídos mais que um prémio do mesmo tipo de acessibilidade, como por exemplo em 2017, ano em que foram atribuídos dois prémios de Acessibilidade Intelectual, ou em 2016 e 2019, dois prémios de acessibilidade social. Desta forma, é possível compreender que existe organicamente uma atribuição de prémios, conforme os projetos exemplares candidatos.

⁴⁴ Disponível em <https://accessocultura.org/servicos/premio-linguagem-clara/> consultado a 30 de setembro.

Ao longo dos anos é possível verificar o aumento da atribuição de prémios integrados e a diminuição de atribuição de prémio de acessibilidade física, o que reflete uma preocupação com um processo de criação de espaços físicos acessíveis, mas um reconhecimento por processos que vão além dessa preocupação e que incluem na globalidade outros tipos de acesso.

A representação de acesso social nos projetos selecionados é marcante, o que reflete a abrangência dos prémios Acesso Cultura. Este padrão pode ser verificado na atribuição de prémios ao longo dos anos, sendo que foram atribuídos 12 de acesso social, 11 de acesso físico (sendo que 2 se cruzam com a intelectual), 12 de acesso intelectual e 8 de acesso integrado. Além disso, é possível verificar que este é um prémio abrangente, tendo distinguido diferentes tipos de entidades, como associações, bibliotecas, câmaras municipais, companhias de teatro, cooperativas, empresas, espaço cultural, grupo de dança, instituição educativa, museus, parques, sociedade artística, projetos e teatros. As associações são as mais premiadas ao longo dos anos, com 9 prémios, entre a acessibilidade social (2), intelectual (4), integrada (2) e físico/intelectual (1). De seguida, o espaço museológico é o mais premiado, com 6 prémios, o primeiro entregue em 2014, sem distinção específica, e de seguida acesso social (1), integrado (2), social/intelectual(1) e físico/intelectual (1). No aspecto de inclusão, e através da leitura dos pareceres do júri, os projetos/instituições selecionados abrangem uma grande diversidade de públicos, de diversas faixas etárias, de crianças, a jovens e seniores, migrantes, populações em zonas periféricas, desempregados e pessoas com deficiência.

Uma vez que este é um prémio bastante abrangente, tocando diferentes áreas artísticas, permite que as mais diversas entidades tenham sido distinguidas e de forma variada, com muito poucas repetições. No entanto, é possível identificar a entidade mais reconhecida, nomeadamente o Museu Nacional de Machado de Castro, que conta com 2 menções honrosas, em 2015 e em 2018. Além disso, foi premiado, em 2019, pelo acesso integrado. De seguida, encontra-se a SAMP e o museu da Marioneta, ambos com 1 menção honrosa e 1 premiação.

Em 2023 o Prémio Acesso Cultura volta a não apresentar distinções pelo tipo de acesso premiado, dos quais resultam 3 prémios: à Associação Cultural Figura Nacional, pelo projeto “Cinema Insuflável”, ao CCER Mais CRL, pelo projeto 5ª Punkada e ao LUCA – Teatro Luís

de Camões; e 2 menções honrosas a Terra Amarela, pelo espectáculo “Zoo Story”, e a A música portuguesa a gostar dela próprio, pelo projeto “A música cigana a gostar dela própria” (Acesso Cultura, 2023).

2.3.2.2. Boas práticas distinguidas pelo Prémio Acesso Cultura

Naturalmente, as premiações estão conectadas a práticas e ações exemplares na acessibilidade cultural em Portugal. Desta forma, complementando com o que teoricamente já foi discutido neste trabalho, nomeadamente o caminho a percorrer para implementar medidas de acessibilidade além de soluções relacionadas com o acesso físico, implementando ou procurando ações que incluam não só no espaço físico, mas principalmente no espaço criativo, de interação e discussão, grupos com oportunidades limitadas. Assim, destacam-se as seguintes medidas:

- A partilha de espaços e criação artística entre comunidades com e sem deficiência:
 - Prémio Acesso Cultura – Acessibilidade Intelectual, 2015, Associação Vo’Arte - “(...) trabalho meritório na área da inclusão artística (...) através da produção da CiM – Companhia Integrada multidisciplinar, que une intérpretes, bailarinos e actores com e sem deficiência” (Acesso Cultura, 2015);
 - Prémio Acesso Cultura – Acessibilidade Física, 2016, Grupo Dançando com a Diferença - “(...) inúmeros foram os artistas que tiveram as suas primeiras experiências com artistas com algum tipo de deficiência. Isso também ajudou a que mentalidades fossem mudadas e novos espaços fossem criados (...)” (Acesso Cultura, 2016);
 - Prémio Acesso Cultura – Acessibilidade Intelectual, 2017, Associação Histórias para Pensar – projeto Mãos que cantam - “(...) une ouvintes e não ouvintes num coro único (...)” (Acesso Cultura, 2017);
- Divulgação de obras artísticas de pessoas com deficiência:
 - Prémio Acesso Cultura – Acessibilidade Intelectual, 2017, ANACED - “(...) É disto exemplo o número elevado de obras artísticas de pessoas com deficiência divulgadas, pela ANACED, em exposições pelo País e o recente Manual de Boas Práticas Artísticas (...)” (Acesso Cultura, 2017);
- Empregabilidade:

- Prémio Acesso Cultura – Acesso Integrado, 2022, Associação Cultural Terra Amarela – Plataforma de Criação Artística Inclusiva - “Actua não só na acessibilidade de um modo integrado (física, psicológica e socialmente), como também com diferentes dimensões: da formação profissional, empregabilidade (...)” (Acesso Cultura, 2022)

2.3.3. Prémio Festival Acessível

Este prémio surgiu muito recentemente, em 2022, e a análise do seu despacho n.º 11448/2022, de 26 de setembro, ajuda também na compreensão daquilo que está a ser considerado aceitável para um festival ser considerado acessível. O prémio está diretamente relacionado com a Estratégia Turismo 2027, “numa ótica inclusiva como um dos cinco eixos prioritários de intervenção” (Despacho n.º 11448/2022, de 26 de setembro).

Esta é uma iniciativa conjunta do Turismo de Portugal e do INR, cujo objetivo é “distinguir e promover práticas inclusivas em eventos culturais, como é o caso dos festivais, que apresentem idênticas condições de lazer, conforto, segurança e autonomia para todos os públicos sem exceção, incluindo pessoas com mobilidade condicionada” (Despacho n.º 11448/2022, de 26 de setembro). Os festivais elegíveis deverão atuar nomeadamente nas artes de rua, artes performativas, artes plásticas, cinema, dança, literatura, música e teatro. Importante referir que há uma comissão técnica que analisa as candidaturas, com membros designados pelo Turismo de Portugal e pelo INR. Esta comissão tem diversas responsabilidades, a destacar as visitas técnicas prévias à realização do festival, “sempre que necessário comprovar a implementação das soluções de acessibilidade decorrentes dos requisitos obrigatórios” e “Durante a realização do Festival, fora do horário de abertura ao público, para efeitos de verificação do cumprimento dos requisitos, nos termos assumidos pela entidade beneficiária, em sede de candidatura, e da qual resultou a atribuição da distinção «Festival Acessível»” (Despacho n.º 11448/2022, de 26 de setembro). O júri é composto por um elemento de cada uma das seguintes instituições - Turismo de Portugal, INR, APORFEST, DGArtes e ICA.

A lista de requisitos obrigatórios está dividida em várias áreas nomeadamente, “Acesso - Estacionamento - Percurso exterior”; “Entrada no recinto”; “Serviços de apoio específicos”; “Outros serviços” e “Informação e Divulgação”. Maioritariamente, os requisitos são de acesso físico, contemplando estacionamento, entradas e percursos acessíveis, áreas reservadas para melhor visualização, zonas de restauração com entradas acessíveis, percursos acessíveis e existência de mesas adaptadas. Outras medidas contemplam preocupações de comunicação, como sinalética legível ou website, e serviços de apoio. Consta ainda a implementação de uma política de bilheteira inclusiva e a existência de pessoal com formação para acompanhamento de pessoas com deficiência durante o festival. Contudo, o acesso ao programa não é ignorado e é requisitada a “Existência de programação, visitas ou outros serviços para pessoas surdas, nomeadamente, tradução em Língua Gestual Portuguesa e/ou Gesto Internacional, e/ou para pessoas cegas, nomeadamente, suportes informativos em Braille e em relevo, conteúdos com audiodescrição e marcação tátil de percursos, devendo ser definido um número mínimo de sessões acessíveis;” (Despacho n.º 11448/2022, de 26 de setembro).

Entre as diversas obrigações das entidades beneficiárias, consta “Assegurar (...) a melhor solução aplicável ao recinto, espaço ou serviço em causa e aos utilizadores, bem como as melhores práticas existentes, no âmbito do Desenho Universal, tendo presente, na definição das soluções de acessibilidade, os requisitos constantes do Anexo ao Decreto-Lei n.º 163/2006, de 8 de agosto, na redação em vigor, bem como as recomendações do Manual de Candidatura.” (Despacho n.º 11448/2022, de 26 de setembro), bem como o acompanhamento das devidas visitas da Comissão Técnica e assegurar a implementação das medidas corretivas identificadas pela Comissão até 48h após a visita.

Outro aspecto interessante sobre este prémio é, além da distinção, o prémio poder contemplar um apoio financeiro máximo de 15.000,00€ “(...) para a realização de um projeto de melhoria das condições de acessibilidade do Festival vencedor.” (Despacho n.º 11448/2022, de 26 de setembro). Em termos de continuidade, este prémio poderá vir a ser um bom incentivo para festivais que não consigam melhorar as suas acessibilidades, no entanto, não é uma solução para festivais que possam não ter meios económicos para a implementação de um plano de acessibilidade que responda aos requisitos de candidatura.

Em 2023, foram distinguidos o Imaginarius – Festival Internacional de Teatro de Rua, Andanças – Festival Internacional de Danças Populares e o Festival MEO Kalorama.

2.4. A acessibilidade em festivais portugueses

Partindo de uma pesquisa a diversos festivais em Portugal, procurou-se reunir casos exemplares no que diz respeito à acessibilidade em recintos improvisados. O que se verificou foi que muitos dos festivais analisados não tinham qualquer informação disponível online acerca do assunto.

2.4.1. Checklists/Guias de acessibilidade

A análise de cada festival foi feita com o apoio de diferentes *checklists*/guias para a acessibilidade, portugues e internacionais, nomeadamente:

- “Temas de Museologia: Museus e Acessibilidade” pelo Património Cultural - DGPC (Mineiro, 2004)⁴⁵
- “A participação cultural de pessoas com deficiência ou incapacidade: Como criar um plano de acessibilidade”, pela Acesso Cultura (Vlachou & Sousa, 2020)⁴⁶
- “Guia Prático: Acessibilidade em Eventos” pela Accessible Portugal (2021)⁴⁷
- “Demystifying Access: A guide for producers and performance makers: how to create better access for audiences to the performing arts” por Unlimited (Giraud, 2018)⁴⁸
- “Ensuring your venues and events are open to all: A brief Access Guide” por Unlimited Impact (2012)⁴⁹
- “Access Toolkit: Making outdoor arts events accessible to all” por Independent Street Arts Network (2009)⁵⁰

⁴⁵ Disponível em https://www.patrimoniocultural.gov.pt/static/data/publicacoes/acessibilidades/ipm_2004_museus_e_acessibilidade.pdf consultado a 28 de setembro.

⁴⁶ Disponível em <https://accessocultura.org/manual-plano-acessibilidade/> consultado a 28 de setembro.

⁴⁷ Disponível em https://accessibleportugal.com/wp-content/uploads/2021/11/acessibilidade-eventos_web.pdf consultado a 28 de setembro.

⁴⁸ Disponível em <https://weareunlimited.org.uk/wp-content/uploads/2018/08/Demystifying-Access-IPDF-Final-2.pdf> consultado a 28 de setembro.

⁴⁹ Disponível em https://demos.be/sites/default/files/shape_accessguide_2015.pdf consultado a 28 de setembro.

⁵⁰ Disponível em <https://outdoorartsuk.org/wp-content/uploads/2021/04/Access-Toolkit.pdf> consultado a 28 de setembro.

- TURISMO: Guia de Boas Práticas de Acessibilidade — Turismo Activo, pelo Turismo de Portugal (Departamento de Desenvolvimento e Inovação, 2014)⁵¹
- “Guia de Boas Práticas de Acessibilidade Comunicação Inclusiva em Monumentos, Palácios e Museus” por DGPC e Turismo de Portugal (Mineiro, 2017)⁵²
- “DIY Access Guide” por Attitude is Everything (2022)⁵³
- “Prémio Festival + Acessível: Manual de Candidatura”, por Turismo de Portugal (2022)⁵⁴.

Resultante desta análise, é possível realçar alguns pontos importantes, nomeadamente as poucas menções acerca de financiamento. Nos guias mencionados acima, “Museus e Acessibilidade pelo Património Cultural” dedica um capítulo à apresentação de diversos financiamentos públicos nacionais e europeus, bem como opções de financiamento privado, através de parcerias ou mecenato. Este é um documento de 2004 e, naturalmente, encontra-se desatualizado. No entanto, a procura por financiamento através de fundos europeus ainda é bastante atual, como a Europa Criativa, cujos objetivos incluem a inclusão e diversidade.

Sobre a questão de financiamento, ou falta dele, como problema apontado por muitas organizações, há ações que podem vir a ser encontradas e que terão poucos ou nenhum custo para o promotor, no que diz respeito a melhorar as acessibilidades do seu evento. Isto é possível verificar através da informação reunida na análise de medidas implementadas por outros festivais, em Portugal, como é feito neste capítulo.

Através da análise destes guias, é possível compreender as preocupações principais no que diz respeito à criação de eventos acessíveis, através das diferentes perspetivas de cada entidade, dada à sua natureza distinta (tanto na área cultural, como geograficamente). Através desta junção, iremos encontrar as seguintes áreas de atuação: Espaço, Evento, Sinalética, Comunicação e Divulgação, Organização interna. Naturalmente, este questionário é bastante

⁵¹ Disponível em <https://business.turismodeportugal.pt/SiteCollectionDocuments/all-for-all/guia-boas-praticas-turismo-ativo-fev-2014.pdf> consultado a 28 de setembro.

⁵² Disponível em https://www.patrimoniocultural.gov.pt/static/data/publicos/acessibilidade/guia_comunicacao_acessivel_inclusiva.pdf consultado a 28 de setembro.

⁵³ Disponível em <https://attitudeiseverything.org.uk/wp-content/uploads/2022/08/DIY-Access-Guide-digital.pdf> consultado a 28 de setembro.

⁵⁴ Disponível em <https://business.turismodeportugal.pt/SiteCollectionDocuments/all-for-all/manual-de-apoio-a-candidatura-festivais-acessiveis.pdf> consultado a 28 de setembro.

completo e poderá servir como orientação na criação de um plano de acessibilidade. Mais do que tentar responder a todos os pontos, deve-se sublinhar a sua capacidade em encontrar respostas e soluções muito simples a perguntas aparentemente complicadas para o promotor. Ou seja, quantas mais perguntas se colocarem, mais respostas se podem vir a encontrar. A seguinte compilação foi feita com base nos seguintes checklists “Guia Prático: Acessibilidade em eventos” da Accessible Portugal, “A participação cultural de pessoas com deficiência ou incapacidade: Como criar um plano de acessibilidade” da Acesso Cultura, “Ensuring your venues and events are open to all: a brief access guide” pela Unlimited Impact.

Espaço:

- Há estacionamento reservado?
- Há um percurso acessível?
- Há ponto drop off *TVDE*/táxi? São visíveis e estão identificados?
- Há transportes públicos para o recinto?
- Há indicação das distâncias e das condições do percurso entre as paragens de transportes públicos e a entrada do recinto?
- O percurso entre o estacionamento reservado e o espaço do evento é acessível? Quais são as condições do piso?
- No evento, há pelo menos um percurso acessível?
- A zona VIP e os restantes espaços do evento são acessíveis?
- O recinto é acessível a cadeiras de rodas? Entrada e percurso?
- Quais são as condições do piso, no geral (em termos de desníveis, tipo de piso, rampas?)
- Há uma planta de acessibilidade disponível ao público, com os pontos mais importantes e a distância entre cada ponto, por exemplo WC e palcos?
- Há um plano de emergência específico, adaptado a públicos com necessidades de acesso?
- Há áreas reservadas para pessoas com deficiência junto aos palcos, através de zonas específicas ou plataformas elevadas? As pessoas vão ficar separadas dos acompanhantes? É necessário fazer reserva? Se sim, onde?
- Há balcões de atendimento rebaixados? (bilheteira, bengaleiro, em pelo menos um bar, zonas de refeições?)

- Há cadeiras de rodas disponíveis para o público? Ou assentos/cadeiras?
- Há casas de banho acessíveis?
- Há camarins e casas de banho adaptadas reservadas a artistas?
- Há alarmes visuais e sonoros?

Evento:

- Há taças para hidratação de cães-guia?
- Há pontos de carregamento para cadeiras de rodas elétricas?
- Há um formulário que permita a pessoa com deficiência partilhar antecipadamente as suas necessidades?⁵⁵
- No recinto há um balcão de atendimento para partilha de informação e, se necessário, assistência a pessoas com deficiência?
- Há uma equipa ou um grupo de pessoas responsáveis pelas condições de acesso no espaço do evento durante todo o tempo que está aberto ao público?
- Os recursos humanos (equipas de bilheteira, bares, por exemplo) são qualificados para atendimento inclusivo? Alguém no atendimento fala LGP?
- Qual o plano se for necessário resolver uma reclamação durante o evento?
- Há sessões com interpretação em LGP?
- Há sessões com audiodescrição? Incluem, previamente, reconhecimento de zona de espetáculo?
- Há sessões descontraídas?
- Existe sistema de anel magnético?
- É disponibilizado um guia com pictogramas?
- No caso de existirem vídeos a passar no evento, estes estão legendados?
- Se houver acampamento, há casas de banho/balneários/chuveiros acessíveis?
- Há um espaço resguardado no evento para pessoas neuro divergentes?

Sinalética:

- No espaço do evento, há sinalética de orientação e de identificação das diferentes zonas do evento, incluindo percursos acessíveis e as zonas reservadas a pessoas com

⁵⁵ Este ponto poderá ajudar o promotor a criar uma melhor experiência à pessoa e preparar-se para a receber.

deficiência junto das zonas de espetáculo? Escrita e/ou ilustrada, num mapa, por exemplo?

- A tipografia, tamanho e contrastes cromáticos permitem que a sinalética seja perceptível?
- Há superfícies que possam causar reflexos e dificultar a visibilidade do público?

Comunicação e Divulgação:

- Há formatos adaptados da comunicação do evento, quer em digital como impressos?⁵⁶
- O website é acessível?
- A linguagem utiliza terminologias inclusivas?
- Os materiais de divulgação correspondem às normas de acessibilidade (tipografia utilizada, tamanho, cor, densidade, contrastes, espaçamento)?
- Está disponível no website e no evento todas as informações acerca da acessibilidade do evento? É simples aceder a essa informação?
- O plano de comunicação do evento inclui medidas específicas para chegar a públicos com deficiência?
- No caso de existirem newsletters a antecipar o evento, a informação sobre a acessibilidade no espaço é comunicada?
- Os comunicados de imprensa mencionam as acessibilidades do evento?
- Está disponível um contacto da pessoa responsável pela acessibilidade?
- Há materiais em Braille (por exemplo, para descrição de obras artísticas)?
- Há materiais táteis?
- Há uma política de bilheteira inclusiva, em relação à entrada de assistentes pessoais e/ou acompanhantes? Foi previamente comunicada?

Organização interna:

- Há um plano de acessibilidade delineado para o evento? Foi comunicado a toda a equipa?
- Existe na equipa pessoas responsáveis por desenhar, adaptar e implementar este plano?

⁵⁶ Alguns exemplos do que se poderá fazer: textos objetivos e claros; se a comunicação tiver imagens, as mesmas devem ser descritas por escrito; se existir vídeos, estes devem ser legendados; entre outras.

- Existe um grupo consultivo que integre pessoas com deficiência e que apoie a construção do plano de acessibilidade?
- As pessoas que integram a equipa nuclear participaram em formações sobre acessibilidade?
- As restantes equipas do evento têm formação ou conhecimentos sobre procedimentos ou serviços prestados a pessoas com deficiência?

2.4.2. Festivais acessíveis - exemplos de boas práticas

Com base nesta *checklist* e no levantamento que é possível fazer através da análise das premiações nacionais, foi possível reunir as melhores práticas no que diz respeito à criação de espaços acessíveis. Desta forma, foram analisados 44 festivais, 28 em território português e 16 no estrangeiro. Uma das primeiras conclusões desta análise será, aparentemente e até aos limites do que se encontra online, em Portugal existirem poucos festivais que se equiparem ao Iminente no que diz respeito à sua ocupação de espaços abandonados.

Desta forma, a pesquisa e posterior análise foi feita com base em festivais que apresentassem características semelhantes ao Iminente, nomeadamente, a sua identidade programática, a sua dimensão, a ocupação de espaços diferenciados, que à partida não são recintos preparados mas improvisados, sob estruturas já existentes, quer em ruínas como espaços públicos de uma aldeia, por exemplo.

Com base nos critérios apresentados, há uma tipologia que se aproxima do Iminente, nomeadamente a ocupação de aldeias/vilas cujos espaços públicos, como praças, jardins e espaços culturais se tornam palcos (como Bons Sons, FIAR, Planalto, Festival Andanças, Imaginarius, Zigurfest, Impulso, Walk and Talk). Este cruzamento é feito pelas características de logística, que se poderão assemelhar ao desafio do Iminente ocupar espaços abandonados e, conseqüentemente, a descoberta de soluções alternativas de acesso físico. Outro tipo de festival comum, que apesar de se afastar da natureza do Iminente apresenta bons exemplos de medidas de acessibilidade, são festivais que ocupam uma rede de espaços institucionais e de convívio do território que ocupam aproveitando estruturas já existentes (como o FENDA, Tremor, MEXE, MIMO, Rescaldo, Circular, MIL, Alkantara, Out.fest). Naturalmente, outra área de ocupação pesquisada foram espaços abandonados ocupados por festivais, área exata

em que situa o Iminente. No estrangeiro, pelo contrário, encontramos diversos festivais que ocupam espaços abandonados como um *bunker* (7001 Festival⁵⁷), antigas minas (Melt Festival⁵⁸ e Norberg Festival⁵⁹, Tauron Nowa Muzyka Katowice⁶⁰), e outros espaços industriais abandonados (Urvakan Festival⁶¹, Horst Arts & Music⁶², Future Frequency Festival⁶³, Colours of Ostrava⁶⁴, entre outros).

Dos 44 festivais analisados, 13 apresentam informação explícita online sobre acessibilidade, através dos seus sites, 8 apresentam informação, mas pouca e maioritariamente acerca de acessos físicos, como por exemplo, a casa de banho e acesso a zonas de espetáculos. 17 não apresentam qualquer informação online. Dos que apresentam informação online, é possível verificar vários níveis de descrição, no que diz respeito ao detalhe e informação disponibilizada. Através dos que apresentam mais detalhes, podemos reunir boas práticas de ações (pequenas e significativas) de acessibilidade, que vão além do acesso físico.

Em Portugal, podemos identificar alguns festivais que apresentam ações exemplares no que diz respeito à acessibilidade, como o Festival Andanças, Bons Sons, Festival Imaginarius e Festival Alkantara. Fora de Portugal, podemos identificar o Hidden Door.

2.4.2.1. Festival Andanças

O Festival Andanças promove a música e a dança tradicional como meios de aprendizagem e troca de experiências entre diferentes gerações e culturas. O festival procura recordar a tradição do baile popular, explorando diversos estilos de dança, incluindo danças tradicionais de Portugal e de outras danças europeias. Além disso, procura recuperar tradições musicais e coreográficas, cruzando-as com elementos contemporâneos. Desde 1996, várias pessoas de diferentes nacionalidades se reúnem no Andanças, num espaço que se propõe de partilha e

⁵⁷ Realizado em Berlim, Alemanha. Existe muito pouca informação disponível online, mas no seguinte artigo encontram-se algumas informações sobre o festival -

<https://inverted-audio.com/5001-festival-announce-second-wave-acts-ansome-mark-flash-buzz-goree-sunil-sharpe/>

⁵⁸ Realizado em Ferropolis, Alemanha. Encontra-se mais informação no site oficial <https://www.meltfestival.de/en>

⁵⁹ Realizado em Norberg, Suécia. Encontra-se mais informação no site oficial <https://norbergfestival.com/>

⁶⁰ Realizado em Katowice, Polónia. Encontra-se mais informação no site oficial <https://festiwalnowamuzyka.pl/en/>

⁶¹ Realizado em Dilijan, Arménia. Encontra-se mais informação no site oficial <https://urvakan.com/>

⁶² Realizado em Holsbeek, Bélgica. Encontra-se mais informação no site oficial <https://www.horstartsandmusic.com/club>

⁶³ Realizado em Cidade do Cabo, África do Sul. Encontra-se mais informação no Instagram oficial

<https://www.instagram.com/futurefrequencyfestival/>

⁶⁴ Realizado em Ostrava, República Checa. Encontra-se mais informação no site oficial <https://www.colours.cz/>

encontro, no qual se dança e se experimenta⁶⁵. Em 2023, foi distinguido com o prémio “Festival Acessível” pelo Turismo de Portugal.

Há uma página web⁶⁶ bastante completa com informação da acessibilidade do evento, em 2023, nas áreas: aquisição de bilhetes acessíveis; recinto principal; programa; atividades com tradução em Língua Gestual Portuguesa; cuidados de Saúde; estacionamento reservado; WC acessíveis. Em termos de acessibilidade física, a área do festival é considerada totalmente acessível, existindo zonas reservadas em todos os palcos de dança. Apresentam ainda uma listagem de todos os lugares reservados de estacionamento a pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, conforme as diferentes áreas do festival; a existência de casas de banho adaptadas no recinto e na cantina.

A destacar ainda a política de bilheteira inclusiva, que permite a entrada gratuita de acompanhante de pessoas com mobilidade condicionada, pessoas Surdas, Cegas e pessoas com deficiência visual ou auditiva; além disso, apresenta uma medida que não é comum encontrar: grupos com um mínimo de 10 pessoas de associações de solidariedade social/IPSS recebem um desconto de 20% sobre o preço inteiro do bilhete.

Além dos acessos físicos e a política de bilheteira inclusiva, há uma forte preocupação com o programa e o acesso ao mesmo, sendo a parceria feita com a Associação de Surdos de Évora uma prática exemplar, com o objetivo de traduzir algumas das atividades do programa em Língua Gestual Portuguesa. Desta forma, todos os dias do programa incluiu duas atividades com interpretação LGP.

No lado negativo, não há disponibilização de informação sobre as condições de acessibilidade na área de campismo.

2.4.2.2. Bons Sons

O Bons Sons é um festival de música portuguesa, realizado em Cem Soldos, em Tomar. Começou por ser uma edição bienal comunitária, entre 2006 a 2014, ano em que começou a

⁶⁵ Informação disponível no site do festival Andanças, através do link <http://www.andancas.net/site/conceito/> consultado a 30 de setembro.

⁶⁶ Informação disponível através do link <http://www.andancas.net/site/acessibilidade/> consultado a 30 de setembro.

ser realizado anualmente. O festival ocupa a aldeia tornando-a num palco. A acessibilidade é um tema bastante presente no Bons Sons, tendo sido distinguido nos Iberian Festival Awards 2023, com o prémio “Contribution to Equality”.

Algumas das ações do festival, em 2022 (não tendo acontecido em 2023), passaram por implementar uma política de bilheteira inclusiva, estacionamento prioritário, casas de banho adaptadas, informação de acessibilidade disponível online.⁶⁷ A realçar, a solução encontrada para as plataformas individuais para pessoas com mobilidade condicionada, construídas com madeira, que permite que as pessoas fiquem junto dos seus acompanhantes e, ao mesmo tempo, consigam ter boa visibilidade para o palco. Esta solução, com custos mais baixos, pode ser uma boa alternativa, no caso de organizações que não conseguem alugar estruturas para o efeito.

2.4.2.3. Imaginarius

O Imaginarius é um festival de artes de rua, criado em 2001, em Santa Maria da Feira, ocupando as suas ruas e praças com companhias e artistas de teatro e artes de rua, nacionais e internacionais. Propõem-se como espaço de criação, liberdade e reflexão.

No que toca à acessibilidade, o festival propõe-se como “plural, aberto e universal”, tendo sido reconhecido em 2023 pelo prémio “Festival Acessível”. Num olhar mais geral sobre as medidas que implementa, o Imaginarius apresenta um programa acessível, do qual se destaca a interpretação do programa do festival em LGP no site oficial. Num dia do festival, são disponibilizadas gratuitamente visitas guiadas, através de inscrição prévia. O espetáculo KEFALÉ contou com serviço de audiodescrição e a folha de sala foi disponibilizada numa versão reduzida em suporte braille⁶⁸.

2.4.2.4. Alkantara Festival

O Alkantara Festival começa em 2006 (sendo bienal até 2020, ano em que passa a acontecer anualmente). É um festival internacional de dança, teatro e performance acontecendo em diversas salas de espetáculo de Lisboa, como o CCB, Culturgest, São Luiz Teatro Municipal, Teatro do Bairro Alto e Teatro Nacional D. Maria II.

⁶⁷ Disponível em <https://www.bonssons.pt/recinto/> consultado a 30 de setembro.

⁶⁸ Informação disponível através do site <https://www.imaginarius.pt/edicao-2023/imaginarius-acessivel/>

Em 2022, “O Alkantara Festival 2022, em conjunto com os teatros parceiros, tem ampliado os recursos de acessibilidade nos espetáculos que apresenta para garantir o acesso da maior diversidade de público nas salas de espetáculos” (Alkantara, n.d.). Dos diversos recursos disponíveis, a acessibilidade ao programa é exemplar, destacando-se a apresentação em LGP do programa e a proposta de acesso e acessibilidade no festival (vídeos com a duração de cerca de 2—3 minutos), disponíveis para consulta no site. Além disso, apresenta serviços de audiodescrição, tradução com LGP, legendagem para pessoas surdas, contemplando “a descrição textual de sons e ruídos em cena (...)” (Alkantara, n.d.). Além disso, destaca-se também a disponibilização de uma sala de conforto durante certos espetáculos, bem como sessões descontraídas. Dois aspectos bastante interessantes a mencionar é a medida Alkantara Safe Space, que incentiva a comunicação de situações de discriminação nos espaços do Alkantara Festival 2022. Por fim, a disponibilização de “bilhetes acessíveis” cuja descrição aponta “Se integras uma associação, coletivo, movimento social ou queres simplesmente assistir a um espetáculo e não possuis recursos financeiros para adquirir um bilhete, entra em contacto conosco.” (Alkantara, n.d.)⁶⁹

2.4.2.5. Hidden Door

Hidden Door é um festival realizado em Edimburgo, na Escócia, desde 2014. Como os próprios mencionam no site “We open up forgotten urban spaces for the public to explore and discover incredible music, art, theatre, film, dance, spoken word and more.” (Hidden Door, n.d.).⁷⁰ No seu programa, no que respeita às áreas artísticas exploradas, artistas emergentes, e a ocupação de espaços é muito idêntico ao Iminente.

O acesso e a igualdade de oportunidades está fortemente presente na identidade do festival, que se reflete na evolução do mesmo, incluindo ações em torno do acesso físico, mas também do social e intelectual. Algumas das medidas tomadas incluem workshops comunitários, horários específicos de entrada gratuita, o que permite o acesso de públicos que possam não ter oportunidade de visitar o festival, visitas guiadas com audiodescrição, política de bilheteira inclusiva que permite a entrada gratuita de assistentes de pessoas com deficiência,

⁶⁹ A informação sobre acessibilidade presente neste capítulo está disponível no site do festival Alkantara, através do link <https://alkantara.pt/acessibilidade/>

⁷⁰ Informação disponível no site de Hidden Door, através do link <https://hiddendoorarts.org/about/>

inclusão de artistas com deficiência no programa, performances que explorem a deficiência, depressão e discriminação. Numa perspetiva de reflexão e tentativa de melhoria e escuta das pessoas que visitam o festival, é interessante a iniciativa da organização em monitorizar a implementação das medidas com que se compromete, de forma a recolher feedback do público.⁷¹

Na página de FAQs, é encontrada a pergunta sobre a acessibilidade do festival, pelo que há uma resposta, encontrada ainda noutras páginas do site sobre acessibilidade, explicando a natureza dos locais que o festival ocupa temporariamente, como estando maioritariamente abandonados, o que significa que nem todos as áreas vão ser totalmente acessíveis⁷². No entanto, todos os anos são partilhados guias para que as pessoas possam ficar a par e preparar a sua visita. O facto desta informação ser partilhada com o público antecipadamente faz com que a experiência possa ser melhor do que ser surpreendido. Ao longo dos anos foram implementadas medidas importantes, a destacar horários de livre entrada, a inclusão de pessoas com deficiência na equipa de voluntários, e sessões relaxadas⁷³. Em 2023, foi partilhada a página de acessibilidade no site do festival, no qual se encontra uma lista das medidas implementadas. A destacar a colocação de uma lista de duração de deslocação entre diferentes pontos do recinto, tendo como referência a bilheteira, considerado um ponto central. Além disso, e também a destacar, foram identificadas algumas áreas menos ruidosas, afastadas de equipamento sonoro para pessoas neuro divergentes⁷⁴.

2.4.2.6. Boom Festival

Fora dos critérios delineados, é importante fazer referência ao festival Boom, que apresenta um plano de acessibilidade bastante completo, que acompanha a sua dimensão. É pensado para as diversas áreas, como bilheteira, recinto, acampamento e mesmo a praia, passando por áreas/preocupações como acesso físico: estacionamento, WC adaptado, áreas reservadas a pessoas com deficiência junto dos palcos, frigorífico para medicação, interpretação LG em português ou outras línguas, tenda acessível, ponto de carregamento para cadeiras de rodas

⁷¹ Informação disponível na página Equal Opportunities do site de Hidden Door, através do link <https://hiddendoorarts.org/about/equal-opportunities/>

⁷² Informação disponível na página FAQs do site de Hidden Door, através do link <https://hiddendoorarts.org/about/faqs/>

⁷³ Informação disponível, através de duas páginas online de Hidden Door, nomeadamente <https://hiddendoorarts.org/accessibility-at-hidden-door-2022/> e <https://hiddendoorarts.org/about/equal-opportunities/>

⁷⁴ Informação disponível através do site de Hidden Doors, no link <https://hiddendoorarts.org/about/accessibility/>

elétricas, disponibilização de cadeira adaptada à água, oficina para cadeiras de rodas, paragens de *shuttle* acessíveis, casas de banho no recinto e no acampamento, bem como chuveiros e área lounge acessível. Reflexo da sua dimensão e públicos, é pedido que as pessoas que necessitem das condições de acessibilidade disponibilizadas preencham e submetam o formulário “Access Requirement Form”⁷⁵, com o objetivo de ir ao encontro das necessidades das pessoas que o peçam, garantir que gerem a oferta e procura, e por fim, pedem que seja providenciado “(...) supporting documentation to validate your request for your chosen facilities. This can be a letter from a doctor or other medical professional verifying your condition, a certificate, a blue badge, etc.” Um aspecto que também pode ser compreendido como resultado da sua dimensão, e de forma a deixar mais espaço nas zonas de visibilidade, é os acompanhantes das pessoas com deficiência não poderem estar com as mesmas nas plataformas e ser implementada uma política de “first-come first-served”.

Por fim, não estando associado a nenhum festival aqui enunciado, mas algo que deveria ser considerado pelos festivais que ocupam diversos espaços culturais e institucionais, e que têm um website dedicado ao festival, será a compilação de informação da acessibilidade das diferentes salas no seu próprio site. Este detalhe comunicacional facilitaria bastante a preparação da visita por parte da pessoa com deficiência, quando a mesma faz uma pesquisa com a palavra “acessibilidade” e o nome do festival. Exemplo desta ação é o site da British Ceramics Biennial, que acontece em diferentes espaços, mas que compila num *link* apenas as informações de acessibilidade das salas/espços dos seus parceiros⁷⁶.

3. - Estágio - Entidade Acolhedora

3.1 Iminente

O Iminente faz parte do coletivo Cultural Affairs, que engloba Vhils Studio, Underdogs, Iminente e Ephemeral Eternal. O primeiro é o estúdio artístico de Alexandre Farto *aka* Vhils, a Underdogs é uma plataforma que contempla uma galeria, um programa de arte pública, a criação de edições artísticas e o desenvolvimento de projetos artísticos

⁷⁵ Esta informação pode ser verificada no site do Boom, através do link <https://boomfestival.org/boom2023/guide/accessibility/>

⁷⁶ Ver no site de British Ceramics Biennial, através do link <https://www.britishceramicsbiennial.com/visit/access/>

comissariados (Underdogs, 2013) e a empresa mais recentemente criada, a Ephemeral Eternal, é uma plataforma de NFTs/Arte Digital.

O projeto que integrei em 2021 - Iminente - propõe-se como plataforma de intervenção artística na cidade, através de expressões da cultura urbana. Criado em 2016 por Alexandre Farto, tem vindo a crescer e a ganhar visibilidade na cidade de Lisboa, bem como noutras cidades espalhadas pelo mundo. O Iminente transforma-se em diversas atividades que partilham os valores de comunidade, diversidade, inclusão e visibilidade. A construção de diálogos entre os habitantes da cidade e as expressões culturais que nascem dela é um importante marco na identidade do Iminente, que procura interagir com todas as camadas urbanas que caracterizam culturalmente a cidade. É um projeto com uma forte missão comunitária, construindo-se em conjunto com as comunidades que habitam a cidade, escutando, envolvendo e trocando impressões com as mesmas.

3.1.1. Programa Iminente 2022

Em 2022, a sua missão não oscilou, refletindo-se nos diversos projetos desenvolvidos, nomeadamente o programa público paralelo à exposição Interferências, no MAAT; Festival Iminente, em Marselha; 2ª edição do projeto Bairros: Workshops Artísticos Comunitários Iminente e o Festival Iminente, na Matinha, Lisboa.

- Programa público paralelo à exposição Interferências no MAAT

Em 2022, entre Março e Outubro, o Iminente desenvolveu um programa público paralelo à exposição Interferências no MAAT — Museu de Arte, Arquitectura e Tecnologia — com organização da Underdogs e com a curadoria de Alexandre Farto, António Brito Guterres e Carla Cardoso. Este programa contou com Workshops, Conversas, Visitas Informais, Performances e Projeções. O tema geral deste programa, reflexo da exposição foi “o desenho da cidade e os seus actores”. Nos Jardins do MAAT, nas celebrações do 10 de Junho, “48 artistas, 48 anos de liberdade”, o Iminente organizou um programa público, com concertos e performances, para acompanhar a pintura coletiva de um mural (com 48 artistas), em

reinterpretação do Painel do Mercado do Povo realizado pelo Movimento Democrático dos Artistas Plásticos a 10 de junho de 1974, em Belém.

- Iminente @ Marseille

Em Maio, Marselha recebeu o Iminente, com um programa de 2 dias no MuCEM - Museu das Civilizações da Europa e do Mediterrâneo - palco para artistas portugueses e franceses - 21 artistas musicais, 2 performances, 7 instalações artísticas e 2 tatuadores. Foram instalados 3 palcos em diferentes espaços do Mucem, nomeadamente Terrasse J4, Place d'Armes e Cour de la Commande, sendo que as obras de artes visuais foram instaladas nos restantes espaços do MuCEM. Este programa esteve enquadrado na Temporada Cruzada França-Portugal.

- Bairros: Workshops Artísticos Comunitários Iminente

Em 2022 foram promovidos 4 workshops em cada bairro, 16 no total, em 4 bairros de Lisboa, Quinta do Lavrado, Alta de Lisboa, Rego e Vale de Chelas, em conjunto com 4 associações dos bairros (Associação Moradores PER11 e PER7, Associação Passa Sabi e Geração com Futuro), através de uma metodologia participativa no processo curatorial da selecção de artistas (com as associações e as comunidades dos bairros). Estes workshops variam em expressões artísticas, como a música, artes visuais, design e arquitetura, fotografia e vídeo, dança e performance, gastronomia, desporto. No final, os resultados são apresentados no Festival Iminente, existindo uma *slot* de programação dedicada aos resultados performativos e uma exposição dedicada à partilha com o público dos processos e resultados dos Workshops.

- Festival Iminente 2022

Em 2022, entre 22 e 25 de setembro, o Festival ocupou a Matinha, em Lisboa, o programa foi composto por música, performances e artes visuais. Além disso, contou com a participação de vários agentes culturais da cidade, através de Talks, um espaço expositivo dedicado ao projeto Bairros, um espaço para a academia de música Skoola, o espaço Mercado p'la Arte, a Praça da Matinha (zona de empreendedorismo regional), Espaço Estórias (ocupado pela Mensagem

de Lisboa, que fez reportagem *on site* do Festival e momentos de debate) e um Arraial com música e empreendedores gastronómicos de diversos bairros lisboetas.

3.1.2. Os números do Iminente

Entre 2016 e 2022, o Iminente já contou com mais de 500 participantes, sendo que em 2022, o número de atividades no Festival Iminente em Lisboa cresceu, no que diz respeito à integração de novos núcleos programáticos no programa geral do Festival, que contou com o maior número de participantes e instalações artísticas, desde os seus primórdios.

Tabela 3 — Iminente em números 2022

Dias de Festival	4
Participantes	227
Concertos	58
Performances	11
Festas	2
Talks	10
Projeções	4
Instalações de Artes Visuais	23
Tatuadores	4
Lojas	17
Foodtrucks	18
Workshops Bairros	16
Participantes Workshops	117

3.2 Festival Iminente

O Festival surge em 2016, em Oeiras, destacando-se no panorama de festivais nacionais, distanciando-se do que comumente é descrito como festival de verão. O festival Iminente propõe-se como um evento multidisciplinar, através de uma programação abrangente, mas tem, no entanto, um maior foco em duas grandes áreas, a música e as artes visuais (que desde

2016 têm um programa específico no festival). Apresenta-se ainda como espaço de visibilidade, de transversalidade de ideias e discussões, numa tentativa de construção e diálogo permanente com a cidade, as suas diferentes camadas, expressões culturais e os seus respetivos atores, agentes ativos na construção da identidade da urbe. Através das suas diversas facetas apresenta características distintivas no panorama nacional e internacional, a nível da cultura urbana, nomeadamente através da sua diversa programação, sem destacar “cabeças de cartaz”, sem palcos principais e pelas características dos espaços que ocupa, desde 2016, nomeadamente o Jardim Municipal de Oeiras, Panorâmico de Monsanto e a Matinha.

Entre 2016 e 2022, o Festival Iminente passou por 6 cidades (Oeiras, Lisboa, Londres, Shanghai, Rio de Janeiro e Marselha) num total de 12 edições. Desde o seu início que o programa foi crescendo, tornando-se mais abrangente e englobando diversas e novas expressões artísticas. Desde a sua criação que o festival tem praticado preços bastantes acessíveis de bilheteira, que está em linha com a missão de democratizar o acesso à arte e cultura, valor que está no cerne do Iminente. Os valores de bilheteira já não são iguais aos praticados no início do projeto, em Oeiras, crescendo proporcionalmente com o tamanho e programa do festival.

3.2.1. Modelo de financiamento

A sustentabilidade do projeto está assente num modelo de gestão que prevê três tipos de financiamento: receitas próprias dos eventos realizados, como o Festival Iminente, através de bilheteira, receitas de bares, comissões e merchandising, mas também de financiamento público e privado. Em 2022, a montagem financeira do projeto esteve assente nesta lógica, sendo que um dos apoios principais é a Câmara Municipal de Lisboa, enquanto co-produtora do Festival. No que diz respeito a patrocínios do sector privado, estes podem variar na sua natureza e tipo de apoio. Enquanto característica distintiva da política de patrocínios do festival, há a possibilidade da presença da marca no festival ser feita através da sua associação ao programa, habitualmente de Artes Visuais, mas não exclusivamente. Há uma discussão ativa com o patrocinador, na tentativa de criar um resultado que integre visualmente e conceptualmente o festival. O primeiro passo é a criação de proposta artística e o

desenvolvimento da mesma resulta do diálogo contínuo entre ambas as partes. Este tipo de ativação permite uma presença distintiva do que é habitualmente praticado nos festivais, permitindo que a marca esteja associada a um artista e a um projeto com um fim artístico específico que integra a programação do festival. Esta associação ocorre também através da ativação de um espaço (exemplo: Camila Nogueira e Moosh, em 2022) ou Talks (MINI Talks, em 2022). Em 2022, para os seus diversos projetos, o Iminente contou com 31 parceiros e apoios, que incluíram parceiros institucionais, parceiros do sector privado e parceiros de comunicação.

3.2.2. Os recintos do Festival Iminente

Resultante da sua característica camaleónica, o Festival Iminente tem vindo a ocupar, temporariamente, diferentes espaços. Desde 2016, ocupou 3 espaços diferentes: o Jardim Municipal de Oeiras (2016 e 2017), o Panorâmico de Monsanto (2018 - 2020) e a Matinha (2021 e 2022). Neste sentido, há dois eixos a ter em consideração: primeiro, mais do que uma estrutura, é um acontecimento temporário, e segundo, é um acontecimento que ocupou dois espaços abandonados da cidade, o Panorâmico de Monsanto e a Matinha.

Estes espaços apresentam necessidades estruturais rigorosas e desafiantes, no que diz respeito à sua readaptação/reestruturação para receber o festival. Por exemplo, ambos os espaços necessitaram de grandes limpezas antes da ocupação do festival, uma vez que não estariam a ser utilizados ou mantidos para outros fins; análises estruturais para verificar que espaços/núcleos podem ser utilizados. Habitualmente este processo obriga a grandes intervenções e investimentos não só monetários, mas também logísticos.

O Panorâmico de Monsanto

O Panorâmico de Monsanto, localizado no Parque Florestal, foi idealizado por António Vitorino da França Borges, Presidente da Câmara de Lisboa entre 1959 e 1970. Em 1961, o então Presidente encomendou o Panorâmico, que seria desenhado pelo arquiteto Chaves da Costa. Em 1967 acaba de ser construído e é inaugurado em 1970 como restaurante. (Martins & Figueiredo, 2018). Uma planta particular, circular, permitindo uma visão panorâmica sobre Lisboa, conta com 5 pisos. Na verdade, o Panorâmico teve diversas funções ao longo do tempo, entre elas escritório, hotel ou discoteca (S.S., 2021). Está abandonado desde 2001 e

desde então tem vindo a atrair muita atenção e curiosidade. Em 2017, é requalificado como miradouro municipal e, entre 2018 e 2020, recebe o Festival Iminente. Em linhas gerais, nestas três edições o festival contou com concertos, talks, performances e diversas instalações artísticas.

Matinha

Em 2021, acontece, pela primeira vez, na Matinha. Atualmente, é um terreno abandonado, mas, conforme é possível compreender pelas estruturas gigantes dos antigos gasómetros, esta foi uma Fábrica de Gás, inaugurada em 1944. O encerramento definitivo foi em 2001, sendo que em 2007 se deu a demolição da Fábrica, deixando apenas os gasómetros em pé. Atualmente, o terreno é composto por esses gasómetros e uma série de estruturas e antigos armazéns abandonados.

3.3 - A cidade e a cultura urbana

O que é a cultura urbana?

Há várias camadas na procura de respostas à questão “o que é a cultura urbana?”. Primeiro, será necessário dissecar a expressão nas duas palavras que compõem “cultura” e “urbana”. De seguida, surge a posição central do espaço urbano, o fenómeno da globalização, que provoca duas forças: a intensificação de fluxos culturais e a consequente diversificação cultural das cidades e, ao mesmo tempo, o medo de ser absorvido por “outras” culturas e, consequentemente, a tentativa de aniquilação da diferença e exclusão de certos grupos, que por sua vez poderá provocar um sentido de revolta. Este contexto é fundamental para compreender algumas das características da cultura urbana e das suas expressões criativas, muitas vezes associadas a um movimento ativista e subversivo, como por exemplo: *graffiti*, estilos musicais como o hip-hop e o rap ou *skate*.

Primeiramente, na enciclopédia online Britannica, encontra-se a seguinte definição de cultura urbana:

“Urban culture, any of the behavioral patterns of the various types of cities and urban areas, both past and present.” (2022)

Além disso, é ainda possível considerar Cultura Urbana enquanto campo de investigação:

“The field of Urban Cultures research is constantly evolving, attracting sciences such as ethnology, anthropology, cultural studies, visual culture, art history, human geography and architectural history, focusing on a variety of aspects of cultural practice and embodiment within the urban environment.” (Gillberg, Berglund, Brembeck & Stenbäck, 2012, p. 8)

De seguida, surge a questão do espaço urbano, palco central para a manifestação e desenvolvimento da cultura urbana, que está diretamente relacionada à cidade e às experiências vividas nas mesmas. A cidade contemporânea, através do processo de globalização, ou seja, o processo de interação e interdependência global, torna-se um polo cultural diverso.

“A forma como as diferentes nações se têm aproximado entre si, através de relações financeiras e comerciais, do desenvolvimento crescente de uma tecnologia capaz de produzir meios de comunicação mais eficazes e rápidos (mass media, transportes, telefones, telefax, etc.), e até de conflitos armados, tem conduzido a uma maior densificação de trocas e de experiências culturais. Tem-se registado uma crescente diversificação de fluxos culturais que contribuem para a intensificação de encontros transnacionais.” (Featherstone, 1997, p.87)

Esta “diversificação” só é possível graças ao contacto entre pessoas que é feito nos espaços públicos da cidade, espaços de ação.

“Without public space interaction is limited, and without interaction (meetings, talks, dialogues, etc) the understanding of one another is lost. Urban Cultures become important because they have the ability to open up the eyes of the citizen and, by

doing so, to raise the awareness of other people and other cultures.” (Gillberg et al., 2012, p.20)

Desta forma, e enquanto campo de investigação multidisciplinar, é possível fazer a ligação entre culturas urbanas, estimuladas pela interação de diversas camadas sociais e culturais presentes nas cidades, e a importância do espaço público para as suas demonstrações e partilha, através de expressões criativas, símbolos e narrativas. Esta diversidade provoca, por outro lado, uma reação defensiva, nomeadamente o desejo de culturas homogêneas e tentativas de eliminação das diferenças étnicas, locais e regionais por parte dos Estados-nação (Featherstone, 1997). Atualmente, esta tentativa de “eliminação” é sentida por diversos grupos marginalizados, que ocupam espaços específicos da cidade, segregados, e inseridos em ciclos viciados, no que diz respeito às suas condições de vida.

Além de espaço de interação, o espaço público é um espaço de intervenção, com “uma importante função social dentro das cidades, não sendo considerado apenas como um local de transição e passagem dos indivíduos da cidade, mas sim como um ator transformador das questões sociais enraizadas nas cidades” (Pugliesi & Pina, 2018)

Este contexto é fundamental para a análise de diversas expressões criativas associadas à cultura urbana, fortemente conectadas e inspiradas pelos espaços públicos da cidade, sendo muitas vezes o seu palco de intervenção. Por exemplo, a cultura hip hop, composta principalmente por expressões visuais (*graffiti*), musicais (*DJing*, *MCing/rap*) e físicas (*breaking*), nasceu nos subúrbios de Nova Iorque, Bronx, no final dos anos 60, início dos anos 70, sendo originalmente um movimento de empoderamento de comunidades afro-americanas e hispânicas marginalizadas (Kawalik, 2023), que através das expressões mencionadas mostram parte das suas raízes culturais e, ao mesmo tempo, se impõem perante uma cidade que os ignora (Eugénio, 2013). Além disso, estas expressões artísticas estão diretamente relacionadas com princípios de liberdade, participação, *ownership*, intimidade e exposição (Araújo & Maia, 2014).

3.3.1. Graffiti

O *Graffiti*, como o conhecemos atualmente pode ser um “desenho, inscrição, assinatura ou afim, feito geralmente com tinta de spray, em muros, paredes e outras superfícies urbanas” (DPLP, n.d)⁷⁷ tem vindo a ser tema de investigação de diversos autores que o procuram definir através de diferentes lentes. Jeff Ferrell faz uma contextualização ao graffiti urbano, enunciando exemplos históricos europeus do século XX da forma como os jovens aplicam *graffiti* enquanto forma de resistência a constelações de autoridade legais, políticas e religiosas (1995), aprofundando de seguida o surgimento do *hip-hop graffiti* ou *graffiti writing*, termo utilizado por Cedar Lewisohn para identificar o *graffiti* associado à cultura hip-hop (Eugénio, 2013), que surge das desigualdades económicas, políticas e étnicas nos Estados Unidos (Ferrell, 1995).

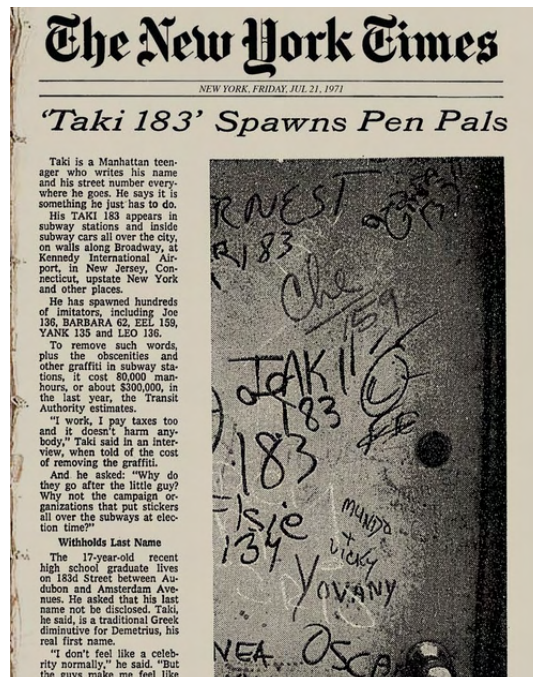


Figura 4 — Taki 183 Spawns Pen Pals no The New York Times, 1971

Fonte: The New York Times, 1971

⁷⁷ Informação disponível em <https://dicionario.priberam.org/graffiti>.



Figura 5 — *The great art of the 70's na Esquire, 1974*
Fonte: *Esquire, 1974*

O *graffiti* contempla a escrita de palavras e letras em diferentes “telas” do espaço público da cidade, através da utilização de latas de spray ou marcadores (Brita, 2018). O estatuto do *writer* está diretamente relacionado com diversos elementos, nomeadamente a visibilidade que o *tag*⁷⁸ tem, a sua dimensão, a dificuldade de acesso ao sítio específico onde se encontra, sendo essencial quebrar a organização da cidade, o que reflete a sua resistência ao controlo que lhes é imposto (Ferrell, 1995). Além desta marcação, o *tag* impacta ainda o respeito e visibilidade do *writer* dentro da comunidade do *graffiti* (Eugénio, 2013).

A relação do *graffiti* e a cidade é profunda, principalmente pelo significado que a ação de grafitar tem na relação entre o *writer* e o espaço urbano. Além disso, o *graffiti* é um exemplo do circuito de produção e de circulação de significado (Campos et al., 2011).

“Through painting in the street without permission they sign their existence as authors of the inscriptions, but also as authors of the city: they draw on the surfaces at the same time they redraw symbolically and aesthetically the constructed urban space from their own interests.” (Leal, 2018, p.27)

⁷⁸ O tag é forma simplificada do graffiti.

“For the street artists, the medium is all forms of public expression and the message is resistance to the uniformity of the city and all that it embodies. This idea of resistance to the city is not only resistance to the visual landscape of the urban environment, but also to the revision of what it stands for and who stands for it.”

(Armstrong, 2005, p.7)

Nos anos 90, novas vertentes de *graffiti* começam a surgir, esteticamente mais apelativas, através do stencil, paste-up ou sticker art, e novos cruzamentos de técnicas começam a ser experimentados, e assim surge uma nova fase: a arte urbana, neo-graffiti ou pós-graffiti (Castro, 2014). Atualmente, a arte no espaço público, pode variar na sua interpretação, englobando uma multiplicidade de situações, conforme exposto pela autora Julia Lossau, como a “localização (centro versus periferia, lugares centrais versus lugares periféricos), sua duração (esculturas permanentes versus performances de rápida duração), suas formas de «interpretação» e leitura (de leitura fácil versus de leitura complexa), seu status jurídico (legal versus ilegal), seu contexto institucional (obras financiadas por recursos públicos ou privados versus obras realizadas com recursos próprios).”(2009, p.43)



Figura 6 — Graffiti no interior de um comboio

Fonte: Martha Cooper - *Cops in the metro*, 1981. Image via Widewalls archive



Figura 7 — Graffiti em Manhattan, Nova Iorque

Fonte: Martha Cooper - *Freshly Painted Wild Style Wall in Riverside Park, Manhattan, NYC, 1983*, via Steven Kasher Gallery

3.3.2. DJing/MCing e breaking

Clive Campbell (DJ Kool Herc) é considerado um pioneiro e fundador do mundo do hip-hop, num momento considerado por muitos histórico, nomeadamente a organização da festa “Back to School” com a sua irmã, em Bronx (Icon Collective, n.d.)⁷⁹. Através da utilização de dois gira-discos, Campbell, percebeu que conseguiria alongar o *breakbeat* da música, ou seja, a parte de percussão, o que empolgava o seu público (Riesch, 2005). Estes *breakbeats* eram o momento mais esperado e estimulavam o público a intervir e dançar, aos quais Campbell chamava *b-boys* ou *b-girls* (Riesch, 2005).

Nos anos 70 surgem inovações na área de *DJing*, e a norma passou a ser vários artistas a atuar, num espaço em que o DJ ia de encontro a um ou vários MCs, enquanto estes recitam frases ao ritmo da música, sendo que esta interação se tornaria o que hoje é conhecido como rap (Riesch, 2005).

Entre os anos 80 e os anos 90, o hip-hop continuou a crescer e a ganhar visibilidade, com artistas como Notorious B.I.G., 2Pac, Snoop Dogg, Eminem ou Nas a criarem álbuns

⁷⁹ Disponível em <https://www.iconcollective.edu/hip-hop-history> consultado a 28 de setembro.

impactantes para o género musical, sendo que no final dos anos 90, o hip-hop era o género musical mais vendido comercialmente (Kawalik, 2023).

3.3.3 *Skateboarding*

Skateboarding é uma atividade recreativa e uma modalidade desportiva que consiste na utilização de um *skate*, ou seja, uma tábua sob rodas, para andar e realizar truques (Olympics, n.d.)⁸⁰, podendo ser realizado em *skateparks*, ou seja parques construídos com obstáculos, a serem utilizados por *skaters*, ou apropriando-se das infra estruturas presentes nas cidades, graças à sua capacidade particular em olhar para objetos urbanos e transformá-los em obstáculos, sendo certos locais escolhidos pela sua acessibilidade, sociabilidade, compatibilidade e a oportunidade para realizar truques (Woolley & Johns, 2001)

Acredita-se que o skate tenha evoluído de *scooters* construídas por crianças na Califórnia, entre 1930-1950, considerando que em meados dos anos 50 que se deu a primeira evolução significativa das *scooters* que passaram a ser apenas uma tábua, exigindo o equilíbrio do seu utilizador (Borden, 1998). Nos anos 60, grande parte dos *skaters* eram surfistas que utilizariam o skateboard quando não havia ondas para surfar, que procuraram espaços na cidade de Los Angeles que lhes pudesse proporcionar uma sensação similar ao mar (Borden, 2001).

Inicialmente, entre os anos 60 e 70, surgiram os primeiros *skateparks* nos Estados Unidos da América, sendo que a utilização de bancos perto de escolas, piscinas e canos de grandes dimensões continuariam a ser preferíveis pela sua dimensão desafiante. (Borden, 1998). Naturalmente, os *skaters* foram explorando cada vez mais o espaço público, encontrando resistência política e social à sua apropriação do espaço público e uma consequente tentativa de afastamento do mesmo “Ultimately, being banned from the public domain becomes simply another obstacle to be overcome, and so even adds to the anarchist tradition of skateboarding. (...) In this respect, skateboarders are part of a long process in the history of cities, a fight by the unempowered and disenfranchised for a distinctive social space of their own.” (Borden, 1998).

⁸⁰ Esta informação pode ser consultada em <https://olympics.com/en/sports/skateboarding/>



Figura 8 — *The 1977 Catalina Classic, John Hutson on the streets of Avalon, CA*

Fonte: *Sports Illustrated/Getty Images. Via GQ*

“In skateboarding, unlike the scopic-dependence of the tourist gaze, user and architecture are separate potential systems of projection, which then come together in the active performance of skateboarding to create a new spatial event, an occupied territory.” (Borden, 2001).

3.3.4. Ocupação de espaços abandonados por projetos culturais

O Panorâmico e a Matinha são espaços cobertos por *graffitis*. É possível ainda reconhecer que estes espaços, durante e após o Festival, recebem redobrada atenção de *graffiters* para novas intervenções. Ou seja, há uma série de camadas de intervenções, o antes, o durante e o após o festival. Paralelamente ao crescimento da visibilidade do festival, também o fascínio e a procura por estes espaços aumenta.

Além de ser um espaço abandonado, é possível afirmar que o espaço ocupado pelo festival foge ao “normativo”. Esta definição é complexa, mas está ligada à percepção da sociedade sobre uma camada específica do tecido urbano, nomeadamente aquela que não é ocupada, enquanto ruínas contemporâneas, como são definidas pela autora Nieszczorzewska:

“Between these oppositional approaches we can situate a third one: some peculiar perspective of «not seeing» presented by the most of city inhabitants. Separated from highly designed, themed, regulated and controlled urban space, contemporary ruins serve only as sites which are appropriate for alternative, marginal practices, and not regarded as «normative» or «respectable». A decayed building does not match the aestheticized environment of the cities, therefore it quickly becomes invisible in a particular way.” (2015, p. 390)

Esta invisibilidade e consequente natureza indomesticada são características que levam diferentes tipos de organizações a escolher estes locais abandonados, inclusive organizadores como o festival Iminente, para implementar os seus projetos. Pelas suas características estruturais, bastante precárias, são espaços que exigem uma logística intensiva.

3.4 - O Iminente e a acessibilidade

O tema da acessibilidade ao espaço sempre foi um desafio para o Iminente, dada a natureza dos recintos, como exposto no presente trabalho. Em 2021, surge o contacto do Tiago Fortuna, da Access Lab, e torna-se claro para a direção do Iminente que há bastante trabalho a fazer no que diz respeito ao acolhimento de pessoas com deficiência.

Porque é que a acessibilidade é importante para o Iminente? O Iminente, conforme referido, não se assume apenas como uma plataforma de experiências, mas como uma plataforma de visibilidade, tentando ser um lugar de inclusão e de conforto para diversos públicos. Procura ser um espaço no qual se reconheça a diferença e que isso não invalide sermos todos tratados com respeito. Como já referido em capítulos anteriores deste trabalho, a acessibilidade tem diversas características ligadas aos diversos significados que poderá ter. O festival Iminente, desde 2016, assume-se como um festival acessível, mas como? De facto, a missão em criar um festival acessível a diversos públicos está diretamente conectada aos valores que assume. No entanto, não deverá ser desconsiderada a questão “como podemos fazer mais?” considerando esta relação próxima entre a acessibilidade e o festival.

De facto, o festival era (e é) um espaço que procura ser seguro e acolher os mais diversos públicos, mas para isso têm que existir condições. Nesta procura de respostas e

principalmente soluções, percebeu-se que a acessibilidade no espaço seria o maior desafio, mas que não poderia ser mais ignorado. O Iminente procura ser um espaço inclusivo com base em valores de participação, igualdade e diversidade. Quando se pensa nestes valores, porque é que não se estaria a pensar num espaço inclusivo também para pessoas com deficiência, da mesma forma que o festival procura ser acessível a outros públicos socialmente excluídos? Desta questão intencional sobre uma exclusão inconsciente partiu a discussão sobre a acessibilidade no festival. Num artigo da Mensagem, em Julho de 2022, leem-se as palavras de Dino d’Santiago acerca de espaços seguros em Lisboa, falando da Gulbenkian e os Jardins de Verão, o MAAT com a exposição Interferências e do Festival Iminente — “São todos lugares de arte, não por acaso. Lugares de Comunhão, palavra que se lhe retirarmos o cunho religioso significa o culminar da empatia. Não são lugares onde as identidades se sobrepõem às pessoas – e as diferenças se marcam para nos afastar. Mas lugares onde as pessoas se sobrepõem às identidades – e as diferenças existem para nos juntar. Cada um como cada qual.” (Carvalho, 2022)

3.5. Projeto desenvolvido — Iminente x Access Lab

Em 2021, o festival Iminente aconteceu na Matinha - terreno irregular, espaços em ruína e duas grandes áreas de recinto, separadas por um desnível, que obrigam a uma ligação através de uma grande escadaria e um percurso improvisado como alternativa. Falta de áreas reservadas e plataformas de visibilidade, nenhuma informação online sobre a acessibilidade do espaço e ausência de uma política de bilheteira que considere a entrada gratuita de um assistente/acompanhante da pessoa com deficiência. Algumas destas ausências foram notadas e sentidas por Tiago Fortuna, que em Outubro desse ano escreve a Carla Cardoso, diretora do Iminente, a apelar que sejam consideradas alguma melhorias, principalmente em torno da criação de plataformas de visibilidade e a disponibilização de informação online acerca da acessibilidade no festival. Foi este o primeiro contacto que o Iminente recebeu do Tiago e que abriu portas à parceria que viria a ser celebrada nos próximos meses.

A Access Lab é um projeto fundado pelo Tiago⁸¹ e pela Jwana Godinho⁸², que “trabalha o acesso de pessoas com deficiência e Surdas à cultura e ao entretenimento enquanto direito fundamental” (Access Lab, n.d.)⁸³, envolvendo diagnósticos, capacitação, consultoria e comunicação. Após a receção do email por parte do Iminente e a abertura em trabalhar as questões levantadas pelo Tiago, a proposta que foi apresentada pelo mesmo — que o Iminente fosse um dos projetos pioneiros da Access Lab — foi muito bem recebida pela direção.

Em Novembro, acontece a primeira reunião entre o Iminente e a Access Lab, que coincide com a minha integração na equipa do Iminente, enquanto assistente de produção. A partir do primeiro contacto, uma vez que já tinha iniciado a minha investigação em acessibilidade na cultura - objeto inicial da minha proposta de investigação - fiquei responsável pelo acompanhamento desta parceria.

Esta parceria foi muito importante para compreender o que seria alcançável para o Iminente, dentro das limitações existentes. Foi estabelecido um acordo mútuo que previa o desenho e implementação de um plano de acessibilidade. Infelizmente, estruturalmente, o primeiro obstáculo deste processo foi precisamente encontrar patrocinadores que apoiassem financeiramente esta missão. Efetivamente, não foi possível reunir parceiros que apoiassem a implementação deste plano, mas com a abertura da Access Lab foi possível estabelecer uma parceria que permitisse o Iminente ter o apoio de consultoria, tendo a consciência que seria um plano verdadeiramente feito à medida do que estava ao alcance orçamental e de outros recursos do Iminente. Rapidamente compreendemos que o trabalho seria complexo, a partir destes primeiros passos, mas com igual rapidez percebemos que existia uma grande abertura da Access Lab em contornar estes obstáculos. Desta forma, o Iminente contou com o apoio da Access Lab para ação de diagnóstico e posterior consultoria, bem como apoio na mediação de público e comunicação. O trabalho iniciou-se em Março de 2022, sendo o Iminente um dos projetos pilotos da Access Lab.

⁸¹ Tiago Fortuna é Co-fundador e Co-CEO da Access Lab.

⁸² Jwana Godinho é fundadora do *It's about Impact* “empresa sem fins lucrativos de organização de eventos, que produz conteúdo de impacto social para uma audiência mainstream” (Casa do Impacto, 2023).

⁸³ Disponível em Quem Somos - <https://accesslab.pt/> Consultado a 28 de setembro.

O projeto foi também um desafio para a Access Lab, considerando o território incomum que o festival ocupou - a Matinha. Posto isto, esta foi das primeiras medidas a serem discutidas, nomeadamente a comunicação interna e com o público teria que ser o mais honesta possível, sem rodeios. Não seria possível prometer um festival 100% acessível, porque não existiam meios para o fazer. Desde o início, que ambas as organizações sabiam que este seria um plano de acessibilidade para ruínas com base em acessibilidade atitudinal, física, intelectual e comunicação.

A abertura e disponibilidade da Access Lab em ouvir as nossas questões e, à partida, o que o Iminente considerava obstáculos, considerando a estrutura interna da empresa, foi verdadeiramente importante para ambas as partes estarem alinhadas na conceptualização de um plano de acessibilidade viável para o Iminente. Desde os primeiros contactos, a Access Lab percebeu que o maior obstáculo do Iminente seria o orçamento disponível e que, conseqüentemente, as medidas a implementar estariam dependentes disso. Foi delineado um protocolo de parceria, que contemplava os ajustes do plano de acessibilidade à adequação orçamental do projeto, definindo também importantes pontos de partida, objetivos e as principais responsabilidades do Iminente, para o arranque do projeto, nomeadamente:

- Assegurar necessidades de infra-estruturas elencadas no processo de trabalho para o acolhimento de pessoas com deficiência, caso se adeque ao orçamento disponível para a edição do festival em 2022;
- Produzir materiais de comunicação associados ao novo posicionamento de acessibilidade;
- Atribuir funções a uma pessoa enquanto coordenador de acessibilidade que irá trabalhar com a Access Lab;
- Co-produção do mini documentário Access Lab / Iminente;
- Curadoria de obra a expor no Iminente 2022 relacionada com as questões da deficiência;
- Co-criar plano de acessibilidade e cumprir o que será definido em conjunto com a Access Lab, desde que devidamente cabimentado em orçamento.

Neste acordo, estava também definido que ambas as organizações ficariam responsáveis pela procura conjunta de investimento para o ano de 2023. O grande ponto de partida, assim, foi a

criação de bases para o desenvolvimento do plano e a definição de objetivos claros para a sua implementação, mas também para os seus resultados⁸⁴.

Nesta fase, o Iminente estava a trabalhar na implementação do website do festival. Desde o início que o *design* do Iminente é bastante disruptivo, espelhando a sua identidade, e enquanto marco da imagem do festival existe uma inflexibilidade na sua alteração. Apesar do seu perfeito alinhamento com a identidade camaleónica e disruptiva do Iminente, é bastante perceptível, ao observar o material produzido, que o conteúdo não é direto, claro ou acessível (para pessoas com e sem deficiência). Tendo consciência do impacto, inflexibilidade em criar uma identidade clara, visualmente acessível, foi feito um grande esforço para a implementação de um website que permitisse um acesso claro, de forma direta.

Em paralelo, parte da equipa do Iminente participou numa formação/ação de capacitação Access Lab acerca da promoção da inclusão no sector cultural e do entretenimento. Nesta formação participaram outros dois elementos da equipa, além de mim, o designer gráfico e uma das assistentes de produção do Iminente. Esta formação teve duas formadoras: Catarina Oliveira (Access Lab) e Ana Garcia (Accessible Portugal), e foi especialmente importante para conseguirmos ter um contacto próximo com aqueles que são considerados problemas comuns e, ao mesmo tempo, compreendermos que soluções existem ou que caminhos devem ser considerados.

Após a formação, iniciámos um plano de trabalho para definir os primeiros passos do plano de acessibilidade a criar e, mais tarde, implementar. Nesta altura, foi feito um levantamento de acessibilidades noutros festivais nacionais, nomeadamente NOS Alive (Lisboa), MEO Kalorama (Lisboa), Rock in Rio (Lisboa), Bons Sons (Tomar) e Boom (Idanha-a-Nova). Além disso, uma vez que o Iminente acontece no final do Verão, foi possível reunir *feedback* do público de outros festivais, na tentativa de compreender que erros estavam a ser cometidos por outros promotores e de que forma seria possível evitarmos esses obstáculos. A direção fez um esforço para encontrar referências de possíveis apoios a ações de acessibilidade em festivais, para que pudesse ser feita uma ponte.

⁸⁴ Naturalmente, será feita uma análise do que foi bem sucedido (ou não), com base nestes pontos de partida, bem como a análise dos resultados das medidas que foram implementadas após o diagnóstico do recinto.

Além de uma orientação próxima, ao longo deste processo foram partilhados documentos com o Iminente, nomeadamente *guidelines* para a criação de um plano de acessibilidade, sendo a nossa maior base o “Guia Prático: Acessibilidade em Eventos” (Accessible Portugal, 2021). Ao mesmo tempo, a Access Lab estaria a desenvolver um questionário sobre o qual seria desenvolvido o plano de acessibilidade para o festival de 2022. O objetivo deste questionário seria perceber o que já teria sido pensado, considerado e implementado, na edição passada. Foi também essencial para compreender quais as expectativas do Iminente.

O questionário enviado estava dividido em diferentes áreas, nomeadamente: gestão; transportes públicos e privados; percurso acessível — análise geral; casas de banho; balcões e guichês de atendimento; sinalética; lugares de mobilidade condicionada; vendas de bilhetes; apoio ao cliente - bilheteira e acolhimento; comunicação; programação acessível; backstage, camarins e palcos. Grande parte das respostas foram negativas, uma vez que o recinto é improvisado e muitas infraestruturas seriam construídas para o efeito. Estaríamos a trabalhar do zero, mas algumas prioridades foram definidas, nomeadamente garantir que o percurso a fazer seria acessível, uma vez que o recinto ocupa ruínas, delinear zonas/plataformas para espectadores com deficiência assistirem aos espetáculos; ter balcão rebaixado na bilheteria e pelo menos num bar, e ter voluntários a ajudar no percurso/recinto, uma vez que não iríamos conseguir ter um piso 100% regular, ter bastante sinalética no recinto e disponibilizar informação no site do Iminente acerca da acessibilidade no recinto, sendo que inicialmente seria disponibilizado um formulário para os visitantes com deficiência preencherem de forma a conseguirmos melhorar a sua visita; ter um espetáculo com interpretação LGP (uma vez que nunca tinha sido feito, o objetivo seria ter interpretação em apenas um concerto, para conseguirmos perceber logisticamente o que implicaria).

3.5.1. A proposta de plano de acessibilidade e a sua (in)concretização no Festival Iminente

O plano de acessibilidade desenhado pela Access Lab, com base no questionário, foi desenhado não só com a edição de 2022 em mente (medidas a implementar a curto prazo), mas também para as edições de 2023 e seguintes (médias e longo prazo). O plano, organizado

por objetivos, dividiu-se em seis áreas. As linhas orientadoras do plano foram a equipa, espaço/recinto, programa, bilheteira e comunicação. A partir daqui, o plano desdobra-se em ações que correspondem aos objetivos delineados.

No início das discussões entre Access Lab e Iminente ficou claro que seria importante implementar duas medidas novas no que diz respeito à acessibilidade no festival comparativamente a anos anteriores. Medidas estas que não teriam custos explícitos para o festival, nomeadamente uma política de bilheteira que permitisse a entrada gratuita do acompanhante da pessoa com deficiência, e uma página no website do Festival Iminente dedicada à acessibilidade do recinto.

Conforme referido, o plano dividiu-se em seis eixos:

1. Organização e gestão da acessibilidade
2. Organização e gestão do espaço
 - a. Acesso físico ao espaço
 - b. Percursos acessíveis
 - c. Sinalética
 - d. Lugares de mobilidade condicionada
3. Venda de bilhetes
4. Atendimento, bilheteira e frente de casa
5. Comunicação
6. Programa acessível

Durante o processo de adaptação do plano, foram realizadas diversas reuniões para ajustes do mesmo, que surgem da necessidade de adaptação ao espaço, programa e recursos financeiros.

De seguida, é apresentada uma análise, por tópico, do que foi proposto realizar, conforme o plano de acessibilidade desenhado e, conseqüentemente, de que forma foram implementadas certas medidas (ou não).

1. Organização e gestão da acessibilidade

Neste grupo estariam incluídas as tarefas/medidas correspondentes à organização interna do Iminente. As medidas propostas desdobram-se na atribuição do papel de coordenação de acessibilidade a um elemento da equipa, bem como a partilha de informação do plano que se estava a desenvolver, garantido que os restantes elementos da equipa estariam a par do progresso. A nomeação da pessoa responsável foi algo inicialmente feito, mesmo antes do desenho do plano, conforme descrito. A partilha de informação aconteceu naturalmente, dado o facto da equipa ser pequena (falando da equipa núcleo de produção do Iminente). Para a continuidade e cumprimento desta meta a médio e longo prazo foi proposto reunir com a equipa no início de cada ano e fazer pontos de situação sobre o plano e as respetivas metas a atingir no horizonte de um ano. Consequentemente, realizar pontos de situação sobre cada medida trimestralmente. Há pontos neste plano que poderão facilmente ser aplicados noutros espaços/conceitos de Festival, mas há algo que não conseguimos controlar e essa é a natureza inquieta do festival (ao contrário de festivais como Rock in Rio ou NOS Alive), ou seja, a alteração de recinto ao longo dos anos. Isto significa que grande parte das medidas definidas no plano estão dependentes do fecho de um recinto e de um programa, para serem consequentemente adaptadas e, se necessário, alteradas, uma vez que parte do plano de acessibilidade está diretamente relacionado com o espaço físico do recinto. Após o fecho do recinto e do programa, poderá adaptar-se o plano, possivelmente encontrando pontos que não estejam cobertos. Neste aspecto, em 2022, houve uma vantagem que permitiu iniciar algumas tarefas mais cedo, nomeadamente a repetição da ocupação da Matinha.

Um último ponto no desenho do plano acerca da organização interna da equipa seria a medida relacionada com a formação das equipas. Um ponto fundamental para uma execução mais cuidadosa e educada do plano de acessibilidade. Parte da equipa participou numa formação da Access Lab, mas seria interessante esta formação ser contínua e especializada, conforme as equipas em questão.

2. Organização e gestão do espaço

a. Acesso físico ao espaço

O primeiro passo deste ponto do plano seria a concretização de um diagnóstico de acessibilidade (visto há umas páginas atrás), no qual estão incluídas as condições do acesso físico ao espaço.

Este seria o maior desafio da implementação do plano. Em 2022, contámos com um fator importante, nomeadamente o conhecimento prévio do recinto, conforme realçado anteriormente. Este facto permitiu que o Iminente conseguisse partilhar com a Access Lab questões físicas incontornáveis do recinto, nomeadamente a sua improvisação e abandono estrutural, e avançando com outras, nomeadamente preocupações partilhadas entre Iminente e Access Lab. A planta do recinto foi alterada (de 2021 para 2022) e estaríamos dependentes da mesma, para compreendermos que medidas específicas de acesso físico teriam que ser implementadas. Isto tendo em consideração percursos a serem definidos, zonas de casa de banho, acesso, estacionamento, novos palcos e zonas/plataformas de visibilidade, etc.

Neste ponto, “Acesso físico ao espaço”, foram pensadas condições no que diz respeito ao estacionamento, casas de banho, áreas de produção, camarins, balcões de serviço e percursos acessíveis entre todos os espaços. Passo a citar dois dos objetivos deste ponto “Promover soluções e ações que promovam a autonomia e segurança das pessoas com deficiência.” e “Promover a inclusão de pessoas com grau de incapacidade ou deficiência na atribuição de lugares e criar opção de escolha”. As preocupações do recinto foram partilhadas com a direção do festival, bem como os *designers* do espaço. O acesso para a entrada do recinto seria um problema, pois obrigava o acesso através de uma rampa de gravilha. Após a entrada no recinto, o público deparava-se novamente com uma rampa íngreme e não-adequada para pessoas com mobilidade condicionada. Neste sentido, procurou-se encontrar uma solução segura, através do acesso pela entrada de artistas/staff. Após esta entrada, foi necessário assegurar locais de paragens seguras. Foram assegurados dois lugares de estacionamento reservado no parque de estacionamento de artistas, com 16 lugares, o mais próximo e bem localizado dentro do recinto, e ficou também assegurada a entrada de táxis/TVDE para a largada de passageiros com deficiência. Ficou definido, no entanto, que, no caso de serem necessários mais lugares, seria apenas necessário partilhar o número da matrícula antecipadamente para garantir o acesso ao parque.

Ainda no que diz respeito à acessibilidade física no espaço, foi prioritária a partilha de informações sobre o percurso a ser feito se a pessoa usasse os transportes públicos. Infelizmente, as paragens de autocarro mais próximas do recinto estavam a cerca de 800m da

entrada destinada a pessoas com mobilidade condicionada. A paragem de comboio, Braço de Prata, ficaria mais próxima da entrada, estando a cerca de 600m. De forma a conseguirmos informar o público com antecedência e de forma as pessoas conseguirem preparar a sua ida ao festival, estas informações foram partilhadas no site do Festival Iminente, em conjunto com todas as restantes informações sobre a acessibilidade no festival. Além disso, foi feito um post no Instagram do Iminente de informações úteis, sendo uma das fotos no carrossel sobre a acessibilidade, com as informações principais.



Figura 9 — Post no Instagram do Iminente @festivaliminente acerca da acessibilidade no festival

Por fim, foi explorada a hipótese de ter balcões rebaixados para atendimento na bilheteira, bares e comércio/merchandising. Esta possibilidade foi, efetivamente, discutida internamente, não tendo sido realizada em nenhuma das áreas referidas. Foi, no entanto, discutida com alguns dos parceiros do festival que se mostraram interessados em trabalhar no futuro para realizar esta medida. O bar presente no Gasómetro e no Fábrica foi feito com andaimes e barris vazios. Os barris, como balcão, tinham uma altura de cerca de 1 m (tendo sido um ponto positivo referido por elementos do público com deficiência). Neste processo, ficou também registado para futura referência a necessidade de incluir uma questão acerca da acessibilidade das *food truck* nos formulários de candidatura ao festival, de forma a que na altura da seleção seja possível considerarmos opções acessíveis.

No início do plano de acessibilidade e em discussão com as equipas responsáveis de produção e desenho de espaço, seriam colocadas duas casas de banho adaptadas, uma na entrada de pessoas com mobilidade condicionada e outra na zona de casas de banho, junto ao palco Choque. No entanto, no desenho final da planta e perto da abertura do festival, fui informada que apenas uma casa de banho adaptada seria instalada, na zona da entrada de pessoas com mobilidade condicionada, ao lado do posto de segurança.

b. Percursos acessíveis

O objetivo seria criar um percurso acessível, que permitisse o acesso a todos os pontos do festival abertos ao público de forma segura e independente. Os lugares de estacionamento dedicados a pessoas com mobilidade condicionada encontravam-se junto ao acesso à zona do palco Gasómetro e palco Choque. No geral, o solo do recinto era bastante irregular, composto por diversas camadas de alcatrão, gravilha, cimento e algumas zonas de terra. Garantir que o solo fosse todo regular foi uma impossibilidade, mas fizemos o possível para garantir que todas as zonas do festival fossem acessíveis. Através da entrada alternativa, as pessoas com mobilidade condicionada não seriam obrigadas a deslocarem-se à zona da bilheteira (na ponta oposta desta entrada) e caso fosse necessário, a compra poderia ser feita na entrada alternativa, sendo este um sistema a ser utilizado exclusivamente nesta situação. A troca da pulseira seria também feita nesta entrada, com o auxílio da pessoa responsável pelas credenciações.

No estacionamento, através de sinalética, seria possível deslocar-se a todas as zonas do festival. Um dos percursos no festival implicava a utilização de escadas, mas foi criado um percurso alternativo através de uma rampa. Em visita com a Access Lab, feita em data próxima do festival, foram assinaladas algumas questões a melhorar/resolver, nomeadamente a melhoria do acesso ao palco Cine-estúdio. Este tinha dois acessos, um deles completamente inacessível, pela inclinação da rampa, e outro, acessível, mas cuja rampa estava em mau estado. A situação foi reportada e a rampa foi uniformizada.

Após as montagens de todos os palcos, na última visita realizada com a Access Lab ao recinto, foi ainda identificado um problema com o acesso, neste caso a falta dele ao palco Choque (uma pista de carrinhos de choque que se torna um palco no festival). Esta pista

continha dois obstáculos: o primeiro são 5cm que separam o chão da primeira plataforma que se encontra em redor da pista, o segundo é o degrau de 15 cm de acesso ao seu interior. O problema ficou assinalado e foi reportado às equipas de produção que fizeram a ponte com os fornecedores de infra estruturas no festival e rapidamente a situação foi regularizada, através de uma rampa portátil que permitiu o acesso do exterior da pista ao seu interior por uma pessoa com mobilidade condicionada. No primeiro dia do festival, esta rampa foi retirada sem a consulta prévia de nenhum elemento envolvido no plano de acessibilidade do festival. Assim que a situação foi notificada, falámos com o *stage manager* responsável para que a rampa ficasse sempre colocada. Foram ainda colocadas baias de cada lado e pedido que o segurança do palco ficasse sempre ao pé da mesma para garantir que a passagem ficaria desimpedida.



*Figura 10 — Rampa do palco Choque
Fotografia por: Catarina Branco*



*Figura 11 — Rampa do palco Choque
Fotografia por: Catarina Branco*

Outro problema a resolver, identificado na mesma visita pela Access Lab, foi a gravilha que compunha a rampa que daria acesso à zona do palco Gasómetro. Estudou-se a hipótese de colocar uma lona ou tapete na zona, não tendo sido realizado. Esta gravilha foi um grave problema, e apesar de ter sido assinalado, não ficou resolvido antes da abertura do festival, provocando, no primeiro dia aberto ao público, uma má experiência a um visitante, utilizador de cadeira de rodas elétrica. Nesse mesmo dia, assim que a equipa responsável foi notificada do assunto, o acesso à zona do palco Gasómetro e Choque foi alterada para ser feita através

do *backstage* e de uma rampa adequada, que deveria ter sido logo considerada como a opção de acesso, antes da abertura do festival.

As escadas presentes no recinto, uma estrutura de andaimes, estavam identificadas com uma cor contrastante em cada patamar de escadas, incluindo no patamar de baixo e no de cima.

Por fim, no que diz respeito a este tópico, um dos *backstages*, nomeadamente o do Cine-estúdio, foi preparado para receber uma artista com mobilidade condicionada. Da mesma forma que todas as restantes zonas do festival eram improvisadas, este *backstage* também tinha condicionantes de acessibilidade. Com isto em consciência, foi marcada uma visita técnica, para serem expostas estas condicionantes e as condições que seria possível fornecer. Nesta visita foi também discutida a instalação de casa de banho adaptada que teria que ser química (sendo essa a única opção para aquele espaço).

c. Sinalética

No diagnóstico feito pela Access Lab foram assinalados alguns pontos que teriam de estar identificados com sinalética com o símbolo internacional de deficiência para que o público fosse orientado para algumas áreas como: entradas e saídas acessíveis, percursos acessíveis, lugares de estacionamento reservados, casas de banho acessíveis, bilheteira com todos os serviços de acessibilidade.

d. Lugares de mobilidade condicionada

Este foi um dos pontos mais importantes para o Iminente. Em conjunto com a direção de produção e designers de espaço, foram desenhadas várias plantas e discutidas várias hipóteses da colocação de plataformas de visibilidade/áreas reservadas nos diferentes palcos do festival, nomeadamente o palco Gasómetro, palco Choque, palco Fábrica e o Cine-estúdio.

Ficou decidido que a plataforma de visibilidade do Gasómetro ficaria ao lado régie, com a capacidade de receber 4 pessoas com mobilidade condicionada e os seus acompanhantes. Foi discutido o aumento desta plataforma, mas as dimensões da mesma foram definidas em conformidade com o tamanho dos estrados disponíveis no mercado para a construção da estrutura, sendo que o aumento desta plataforma não foi aprovado.



*Figura 12 — Plataforma de visibilidade (lado direito) no palco Gasómetro
Fotografia por: Catarina Branco*

No palco Choque não foi colocada uma plataforma nem delimitado um espaço específico para as pessoas com deficiência, dada a natureza do espaço. No entanto, os seguranças foram notificados para manter uma zona desimpedida junto à frente de palco para as pessoas com mobilidade condicionada, e para gerir o fluxo de pessoas nessa zona.

Para o palco Fábrica foi pensada uma zona reservada a pessoas com mobilidade condicionada junto à frente de palco, algo discutido com a direção de produção e designer de espaço. No entanto, perto da abertura do festival, verificou-se que essa zona não existia, decisão tomada sem consultar nenhum elemento envolvido no plano de acessibilidade do espaço. A justificação dada foi que o palco alto, no enquadramento da zona que ocupava, permitia uma boa visibilidade. Por motivos que ultrapassam a vontade da equipa envolvida no plano, esta questão não foi resolvida.

Por fim, o espaço Cine-estúdio, um espaço de proximidade entre o público e os artistas. Este era um espaço fechado, que recebeu festas, *DJs sets*, poesia, *breaking*, sempre num contexto de proximidade, sem palco. Dada esta natureza, em conformidade com a Access Lab, assumiu-se que este espaço não teria uma zona reservada a pessoas com mobilidade condicionada, e que o comunicaríamos previamente ao público.

3. Venda de bilhetes

O grande objetivo seria aplicar, pela primeira vez no festival, a disponibilização de entrada gratuita aos acompanhantes/assistentes pessoais na compra de bilhete para pessoas com mobilidade condicionada. Para isso, foi aberta uma categoria específica nos canais de venda de bilhetes na Ticketline, para bilhetes “Mobilidade Condicionada”. Foi feita uma tentativa de alteração da designação da tipologia dos bilhetes para “Pessoas com mobilidade condicionada”, mas segundo a Ticketline, esta alteração não seria possível. Na descrição foi disponibilizado um email para o pedido do bilhete de acompanhante.

4. Atendimento, bilheteira e frente de casa

Este não foi um ponto bem sucedido pelo Iminente. O objetivo seria garantir que todas as equipas do festival a lidar com público, nomeadamente frente de casa, segurança e atendimento, fossem contextualizadas sobre o atendimento de públicos com deficiência, através, por exemplo, de uma reunião e da entrega de material que pudesse ficar com as pessoas. Dada a natureza do festival, todos os anos as equipas de segurança e produção são lembradas acerca da importância da inclusão de todos os públicos do Iminente, sendo que se repete vivamente qualquer tipo de ação que discrimine. É fulcral garantir que esta sessão aconteça em futuras edições.

Dada a dificuldade encontrada em garantir que todo o percurso fosse acessível, permitindo a deslocação independente das pessoas pelo recinto, alguns voluntários foram selecionados para dar apoio a pessoas com deficiência, para obter informações ou pedir apoio nas deslocações, se fosse requisitado pelas mesmas. Estes voluntários receberam as informações necessárias para acolher pessoas com deficiência e estiveram sempre disponíveis durante o festival. Compreendemos que a independência de uma pessoa com deficiência é uma das características que permite assumir que a experiência é totalmente acessível, mas também compreendemos e assumimos que no recinto do Iminente, com infraestruturas provisórias, a disponibilização de uma equipa dedicada seria a melhor alternativa em alcance, para garantir apoio e segurança na circulação de pessoas com deficiência no recinto.

5. Comunicação

Um dos objetivos mais importantes a cumprir seria a partilha de informação com o público sobre os acessos e o que esperar no festival. Há ainda um percurso considerável a fazer no que diz respeito à comunicação, que pode ser comprovado através de uma breve análise a vários sites de festivais. Conforme já referido neste trabalho, numa análise a 44 festivais (portugueses e internacionais), 13 apresentam informação explícita sobre acessibilidade, 8 apresentam pouca informação, maioritariamente acerca de acessos físicos, e 17 não apresentam qualquer referência à acessibilidade.

O nosso objetivo seria comunicar todos os detalhes acerca dos serviços e condições das acessibilidades do festival e criar uma estratégia de comunicação para uma passagem eficaz desta informação aos públicos. Desta forma, foi pensada a criação de uma página web sobre acessibilidade no site do festival com informações claras sobre os principais pontos do plano de acessibilidade a implementar, nomeadamente: contactos da pessoa responsável pela acessibilidade; estacionamento, transportes públicos e paragens TVDE/táxis; percurso acessível e outras condições de acesso físico; apoio no local; política de bilheteira; possíveis limitações da sala/espço.

A legendagem dos materiais de comunicação foi uma das recomendações recebidas. A comunicação é feita principalmente através das redes sociais, sendo que os conteúdos mais partilhados são fotografias, *layouts* gráficos e vídeos com música instrumental. No entanto, esta referência foi comunicada à equipa de comunicação para ser tida em consideração, se no futuro surgirem vídeos em que seja necessário.

A Access Lab liderou um plano de comunicação com diferentes etapas para divulgar as medidas tomadas no festival e partilhar mais informações sobre o projeto com o público, nomeadamente a criação da página web já referida, ações de assessoria de imprensa, comunicação própria da Access Lab, através de redes sociais e *newsletters*. Além disso, o Iminente partilhou também um post nas redes sociais acerca da acessibilidade, redirecionando o público para a página web criada, na qual se encontravam todas as informações. A estratégia de comunicação partiu maioritariamente da Access Lab, sendo que houve dificuldade em que o Iminente desenvolvesse um plano igualmente adequado. No futuro será

importante discutir o assunto novamente com a direção e a equipa de comunicação responsável, uma vez que esta é também uma oportunidade de captação de novos públicos.

Foram recomendadas outras medidas, nomeadamente a produção de materiais de comunicação em braille e a realização de uma formação acerca da acessibilidade para a equipa de comunicação. Ambas não aconteceram, a primeira por questões orçamentais e a segunda por falta de disponibilidade, no entanto toda a equipa foi sensibilizada para o assunto.

Além disso, foi pensado um mapa de acessibilidades, que não foi possível fazer, uma vez que o mapa oficial do festival foi desenhado muito perto da abertura do mesmo. No entanto, ficou o registo para o futuro, sendo esta uma medida sem grandes implicações orçamentais para o promotor e bastante útil para o público. Na última visita com a Access Lab foi também planeado um vídeo sobre o percurso acessível no festival, uma medida que não estava planeada, mas que durante a visita técnica, percebemos que seria interessante. Este vídeo teria que ser feito após as estruturas estarem todas preparadas. Um fator externo que ninguém controla, a chuva, provocou atrasos nas montagens, o que não permitiu que existisse disponibilidade para a filmagem e edição do vídeo. No entanto, é um material auxiliar útil para o público e que não traz custos ao promotor (pode ser feito com um telemóvel, por exemplo).

Durante todo este processo, foram sendo partilhados materiais de apoio e várias reuniões foram tidas entre Access Lab, Iminente e as restantes equipas transversais ao grupo Cultural Affairs, como a comunicação, e designers de espaço/recinto do festival.

6. Programação Acessível

Desde o início das conversas entre Iminente e Access Lab, uma das prioridades seria tornar a programação mais acessível. As linhas orientadoras deste objetivo seria disponibilizar o serviço de audiodescrição, com reconhecimento do palco e criar sessões com interpretação de Língua Gestual Portuguesa. Outra medida seria a legendagem de materiais para S/surdos.

O plano, adaptado ao festival, discutido até com a direção seria disponibilizar visitas com audiodescrição das obras do programa de artes visuais, concertos com audiodescrição e uma

sessão com interpretação de LGP de um dos maiores concertos do festival. Através de contactos disponibilizados pela Access Lab, ambas as medidas foram orçamentadas, mas não foram aprovadas. Sendo que a LGP seria o orçamento mais alto, a equipa do Iminente decidiu procurar outras soluções, através da procura de parcerias e do contacto com cursos de interpretação de LGP, que pudessem também disponibilizar esses serviços. No final, cerca de um mês antes do festival, nenhuma das opções foi aprovada.

Os elementos da equipa e a sua consciência sobre a acessibilidade são um fator fulcral para a criação de programas mais acessíveis. Excluindo o fator orçamental, senti uma grande abertura para discutir este assunto, quer com a coordenação da programação, quer a direção. Ao mesmo tempo, fomos discutindo a produção de um mini-documentário sobre a parceria entre a Access Lab e o Iminente. A primeira ficou responsável pelo argumento e a segunda pela produção. O objetivo seria ambas as partes partilharem a sua experiência sobre a parceria. A Access Lab representada pelo Tiago Fortuna e o Iminente pela Carla Cardoso. Além disso, o objetivo seria recolher testemunhos de público e entrevistar o artista que estivesse a trabalhar sobre os temas da inclusão, o preconceito e o papel da sociedade em definir, desconstruir ou perpetuar esses mesmos preconceitos. Esta artista visual seria a Rita Ravasco, que integrou o programa de Artes Visuais no festival e cuja obra se enquadra na parceria do Iminente e Access Lab. A sua ficha técnica contempla:

“E se te pudesses livrar de todos os preconceitos que criaste ao crescer?

O percurso da evolução humana é construído por várias mutações de validade social, um conjunto de pré-conceitos que acompanha cada geração no seu percurso. Cada indivíduo pode optar por adicionar energia a este processo de mutação ou deixar-se guiar por esta mesma validade social. Lavagem de ideias é uma construção tridimensional que desafia o observador a fazer parte da peça, questionando-se a si mesmo sobre a posição que pretende assumir nesta tal validade social. O observador pode juntar-se ao copiloto no lugar de passageiro e esperar no banco traseiro ou assumir o lugar de condutor neste enxaguar de ideias e continuar a mutação de validade social.” (Iminente, n.d.)⁸⁵

⁸⁵ Informação disponível no site do Festival Iminente, em Artistas | Rita Ravasco, através do link <https://www.festivaliminente.com/pt/artistas/rita-ravasco>

Desta forma, foram realizados dois curtos episódios com base nas entrevistas de Carla Cardoso, Tiago Fortuna, Jwana Godinho, Rita Ravasco e Miguel Arsénio (festivaleiro)⁸⁶.

Em resumo, foi possível implementar as seguintes medidas:

- Disponibilização de informação online, transparente, que procurou difundir as condições do recinto, pontos positivos e os negativos, de forma a que o festivaleiro conseguisse preparar a sua visita;
- Disponibilização de uma entrada alternativa dedicada ao público com mobilidade condicionada pela estrada Rua Vale Formoso nº 116;
- Ponto drop-off e estacionamento reservado previamente;
- Plataforma de visibilidade no palco Gasómetro;
- Colocação de rampa de acesso ao espaço interior do palco Choque;
- Equipa de voluntários disponíveis;
- Disponibilização de contacto para esclarecimento de dúvidas.

3.5.2. Conclusões do plano de ação

Naquele que foi o ano zero deste processo, foi possível implementar ações focadas na criação de um espaço mais seguro do que em 2021, com base numa relação honesta e transparente com o público. Durante o planeamento deste plano de ação, dois tipos de acessibilidade foram considerados, nomeadamente acessibilidade física e programação acessível. Sendo o recinto num local totalmente improvisado e em ruínas, antes de pensar na criação de um programa acessível, o espaço tem que ser acessível. Daqui foram pensados os acessos ao recinto e as condições de circulação e acesso a todos os locais dentro do recinto. Estes foram os pontos mais trabalhados. Foram aplicadas medidas para combater alguns obstáculos físicos, sendo que medidas relacionadas com a adaptação do programa foram ficando em segundo plano. Neste sentido, foi possível identificar três barreiras à implementação de um plano mais completo, nomeadamente a falta de orçamento, a falta de recursos humanos para a gestão e articulação com as equipas envolvidas no processo (produção, design, montagens e

⁸⁶ Os episódios podem ser vistos através do seguinte link
<https://amensagem.pt/2023/05/31/iminente-festival-inclusivo-vhils-access-lab/>

programação), e a resistência à compreensão deste investimento enquanto investimento em novos públicos que, conseqüentemente, geram receitas para o projeto.

No que diz respeito ao orçamento, o problema começa quando não existe um orçamento específico para o projeto de acessibilidades. Enquanto responsável por este plano, deveria ter discutido a criação de um orçamento, mesmo que pequeno, com a direção no início do processo. Uma vez que isto não aconteceu, os valores deste plano foram encaixados no orçamento global do festival, o que dificultou a maioria das aprovações necessárias, como por exemplo a contratação de serviços de interpretação de LGP ou áudio-descrição. De forma a contornar a questão, tentou-se estabelecer contactos para parcerias que pudessem apoiar monetariamente, ou através da disponibilização de recursos ou serviços, a implementação do plano no festival. Esta procura não foi bem-sucedida, sendo que também não foi desenhado um plano de captação de apoios públicos e privados específicos para o projeto de acessibilidades.

Apesar de não existirem muitas linhas diretas de financiamento para apoio à criação e implementação de planos de acessibilidade, é possível nomear a Europa Criativa, e outros programas a fundo públicos europeus, sendo que muitos valorizam a inclusão; o prémio Festivais Acessíveis, cujos vencedores poderão vir a ganhar um apoio monetário para a melhoria das acessibilidades. No entanto, este prémio é apenas atribuído a casos que já sejam exemplares nas suas acessibilidades e não a projetos que procurem implementar, de raiz, um plano de acessibilidade. Por fim, um apoio que já não está disponível, mas que reflete esta preocupação, a Linha de apoio ao turismo acessível, pelo Turismo de Portugal.

Não há forma de definir o que significa um bom investimento para implementar um plano de acessibilidade para um festival de 4 dias. Qualquer investimento na acessibilidade é um “bom” investimento, mas num contexto temporário, é necessário avaliar e seleccionar medidas em concordância com esse fator. Inevitavelmente, e mais relacionado com o espaço do recinto, surgirá a necessidade de investir dinheiro em algumas medidas, como por exemplo, no aluguer de plataformas de visibilidade ou de rampas amovíveis. No entanto, o que se pretendeu mostrar neste trabalho, através do mapeamento de outros festivais, é que existe a possibilidade de encontrar soluções criativas, quando não há espaço para implementar outras hipóteses e que podem ajudar no equilíbrio entre investimento, utilidade e duração do evento.

Exemplo disso é o Bons Sons e as plataformas de visibilidade criadas, através da utilização de madeira, para o festival.

No que diz respeito aos recursos humanos, eu era a pessoa responsável no Iminente pela implementação do plano de acessibilidade criado pela Access Lab. No entanto, esta não foi a minha única responsabilidade no festival, o que causou alguma dificuldade no supervisionamento do plano, bem como a verificação da correta implementação das medidas definidas. Um reforço de recursos humanos poderia permitir, além da gestão da implementação do plano e a sua produção, uma maior disponibilidade para investigar financiamento, parcerias, mapeamentos de outros projetos de acessibilidade, ou soluções alternativas/criativas a problemas que pudessem surgir.

Estes pontos não invalidam, no entanto, o impacto que a parceria com a Access Lab teve não só na equipa do Iminente, mas nas equipas transversais ao grupo, sendo que os elementos da direção, equipa núcleo do Iminente, e da equipa de comunicação foram expostos ao planeamento realizado. A equipa núcleo participou nas discussões acerca das medidas a tomar e tiveram acesso a materiais úteis, de diferentes recursos e fontes de informação privilegiadas para dar continuidade a este plano, de forma a manter e acrescentar, medida a medida, mais soluções de acessibilidade no festival.

A equipa do Iminente está consciente do espaço que existe para o plano crescer, através de novas medidas, com base na experiência de 2022. O que foi construído neste plano poderá vir a refletir-se no futuro do festival, nomeadamente através do aproveitamento de informação que fica disponível para futuras equipas de produção, que deverão ter acesso a informação privilegiada, no que diz respeito à criação do plano, mas também de recursos e contactos que foram disponibilizados ao Iminente. No entanto, esta informação só será útil se as equipas e respetiva direção estiverem dispostas a questionarem-se sobre as problemáticas dos futuros recintos, fator incontornável e imprevisível.

Referências e Bibliografia

Accessible Portugal (2021) *Guia Prático: Acessibilidade em Eventos*. Consultado no dia 28 de setembro de 2023. Disponível

em:https://accessibleportugal.com/wp-content/uploads/2021/11/acessibilidade-eventos_web.pdf

Access Lab (n.d) *Quem Somos*. | Access Lab. Consultado no dia 28 de setembro de 2023.

Disponível em: <https://accesslab.pt/quem-somos/>

Acesso Cultura (n.d.) *Missão, visão, valores, definições* | Acesso Cultura. Consultado no dia 28 de setembro de 2023. Disponível em:

<https://accessocultura.org/quem-somos/missao-visao-valores-definicoes/>

Acesso Cultura (n.d.) *Prémio Acesso Cultura*. Consultado no dia 28 de setembro de 2023.

Disponível em: <https://accessocultura.org/servicos/premio-acesso-cultura/>

Acesso Cultura, (n.d). *Prémio Acesso Cultura – Linguagem Clara*. Consultado no dia 28 de setembro de 2023. Disponível em:

<https://accessocultura.org/servicos/premio-linguagem-clara/>

Acesso Cultura (2014a, 18 de junho). *Prémio Acesso Cultura 2014* [página do Facebook].

Acesso Cultura. Consultado no dia 28 de setembro de 2023. Disponível em:

https://m.facebook.com/media/set/?set=a.659588280762285.1073741839.447731565281292&type=1&l=ac67f3b2c9&locale=pt_BR

Acesso Cultura (2014b). *Prémio Acesso Cultura 2014: Deliberação do júri*. Consultado no dia 28 de setembro de 2023. Disponível em:

<https://accessocultura.org/pac2014-deliberacao-juri/>

Acesso Cultura (2015). *Prémio Acesso Cultura 2015: Deliberação do júri*. Consultado no dia 28 de setembro de 2023. Disponível em:

<https://accessocultura.org/pac2015-deliberacao-juri/>

Acesso Cultura (2016). *Prémios Acesso Cultura 2016*. Consultado no dia 28 de setembro de 2023. Disponível em:<https://accessocultura.org/premios-acesso-cultura-2016/>

Acesso Cultura (2017). *Prémio Acesso Cultura 2017: deliberação do júri*. Consultado no dia 28 de setembro de 2023. Disponível em:

<https://accessocultura.org/pac2017-deliberacao-juri/>

Acesso Cultura (2018a). *Jornadas Além do Físico: Barreiras à Participação Cultural Um périplo pelas Comunidades Intermunicipais de Portugal* (Acesso Cultura). Consultado

- no dia 24 de setembro de 2023. Disponível em:
<https://accessocultura.org/relatorio-alem-do-fisico/>
- Acesso Cultura (2018b). *Prémio Acesso Cultura 2018: deliberação do júri*. Consultado no dia 28 de setembro de 2023. Disponível em:
<https://accessocultura.org/pac2018-deliberacao-juri/>
- Acesso Cultura (2021). *Prémio Acesso Cultura 2021: deliberação do júri*. Consultado no dia 28 de setembro de 2023. Disponível em:
<https://accessocultura.org/pac2021-deliberacao-juri/>
- Acesso Cultura (2022). *Prémio Acesso Cultura 2022: deliberação do Júri*. Consultado no dia 28 de setembro de 2023. Disponível em:
<https://accessocultura.org/pac2022-deliberacao/>
- Acesso Cultura (2023). *Foram entregues os Prémios Acesso Cultura 2023*. Consultado no dia 28 de setembro de 2023. Disponível em:
<https://accessocultura.org/2023/06/21/foram-entregues-os-premios-acesso-cultura-2023>
- Aguirre, S., & Ribeiro, O., M. (2021). Cultural perspectives of disability in Portugal. *Revista de Letras*, (série III, n.o 1 – Maio de 2021 – Ciências da Cultura: 29-62). Consultado no dia 28 de setembro de 2023. Disponível em:
<https://revistadeletras.utad.pt/index.php/revistadeletras/article/download/171/72/>
- Alkantara (n.d.). *Acessibilidade*. Consultado no dia 28 de setembro de 2023. Disponível em:
<https://alkantara.pt/acessibilidade/>
- Alpaslan, Z., (2012) Is Street Art a Crime? An Attempt at Examining Street Art Using Criminology. *Advances in Applied Sociology 2012. Vol.2, No.1, 53-58*. Consultado no dia 28 de setembro de 2023. Disponível em: <http://www.SciRP.org/journal/aasoci>
- Andanças (n.d). *Conceito*. Consultado no dia 28 de setembro de 2023. Disponível em:
<http://www.andancas.net/site/conceito/>
- Andanças (n.d). *Acessibilidade*. Consultado no dia 28 de setembro de 2023. Disponível em:
<http://www.andancas.net/site/acessibilidade/>
- APOM (2021). *Regulamento 2021*. Consultado no dia 28 de setembro de 2023. Disponível em:
https://apmuseologia.wordpress.com/premios-e-regulamento-2021/?customize_change_set_uuid=bff29904-b762-418f-a6a9-eae29a0d8c70&customize_autosaved=on

- Armstrong, J. (2005). The contested gallery: Street art, ethnography and the search for urban understandings. *AmeriQuests* (2).
- Assembleia Geral da ONU. (1948). Declaração Universal dos Direitos Humanos (217 [III] A). Paris. Consultado no dia 24 de setembro de 2023. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>
- Assembleia Geral da ONU (1993). Regras Gerais sobre a Igualdade de Oportunidades para as pessoas com deficiência. Consultado no dia 24 de setembro de 2023. Disponível em: <https://gddc.ministeriopublico.pt/sites/default/files/regrasgerais-igualdadeoportunidades.pdf>
- Attitude is Everything (2016). *State of Access Report: A survey of UK live music accessibility*. Consultado no dia 24 de setembro de 2023. Disponível em: <https://attitudeiseverything.org.uk/industry/welcoming-disabled-audiences/state-of-access-reports/#2016>
- Attitude is Everything (2022) *DIY Access Guide*. Consultado no dia 28 de setembro de 2023. Disponível em: <https://attitudeiseverything.org.uk/wp-content/uploads/2022/08/DIY-Access-Guide-digital.pdf>
- Barnes, C. (1993) Political Correctness, Language and Rights. *Rights Not Charity, Winter, 1993: p. 8*. Consultado no dia 28 de setembro de 2023. Disponível em: <https://disability-studies.leeds.ac.uk/wp-content/uploads/sites/40/library/Barnes-Correct.pdf>
- Bons Sons (n.d). *Recinto*. Consultado no dia 28 de setembro de 2023. Disponível em: <https://www.bonssons.pt/recinto/>
- Borden, I. (1998) *A Theorised History of Skateboarding with particular reference to the ideas of Henri Lefebvre*. [Tese de Doutorado]. Consultado no dia 28 de setembro de 2023. Disponível em: https://discovery.ucl.ac.uk/id/eprint/10121656/1/Borden_10121656_thesis.pdf
- Borden, I. (2001) Body Architecture: Skateboarding and the Creation of Super- Architectural Space. In J. Hill (ed.), *Occupying Architecture: Between the Architect and the User*, (London: Routledge, 1998). Consultado no dia 28 de setembro de 2023. Disponível em:

https://www.academia.edu/4247813/Body_Architecture_Skateboarding_and_the_Creation_of_Super_Architectural_Space

BPI (2023). *PRÉMIO NACIONAL DE TURISMO 2023 — REGULAMENTO*. Consultado no dia 28 de setembro de 2023. Disponível em:

https://sdistribution.impresa.pt/data/content/binaries/d41/603/30cf4a89-b5e6-40ff-a3a2-9ecab6281e92/PNT2023_Regulamento.pdf

Brita, T. (2018) Resilience and adaptability through institutionalization in graffiti art: A formal aesthetic shift. In P. Neves (ed). *Street Art & Urban Creativity Scientific Journal - Changing times: Resilience (Vol. 4/nº2) pp. 6-23*. Consultado no dia 28 de setembro de 2023. Disponível em: <https://journals.ap2.pt/index.php/sauc/issue/view/10>

British Ceramics Biennial (n.d.) *Access*. Consultado no dia 28 de setembro de 2023.

Disponível em: <https://www.britishec ceramicsbiennial.com/visit/access/>

Brown, S. (2002). What is disability culture?. *Disability Studies Quarterly (Spring 2002, Volume 22, No. 2; pages 34-50; <www.cds.hawaii.edu>)*. Consultado no dia 28 de setembro de 2023. Disponível em:

<https://dsq-sds.org/index.php/dsq/article/view/343/434>

Campos, R. Brighenti, A. M. & Spinelli, L. (2011) Introdução: Um olhar sobre as imagens urbanas. In Campos, R. Brighenti, A. M. & Spinelli, L. (org.) *Uma Cidade de Imagens: Produções e Consumos Visuais em Meio Urbano*. Mundos Sociais. ISBN: 978-989-8536-03-07

Carta do Porto Santo. A Cultura e a Promoção da Democracia: Para uma Cidadania Cultural Europeia. (2021). Consultado no dia 28 de setembro de 2023. Disponível em:

<https://portosantocharter.eu/wp-content/uploads/2021/05/CartaDoPortoSanto.pdf>

Casa do Impacto. (2023) *Project Description*. Consultado no dia 28 de setembro de 2023.

Disponível em: <https://casadoimpacto.scml.pt/portfolio-items/its-about-impact/>

CASES (n.d). *História // Prémio Cooperação e Solidariedade António Sérgio | Edição 2012*.

<https://www.cases.pt/historia-premio-cooperacao-e-solidariedade-antonio-sergio/#2012>

Castro, A. (2014) *Arte Urbana: Estudo exploratório da sua relação com as cidades e proposta de projeto prático para o Porto*. [Dissertação de Mestrado em Multimédia — Vertente Cultura e Artes]. Repositório Aberto da Universidade do Porto.

- Carvalho, A. (2016). *Museus e Diversidade Cultural: Da Representação aos Públicos*. CALEIDOSCÓPIO – EDIÇÃO E ARTES GRÁFICAS, SA.
- Carvalho, C. (2022, 10 de julho) Dino D’Santiago e o jardim onde não se fazem perguntas – só se dança!. *A Mensagem*. Consultado no dia 28 de setembro de 2023. Disponível em:
<https://amensagem.pt/2022/07/10/dino-dsantiago-gubenkian-jardim-verao-festival/>
- Centro de Vida Independente (2021). *15 anos depois, que direitos para as pessoas com deficiência?* Consultado no dia 28 de setembro de 2023. Disponível em:
<https://vidaindependente.org/blog/2021/12/17/15-anos-depois-que-direitos-para-as-pessoas-com-deficiencia/>
- Centro de Vida Independente [@cvidaindependente]. (2023, 5 de maio). *Hoje, dia 5 de maio, assinala-se o Dia Europeu da Vida Independente. (...)*. [Fotografia]. Instagram.
https://www.instagram.com/p/Cr23lrQonhk/?img_index=3
- Centro de Vida Independente (n.d.) *A Vida Independente*. Consultado no dia 28 de setembro de 2023. Disponível em: <https://vidaindependente.org/o-que-e-a-vida-independente/>
- Cerqueira, A. & Magalhães, S., I. (2018) (Des)fazer género, (des)construir futuros: diálogos sobre linguagem inclusiva e literacia crítica mediática. *Faces de Eva* (nº39). Consultado no dia 30 de setembro de 2023. Disponível em:
<https://hdl.handle.net/10216/118105>
- Committee on the Rights of Persons with Disabilities [CRPD]. (2012) *Initial Report of Portugal on the implementation of the Convention on the Rights of Persons with Disabilities* (2012). Consultado no dia 28 de setembro de 2023. Disponível em:
<https://www.inr.pt/documents/11309/44742/Relat%C3%B3rio+inicial+de+Portugal+sobre+a+implementa%C3%A7%C3%A3o+da+Conven%C3%A7%C3%A3o/6fc3af38-a5cf-49a1-a21b-c9e472d55cab>
- Committee on the Rights of Persons with Disabilities [CRPD] (2015). *List of issues in relation to the initial report of Portugal : Committee on the Rights of Persons with Disabilities, 1 October 2015, CRPD/C/PRT/Q/1*. Consultado no dia 28 de setembro de 2023. Disponível em: <https://www.refworld.org/docid/570389a64.html>
- Committee on the Rights of Persons with Disabilities [CRPD] (2016a). *List of issues in relation to the initial report of Portugal. Addendum: Replies of Portugal to the list of issues. CRPD/C/PRT/Q/1/Add.1*. Consultado no dia 28 de setembro de 2023.

- Disponível em:
<https://gddc.ministeriopublico.pt/sites/default/files/comitedeficiencia-1relatorio-replylistissues.pdf>
- Committee on the Rights of Persons with Disabilities (2016b). *Concluding observations on the initial report of Portugal*. CRPD/C/PRT/CO. Consultado no dia 28 de setembro de 2023. Disponível em:
<https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/G16/099/33/PDF/G1609933.pdf?OpenElement>
- Committee on the Rights of Persons with Disabilities (2017). *Concluding observations on the initial report of Portugal. Addendum: Information received from Portugal on follow-up to the concluding observations*. CRPD/C/PRT/CO/1/Add.1. Consultado no dia 28 de setembro de 2023. Disponível em:
<https://gddc.ministeriopublico.pt/sites/default/files/comitedeficiencia-1relatorio-seguimento.pdf>
- Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência* (2006). Consultado no dia 28 de setembro de 2023. Disponível em:
https://gddc.ministeriopublico.pt/sites/default/files/documentos/instrumentos/pessoas_deficiencia_convencao_sobre_direitos_pessoas_com_deficiencia.pdf
- Coutinho, A. (2021). Identidades textuais, linguagem inclusiva e (re)formulação. In D. Ablali, M. Gonçalves, & F. Silva (Eds.), *Reformular, uma questão de géneros?* (pp. 51-65). Húmus. <https://doi.org/978-989-755-715-6/refa4>
- Crow, L. (1996) *Including All of Our Lives: Renewing the social model of disability*. Consultado no dia 28 de setembro de 2023. Disponível em:
<http://www.roaring-girl.com/wp-content/uploads/2013/07/Including-All-of-Our-Lives.pdf>
- Cunha, M. J., & Pinto, P. (2017) Representações mediáticas da deficiência: um estudo longitudinal na imprensa. *Sociologia, Problemas e Práticas* (vol. 85; p. 131-147). Consultado no dia 28 de setembro de 2023. Disponível em:
<https://journals.openedition.org/spp/3576>
- DGPC (n.d.). *As conclusões de 2017 continuam atuais?* DGPC. Consultado no dia 24 de setembro de 2023. Disponível em
<https://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/acessibilidade/estudos/>

- DGPC. (n.d). *Acessibilidade* | DGPC. Consultado no dia 28 de setembro de 2023. Disponível em: <https://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/acesibilidade/>
- Dicionário Priberam de Língua Portuguesa (n.d). *Acessibilidade*. Consultado no dia 24 de setembro de 2023. Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/acesibilidade>
- Dicionário Priberam de Língua Portuguesa (n.d). *Graffiti*. Consultado no dia 24 de setembro de 2023. Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/graffiti>
- Diniz, D., Medeiros, M., Squinca, F. (2007) Reflexões sobre a versão em Português da Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde. *Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro (23(10):2507-2510)*, outubro 2007. Consultado no dia 28 de setembro de 2023. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/csp/a/TgD9wYJLfpXPnG4KSP36rZK/?format=pdf&lang=pt>
- Departamento de Desenvolvimento e Inovação (2014). *Guias de Boas Práticas de acessibilidade - Turismo Ativo*. Consultado no dia 28 de setembro de 2023. Disponível em:
<https://business.turismodeportugal.pt/SiteCollectionDocuments/all-for-all/guia-boas-praticas-turismo-ativo-fev-2014.pdf>
- Edensor, T. (2005) *Industrial Ruins: Spaces, Aesthetics and Materiality*. Consultado no dia 28 de setembro de 2023. Disponível em:
https://www.brown.edu/Departments/Joukowsky_Institute/courses/archaeologicaltheory/files/3733144.pdf
- Engel, G. L. (1977) The Need for a New Medical Model: A Challenge for Biomedicine. *Science* (Vol 196, Issue 4286, pp. 129-136). DOI: 10.1126/science.84746. Consultado no dia 28 de setembro de 2023. Disponível em:
https://www.science.org/doi/10.1126/science.847460?url_ver=Z39.88-2003&rfr_id=ori:rid:crossref.org&rfr_dat=cr_pub%20%20pubmed
- Eugénio, S. (2013) *ARTE URBANA NO SÉCULO XXI – A RELAÇÃO COM O MERCADO DA ARTE*. [Dissertação de Mestrado em Gestão Cultural]. Repositório ISCTE-IUL. Consultado no dia 28 de setembro de 2023. Disponível em:
<http://hdl.handle.net/10071/8083>
- Featherstone, M. (1997) CULTURAS GLOBAIS E CULTURAS LOCAIS. In C. Fortuna (org.) *Cidades, Cultura e Globalização - Ensaio de Sociologia*. pp. 82-102.

- Consultado no dia 28 de setembro de 2023. Disponível em:
<https://www.researchgate.net/publication/310806664>
- Ferrell, J., (1995) Urban graffiti: Crime, control, and resistance. In *Youth and Society*, 27, pp. 73–92. Consultado no dia 28 de setembro de 2023. Disponível em:
<https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0044118X95027001005>
- Floch, Y., & Portolés, J., B. (2021). *Time to Act - How lack of knowledge in the cultural sector creates barriers for disabled artists and audiences*. Consultado no dia 24 de setembro, 2023. Disponível em
<https://www.disabilityartsinternational.org/resources/time-to-act-final-results/>
- FMAM. (n.d.). *PRÉMIO MANUEL ANTÓNIO DA MOTA* | Sobre o prémio. Consultado no dia 28 de setembro de 2023. Disponível em: <https://www.fmam.pt/premio-mam/>
- Fontes, F. (2009). Pessoas com deficiência e políticas sociais em Portugal: Da caridade à cidadania social, *Revista Crítica de Ciências Sociais* [Online], 86 | 2009, colocado online no dia 01 dezembro 2012, criado a 02 maio 2019. Consultado no dia 24 de setembro de 2023. Disponível em: <http://journals.openedition.org/rccs/233>;DOI: 10.4000/rccs.233
- Fontes, F. (2019). Framing Disability in Portugal: Historical Processes and Hegemonic Narratives. In P. R Martins, A. L. Semedo, & C. F. Camacho (org.), *Representing Disability in Museums: Imaginary and Identities*. Porto: CITCEM, 99-118
- Fox, R. G. (2022, August 23). urban culture. Encyclopedia Britannica.
<https://www.britannica.com/topic/urban-culture>
- Gillberg, D. (ed.), Berglund, Y., Brembeck, H. & Stenbäck, O. (2012) *Urban Cultures as a field of knowledge and learning*. Consultado no dia 28 de setembro de 2023.
Disponível em:
https://www.mistraurbanfutures.org/sites/mistraurbanfutures.org/files/urban_cultures_as_a_field_of_knowledge_and_learning_urban_cultures.pdf
- Giraud, C. (2018) *Demystifying Access: A guide for producers and performance makers: how to create better access for audiences to the performing arts*. Unlimited.
Consultado no dia 28 de setembro de 2023. Disponível em:
<https://weareunlimited.org.uk/wp-content/uploads/2018/08/Demystifying-Access-IPD-F-Final-2.pdf>

Hidden Door (n.d.). *About*. Consultado no dia 28 de setembro de 2023. Disponível em:

<https://hiddendoorarts.org/about/>

Hidden Door (n.d.). *Equal Opportunities: Opening doors for all*. Consultado no dia 28 de setembro de 2023. Disponível em:

<https://hiddendoorarts.org/about/equal-opportunities/>

Hidden Door (2022). *Accessibility at Hidden Door 2022*. Consultado no dia 28 de setembro de 2023. Disponível em: <https://hiddendoorarts.org/accessibility-at-hidden-door-2022/>

Hopson, J. (2019). Disability as Culture. *School Administration, Multicultural Education, & Inclusion*. Consultado no dia 28 de setembro de 2023. Disponível em:

<https://files.eric.ed.gov/fulltext/EJ1250140.pdf>

Icon Collective (n.d.) *HIP HOP HISTORY: FROM THE STREETS TO THE MAINSTREAM*. Consultado no dia 28 de setembro de 2023. Disponível em:

<https://www.iconcollective.edu/hip-hop-history>

Imaginarium (n.d.). *Imaginarium Acessível*. Consultado no dia 28 de setembro de 2023.

Disponível em: <https://www.imaginarium.pt/edicao-2023/imaginarium-acessivel/>

Imminente (n.d) *Artistas* | Rita Ravasco. Consultado no dia 28 de setembro de 2023. Disponível em: <https://www.festivalimminente.com/pt/artistas/rita-ravasco>

Independent Street Arts Network (2009). *Access Toolkit: Making outdoor arts events accessible to all*. Consultado no dia 28 de setembro de 2023. Disponível em:

<https://outdoorartsuk.org/wp-content/uploads/2021/04/Access-Toolkit.pdf>

INE (2012). *Saúde e Incapacidades em Portugal 2011*. Consultado no dia 28 de setembro de 2023. Disponível em:

https://www.ine.pt/ngt_server/attachfileu.jsp?look_parentBoui=149447974&att_display=n&att_download=y

INR (2021). *O INR*. Consultado no dia 28 de setembro de 2023. Disponível em:

<https://www.inr.pt/inr>

INE (2022). *Censos 2021. O que nos dizem os Censos sobre as dificuldades sentidas pelas pessoas com incapacidades*. Lisboa : INE, 2022. Consultado no dia 24 de setembro de 2023. Disponível em www: <<https://www.ine.pt/xurl/pub/66200373>>. ISBN 978-989-25-0632-6

- INR (2023) *Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência*. Consultado no dia 28 de setembro de 2023. Disponível em:
<https://www.inr.pt/convencao-sobre-os-direitos-das-pessoas-com-deficiencia>
- Kawalik, T. (2023, 11 agosto) Bridging the gap: how 50 years of hip-hop has changed the artworld. *Avant Arte*. Consultado no dia 28 de setembro de 2023. Disponível em:
<https://avantarte.com/insights/avant-essay/bridging-the-gap-how-50-years-of-hip-hop-has-changed-the-artworld>
- Kilomba, G. (2019) *Memórias da Plantação - Episódios de Racismo Quotidiano*. (3ª ed.) Lisboa: Orfeu Negro.
- King, B. (2016, 25 de fevereiro). 'Disabled': Just #SayTheWord. *npr*. Consultado no dia 28 de setembro de 2023. Disponível em:
<https://www.npr.org/sections/13.7/2016/02/25/468073722/disabled-just-saytheword>
- Leal, G. (2018) Uses of the street and confrontation of the city of the graffiti practices in Sao Paulo. In A. Oliveira & M. Garcia-Ruiz (eds.) (2018) *DiverCity. Diversity in the City*. pp.17-29. Consultado no dia 28 de setembro de 2023. Disponível em:
<https://www.researchgate.net/publication/332158495>
- López, A. (2018, 25 de novembro). Charles Michel de l'Épée, o pai da educação pública para surdos. *El País*. Consultado no dia 28 de setembro de 2023. Disponível em:
https://brasil.elpais.com/brasil/2018/11/24/cultura/1543042279_562860.html
- Lossau, J. (2009) Arte no espaço público: Sobre as relações entre as perspectivas artísticas e as expectativas das políticas de desenvolvimento urbano. *GeoTextos*, vol. 5, n. 1, jul 2009. pp. 37-57. Consultado no dia 28 de setembro de 2023. Disponível em:
<https://periodicos.ufba.br/index.php/geotextos/article/view/3568>
- Lusa. (2019, junho 11). Mais de metade dos espaços culturais não cumpre lei da acessibilidade - associação. *Diário de Notícias*.
<https://www.dn.pt/lusa/mais-de-metade-dos-espacos-culturais-nao-cumprer-lei-da-acessibilidade---associacao-10999375.html>
- Araújo, C. e Maia, H. (2014) *Space and Place in Urban Culture*. Consultado no dia 28 de setembro de 2023. Disponível em:
https://www.academia.edu/35455392/SPACE_AND_PLACE_IN_URBAN_CULTURE

- Martins, P. (2014). *MUSEUS (IN)CAPACITANTES - Deficiência, Acessibilidades e Inclusão em Museus de Arte, Volume I* [Universidade de Lisboa, Faculdade de Belas-Artes]. Consultado no dia 24 de setembro de 2023. Disponível em:
<http://hdl.handle.net/10451/15959>
- Martins, C. & Figueiredo, J. (2018, 5 de maio). Há um OVNI em Monsanto. *Expresso*. Consultado no dia 24 de setembro de 2023. Disponível em:
<https://expresso.pt/sociedade/2018-05-05-Ha-um-OVNI-em-Monsanto>
- Mineiro, C. (coord.) (2017) *Guia de Boas Práticas de Acessibilidade: Comunicação Inclusiva em Monumentos, Palácios e Museus*. DGPC. Consultado no dia 28 de setembro de 2023. Disponível em:
https://www.patrimoniocultural.gov.pt/static/data/publicos/acessibilidade/guia_comunicacao_acessivel_inclusiva.pdf
- Mineiro, C. (coord.) (2004) *Temas de Museologia: Museus e Acessibilidade*. DGPC. Consultado no dia 28 de setembro de 2023. Disponível em:
https://www.patrimoniocultural.gov.pt/static/data/publicacoes/acessibilidades/ipm_2004_museus_e_acessibilidade.pdf
- Mineiro, C., Herdade, J., & Peralta, F. (2017). *Estudo diagnóstico sobre a acessibilidade dos imóveis afetos à DGPC - Relatório final*. DGPC. Disponível em
https://www.patrimoniocultural.gov.pt/static/data/publicos/acessibilidade/relatorio_final_estudo_acessibilidade_1a_parte_31_05_2017.pdf
- Nieszczerzewska, M. (2015) Derelict architecture: Aesthetics of an unaesthetic space. *Argument Biannual Philosophical Journal*. (vol.5 2/2015, pp.387-397) Consultado no dia 28 de setembro de 2023. Disponível em: <http://www.argument-journal.eu/?lang=en>
- ODDH (2016). *Implementation of the Convention on the Rights of Persons with Disabilities in Portugal Submission to the Committee on the Rights of Persons with Disabilities of the — Responses to the List of Issues by the Disability and Human Rights Observatory*. Consultado no dia 28 de setembro de 2023. Disponível em:
<http://oddh.iscsp.ulisboa.pt/index.php/en/2013-04-24-13-36-12/publications-of-oddh-researchers/item/248-responses-to-the-list-of-issues>
- ODDH-ISCSP (2022) *Pessoas com Deficiência em Portugal – Indicadores de Direitos Humanos 2021* (5.ª edição). Consultado no dia 28 de setembro de 2023. Disponível em:

- <http://oddh.iscsp.ulisboa.pt/index.php/pt/2013-04-24-18-50-23/publicacoes-dos-investigadores-oddh/item/557-relatorio-oddh-2021>
- ODDH/ISCSP-ULisboa, (2022) *Pessoas com Deficiência em Portugal – Indicadores de Direitos Humanos 2022* (6.^a edição). Consultado no dia 28 de setembro de 2023. Disponível em:
<http://oddh.iscsp.ulisboa.pt/index.php/pt/2013-04-24-18-50-23/publicacoes-dos-investigadores-oddh/item/600-relatorio-oddh-2022>
- Obi.media — Observatório de Inovação nos Media (2023). *Relatório Acessibilidade na cultura: Experiências de Pessoas com Deficiência e Surdas*. Consultado no dia 24 de setembro de 2023. Disponível em:
<https://accesslab.pt/inclusao-na-cultura-estudos-nova-revelam-que-formacao-e-consulta-contribuem-para-a-inclusao/>
- Oliver, M. (1983). *Social Work with Disabled People*. Londres: Red Globe Press London.
<https://doi.org/10.1007/978-1-349-86058-6>
- Oliver, M. (1990) *The individual and social models of disability*. Consultado no dia 28 de setembro de 2023. Disponível em:
<https://disability-studies.leeds.ac.uk/wp-content/uploads/sites/40/library/Oliver-in-soc-dis.pdf>
- Oliver, M., (1994) *Politics and Language: Understanding the Disability Discourse*. Consultado no dia 28 de setembro de 2023. Disponível em:
<https://disability-studies.leeds.ac.uk/wp-content/uploads/sites/40/library/Oliver-pol-and-lang-94.pdf>
- Olympics (n.d.) *Skateboarding*. Consultado no dia 28 de setembro de 2023. Disponível em:
<https://olympics.com/en/sports/skateboarding/>
- Online Etymology Dictionary. (n.d) *Accessible*. Consultado no dia 24 de setembro de 2023. Disponível em: https://www.etymonline.com/word/accessible#etymonline_v_25943
- Portugal, S. (coord), Martins, B. S., Ramos, L. M., Hespanha, P., Alves, J. & Fidalgo, J. (2011) *Estudo de avaliação do impacto dos custos financeiros e sociais da deficiência: relatório final*. Consultado no dia 28 de setembro de 2023. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10316/42479>
- Prémios Património Ibérico (n.d). *Regulamento 2023*. Consultado no dia 28 de setembro de 2023. Disponível em:

- https://www.patrimonio.pt/_files/ugd/3f5444_2dac106c4a00424987547de01f302c2a.pdf
- Pugliesi, L. & Pina, S. M. (2018) A arte como forma de apropriação do espaço urbano e sua conexão com a sociedade, sustentabilidade urbana e resiliência. In A. Oliveira & M. Garcia-Ruiz (eds.) (2018) *DiverCity. Diversity in the City*. pp.4-16. Consultado no dia 28 de setembro de 2023. Disponível em:
<https://www.researchgate.net/publication/332158495>
- Riesch, R. J. (2005) Hip Hop Culture: History and Trajectory. *Research Papers*. Paper 32. Consultado no dia 28 de setembro de 2023. Disponível em:
http://opensiuc.lib.siu.edu/gs_rp/32
- Rodríguez-Roldán, Victoria M. (2020) The Intersection Between Disability and LGBT Discrimination and Marginalization. *American University Journal of Gender, Social Policy & the Law*: Vol. 28 : Iss. 3 , Article 2. Consultado no dia 28 de setembro de 2023. Disponível em: <https://digitalcommons.wcl.american.edu/jgspl/vol28/iss3/2>
- Sarraf, V. P. (2021). Museus para a Igualdade – Diversidade e Inclusão Como as premissas da Acessibilidade Cultural corroboram com a Função Social dos Museus. *Cadernos de Sociomuseologia*, vol. 63. (Nº 19-2022).
- Shakespeare, T. (1996). Disability, Identity and Difference. In Colin, B. & Geof, M. (Eds.) *Exploring the Divide*. Leeds: The Disability Press, pp. 94 – 113. Consultado no dia 28 de setembro de 2023. Disponível em:
https://www.researchgate.net/publication/237440415_Disability_identity_and_difference
- Shakespeare, T. & Watson, N. (2002) The social model of disability: an outdated ideology?. *Research in Social Science and Disability* (Volume 2). Consultado no dia 28 de setembro de 2023. Disponível em:
https://www.um.es/discatif/PROYECTO_DISCATIF/Textos_discapacidad/00_Shakespeare2.pdf
- Silver, H. (2005) Políticas dos países europeus para promover a inclusão social. In: BUVINIC, M.; MAZZA, J.; DEUTSCH, R. (Orgs.). *Inclusão social e desenvolvimento econômico*. (pp.137-179) Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.
- SNR (1996). *Inquérito nacional às incapacidades, deficiências e desvantagens: resultados globais* / Secretariado Nacional de Reabilitação. Consultado no dia 28 de setembro de

2023. Disponível em:
https://www.inr.pt/documents/11309/217178/inquerito_nacional_as_incapacidades_de_fici%C3%A0ncias_e_desvantagens.pdf/2c379e4b-6edd-43ba-93de-5188b47c5bb0
- Sousa-Silva, R. (2021) As implicações linguísticas da identidade = The linguistic implications of identity. In *Vulnerabilidade e Direitos: Género e Diversidade*, 25-42. Porto, Portugal: Universidade do Porto, 2021.
- S.S. (2021, 20 de junho). Panorâmico de Monsanto. A arte urbana ganhou uma casa e Lisboa agradece. *Diário de Notícias*. Consultado no dia 28 de setembro de 2023. Disponível em:
<https://www.dn.pt/local/panoramico-de-monsanto-a-arte-urbana-ganhou-uma-casa-e-lisboa-agradece-13849996.html>
- Sullivan, K. & Mauldin, B. (2020). *Accessibility and the Arts Reconsidering the Role of the Artist*. Consultado no dia 24 de setembro de 2023. Disponível em:
<https://www.lacountyarts.org/sites/default/files/accessibilityandthearts-reconsideringtheroleoftheartist.pdf>
- Talkfest (2023). *REGULAMENTO DE CANDIDATURA IBERIAN FESTIVAL AWARDS*. Consultado no dia 28 de setembro de 2023. Disponível em:
https://www.talkfest.eu/files/ugd/9d4d2e_de83ca00658548118b10b7df699595a3.pdf
- Turismo de Portugal (2022) *Prémio Festival + Acessível: Manual de Candidatura*. Consultado no dia 28 de setembro de 2023. Disponível em:
<https://business.turismodeportugal.pt/SiteCollectionDocuments/all-for-all/manual-de-a-poio-a-candidatura-festivais-acessiveis.pdf>
- Turismo de Portugal (n.d.). *Programa Festivais Acessíveis - candidaturas abertas até 31 de dezembro 2023*. Consultado no dia 28 de setembro de 2023. Disponível em:
<https://business.turismodeportugal.pt/pt/Gerir/reconhecimento-externo/premios-distincoes/Paginas/programa-festivais-acessiveis.aspx>
- Underdogs (n.d.). *About*. Consultado no dia 28 de setembro de 2023. Disponível em:
<https://www.under-dogs.net/pages/about>
- Unidade de Investigação, Inclusão e Acessibilidade em Ação (n.d.) *Deficiência vs. Incapacidade*. Consultado no dia 28 de setembro de 2023. Disponível em:
<https://iact.ipleiria.pt/concepts/incapacidade/>

- United Nations Office (2019). *Disability-inclusive language guidelines*. Consultado no dia 28 de setembro de 2023. Disponível em:
<https://www.ungeneva.org/sites/default/files/2021-01/Disability-Inclusive-Language-Guidelines.pdf>
- Unlimited Impact (2012). *Ensuring your venues and events are open to all: A brief Access Guide*. Consultado no dia 28 de setembro de 2023. Disponível em:
https://demos.be/sites/default/files/shape_accessguide_2015.pdf
- UPIAS & DA (1976). *The Union of the Physically Impaired Against Segregation and the Disability Alliance discuss Fundamental Principles of Disability*. Consultado no dia 28 de setembro, 2023. Disponível em:
<https://disabledpeoplesarchive.com/wp-content/uploads/sites/39/2021/01/001-FundamentalPrinciplesOfDisability-UPIAS-DA-22Nov1975.pdf>
- Vlachou, M & Sousa, H. (2020) *A participação cultural de pessoas com deficiência ou incapacidade: Como criar um plano de acessibilidade*. Acesso Cultura. Consultado no dia 28 de setembro, 2023. Disponível em:
https://accessoculturapt.files.wordpress.com/2020/10/manual_plano-de-acessibilidade.pdf
- WHO - World Health Organization. (1980). *ICIDH - International Classification of Impairments, Disabilities and Handicaps*. World Health Organization.
- WHO - World Health Organization. (2001). *International classification of functioning, disability and health : ICF*. World Health Organization. Consultado no dia 28 de setembro de 2023. Disponível em: <https://iris.who.int/handle/10665/42407>
- WHO & World Bank (2011) *World report on disability 2011*. Consultado no dia 28 de setembro de 2023. Disponível em:
<https://www.who.int/publications/i/item/9789241564182>
- WHO - World Health Organization. (n.d). *Disability*. Consultado no dia 28 de setembro de 2023. Disponível em: https://www.who.int/health-topics/disability#tab=tab_1
- Woolley, H. & Johns, R. (2001) Skateboarding: The City as a Playground. *Journal of Urban Design* 6(2). pp.211-230. DOI:10.1080/13574800120057845
- Wong, B. (2021, 16 de setembro). It's Perfectly OK To Call A Disabled Person 'Disabled,' And Here's Why. *Huffpost*. Consultado no dia 28 de setembro de 2023. Disponível em:

https://www.huffpost.com/entry/what-to-call-disabled-person_1_5d02c521e4b0304a120c7549?fbclid=IwAR3QUMljRs-I8lg2LJ2xMIC2tTn6AaYEmjWQe54YyjLY3jSggnN7uWPIGzM

Legislação Portuguesa Consultada

Constituição da República Portuguesa (1976)

Ministério da Solidariedade e Segurança Social (1997). *Decreto-lei n.º 123/97*, Diário da República n.º 118/1997, Série I-A de 1997-05-22 (maio): 2540 - 2544. Consultado no dia 28 de setembro de 2023. Disponível em:

<https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto-lei/123-1997-397953>

Orçamento de Estado para 2023 (2022). *Lei n.º 24-D/2022*, Diário da República n.º 251/2022, 2º Suplemento, Série I de 2022-12-30. Consultado no dia 28 de setembro de 2023.

Disponível em:

<https://diariodarepublica.pt/dr/legislacao-consolidada/lei/2022-205695052>

Presidência da República (1971) *Lei n.º 6/71*. Diário do Governo n.º 262/1971, Série I de 1971-11-08, páginas 1699 - 1701. Consultado no dia 28 de setembro de 2023.

Disponível em: <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/lei/6-1971-631271>

Assembleia da República (1989). *Lei n.º 9/89*, Diário da República n.º 100/1989, Série I de 1989-05-02, páginas 1796 - 1799. Consultado no dia 28 de setembro de 2023.

Disponível em: <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/lei/9-1989-611899>

Ministério do Trabalho e da Solidariedade (1999). *Decreto-lei 118/99*, Diário da República n.º 87/1999, Série I-A de 1999-04-14, páginas 1996 - 1997. Consultado no dia 28 de setembro de 2023. Disponível em:

<https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto-lei/118-1999-544610>

Assembleia da República (2004). *Lei n.º 38/2004*, Diário da República n.º 194/2004, Série I-A de 2004-08-18, páginas 5232 - 5236. Consultado no dia 28 de setembro de 2023.

Disponível em: <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/lei/38-2004-480708>

Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social (2006) *Decreto-lei n.º 163/2006*, Diário da República n.º 152/2006, Série I de 2006-08-08, páginas 5670 - 5689. Consultado no dia 28 de setembro de 2023. Disponível em:

<https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto-lei/163-2006-538624>

Assembleia da República (2006). *Decreto-lei n.º 46/2006*, Diário da República n.º 165/2006, Série I de 2006-08-28, páginas 6210 - 6213. Consultado no dia 28 de setembro de 2023. Disponível em: <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/lei/46-2006-540797>

Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social (2007). *Decreto-lei n.º 74/2007*, Diário da República n.º 61/2007, Série I de 2007-03-27, páginas 1764 - 1767. Consultado no dia 28 de setembro de 2023. Disponível em:
<https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto-lei/74-2007-520261>

Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia (2014). *Decreto-Lei n.º 136/2014*, Diário da República n.º 173/2014, Série I de 2014-09-09, páginas 4809 - 4860. Consultado no dia 28 de setembro de 2023. Disponível em:
<https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto-lei/136-2014-56501680>

Trabalho, Solidariedade e Segurança Social (2017). *Decreto-Lei n.º 125/2017*, Diário da República n.º 192/2017, Série I de 2017-10-04, páginas 5592 - 5594. Consultado no dia 28 de setembro de 2023. Disponível em:
<https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto-lei/125-2017-108244274>

Economia e Mar e Trabalho, Solidariedade e Segurança Social - Gabinetes das Secretárias de Estado do Turismo, Comércio e Serviços e da Inclusão (2022). *Despacho n.º 11448/2022*. Diário da República n.º 186/2022, Série II de 2022-09-26, páginas 62 - 70. Consultado no dia 28 de setembro de 2023. Disponível em:
<https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/despacho/11448-2022-201444771>

Anexo A

Tabela 4 — Momentos relevantes para a defesa dos direitos das pessoas com deficiência

Ano	Descrição
1948	Declaração dos Direitos do Homem
Anos 60	Modelo médico da deficiência
Anos 60	Movimentos sociais rejeitam o modelo médico de deficiência.
1971	Declaração de Direitos das Pessoas Deficientes Mentais
1975	Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes
1976	UPIAS e DA pública “Princípios Fundamentais da Deficiência” (1976)
1977	Conferência Mundial Helen Keller
1977	Engel publica “The Need for a New Medical Model: A Challenge for Biomedicine” (1977)
1981	Criação de <i>Disabled People International</i>
1983	Mike Oliver delinea pela primeira vez o conceito "modelo social da deficiência" (1983)
1983	Década das Nações Unidas para as Pessoas Deficientes 1983-1992
1989	European Network for independent living
1993	Inquérito Nacional às Incapacidades, deficiências e desvantagens - Quanti. 1993-1995 (SNR, 1996)
1994	Conferência Mundial sobre necessidades educativas especiais
1997	Criação do Fórum Europeu da Deficiência
Início séc. XXI	Políticas desenvolvidas pela Comissão Europeia
2000	Quadro Geral da Igualdade de tratamento em matéria de emprego e de trabalho
2001	Nova Classificação Internacional de Funcionalidade - CIF
2001*	Programa de Ação contra a discriminação 2001-2006
2002	1º Congresso europeu sobre a deficiência - Madrid
2003	Ano Europeu das pessoas com deficiência
2004 - 2009	Desenho de diversos planos de Ação, nacionais e internacionais, para a inclusão de pessoas com deficiência.
2007	Ano europeu da igualdade de oportunidades para todos - para uma sociedade justa
2011	Relatório mundial sobre a deficiência (WHO & World Bank, 2011)
2012	Saúde e Incapacidade em Portugal 2011(INE, 2012)
2021	Estratégia de Promoção da Acessibilidade e Inclusão nos Museus, Monumentos e Palácios 2021-2025
2021	Estratégia Nacional para a Inclusão de pessoas com deficiência 2021-2025
2022	Pessoas com Deficiência em Portugal - Indicadores de Direitos Humanos 2021 (ODDH-ISCSP, 2022)

Anexo B

Registo Fotográfico: Matinha (pré-festival Iminente 2022)
(Fotografias de: Catarina Branco)



Figura 13 — Graffiti na Matinha



Figura 14 — Armazéns Matinha



Figura 15 — Zona dedicada à exposição Bairros



Figura 16 — Zona dedicada à exposição Bairros

Registo Fotográfico: Festival Iminente
(Fotografias de: Catarina Branco)



Figura 17 — Obra de artes visuais - artista Kampus



Figura 18 — Exposição Bairros



Figura 19 — Zona Praça da Matinha (lojas)



Figura 20 — Zona Praça da Matinha (lojas)



Figura 21 — Food court junto ao Palco Fábrica



Figura 22 — Bar junto ao Palco Fábrica



Figura 23 — Corredor de acesso ao Palco Fábrica



Figura 24 — Corredor de acesso ao Cine-Estúdio



Figura 25— Palco Choque.



Figura 26 — Sinalética



Figura 27 — Sinalética



Figura 28 — Sinalética - mapa do recinto

Anexo C

Planta Geral do Festival Iminente 2022

PLANTA GERAL _ esc. 1/100

LEGENDA:

- 1 Acesso pedonal público
- 1a Linhas de entrada público
- 1b Entrada público recinto
- 2 Acesso viaturas público
- 3 Portão acesso viaturas emergência
- 4 Acesso viaturas artistas
- 4a Acesso viaturas artistas
- 5a Acesso artistas
- 5b Saída de emergência
- 6 Portão cargas e descargas + viaturas de emergência
- 6a Saída de emergência
- 6b Saída de emergência
- 6c Saída de emergência
- 7 Acesso Viaturas Staff
- 7a Saída de emergência

- P1 Estacionamento Público
- P2 Estacionamento Público
- P3 Estacionamento Staff
- P4 Estacionamento Staff
- P5 Estacionamento artistas + PMR

